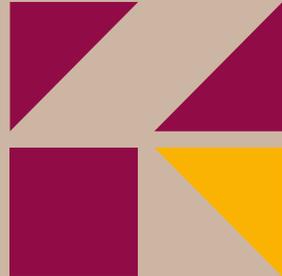




CENTRO DE  
CULTURA  
E MEMÓRIA

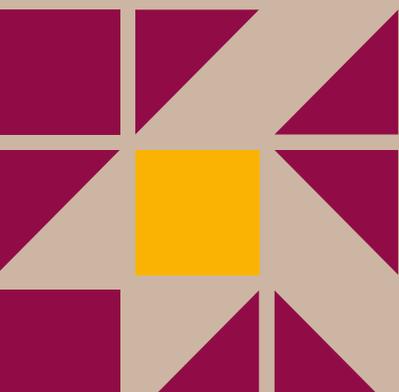
PODER  
JUDICIÁRIO  
DE ALAGOAS



# GALERIA DOS DESEMBARGADORES DE ALAGOAS

**CLAUDEMIRO AVELINO DE SOUZA**

ORGANIZADOR



*viva*  
EDITORA



**Diretora da Viva Editora**

Sheila Diab Maluf

**Conselho editorial:**

Sheila Diab Maluf – Universidade Federal de Alagoas (Presidente)  
Antonio Torres - Academia Brasileira de Letras  
Flavia Garcia Goulart – Universidade Federal da Bahia  
Vera Romariz – Universidade Federal de Alagoas  
George Sarmiento - Universidade Federal de Alagoas  
Luiz Sávio de Almeida – Universidade Federal de Alagoas  
Helena Bonito Couto Pereira - Universidade Presbiteriana Mackenzie - SP

Coordenação Editorial: Fernanda Lins

**Catálogo na fonte**

**Departamento de Tratamento Técnico da Editora Viva**

---

T822g Tribunal de Justiça de Alagoas.  
Galeria dos Desembargadores de Alagoas / Tribunal de Justiça de Alagoas ;  
Claudemiro Avelino de Souza (Organizador).– Maceió : Editora  
Viva, 2020.  
350 p. : il.

Bibliografia: p. 344-350.  
ISBN: 978-65-89450-01-6.

1. Biografia. 2. Magistratura alagoana. 3. Desembargadores - Alagoas. I. Título.

CDU: 929(813.5)1892-2020”

---

Elaborada por Fernanda Lins de Lima – CRB – 4/1717

Direitos desta edição reservados à:

**Viva Livraria e Editora**

Rua Pedro Moura, Cj Castelo Branco, nº 36 - Sala 01

Caixa Postal A56, Jatiúca

Maceió/AL - CEP: 57.036-161

Contato: 082 99321-4754

[www.vivalivrariaeditora.com.br](http://www.vivalivrariaeditora.com.br)



**GALERIA DOS**  
**DESEMBARGADORES**  
**DE ALAGOAS**

**CLAUDEMIRO AVELINO DE SOUZA**

ORGANIZADOR

## **Composição por antiguidade do Tribunal de Justiça de Alagoas**

Des. Washington Luiz Damasceno Freitas

Des. Elisabeth Carvalho Nascimento

Des. Sebastião Costa Filho

Des. José Carlos Malta Marques

Des. Pedro Augusto Mendonça de Araújo

Des. Otávio Leão Praxedes

Des. Alcides Gusmão da Silva

Des. Tutmés Airan de Albuquerque Melo

Des. Klever Rêgo Loureiro

Des. Paulo Barros da Silva Lima

Des. Fernando Tourinho de Omena Souza

Des. Fábio José Bittencourt Araújo

Des. João Luiz Azevedo Lessa

Des. Domingos de Araújo Lima Neto

Des. Celyrio Adamastor Tenório Accioly

**Composição Gestão do Tribunal de Justiça de Alagoas  
2019/2020**

Desembargador Tutmés Airan de Albuquerque Melo  
**Presidente**

Desembargador Celyrio Adamastor Tenório Accioly  
**Vice-Presidente**

Desembargador Fernando Tourinho de Omena Souza  
**Corregedor Geral de Justiça**

**Juízes Auxiliares da Presidência**

Dr. Alexandre Lenine de Jesus Pereira

Dr. Manoel Cavalcante de Lima Neto

Dr. Ygor Vieira de Figueirêdo

**Juízes Auxiliares da Corregedoria Geral**

Dr. Antonio Rafael Wanderley Casado da Silva

Dr. João Paulo Martins da Costa

Dr<sup>a</sup> Lorena Carla Santos Vasconcelos Sotto-Mayor



## **AGRADECIMENTOS**

Por ser de justiça, necessário se faz expressar os mais sinceros votos de reconhecimento a todos que, de algum modo, contribuíram para que o projeto “GALERIA DOS DESEMBARGADORES DE ALAGOAS - 1892/2020” viesse a lume e, assim, homenagear a memória judiciária estadual.

Empreitada ingente tentar nomear sem claudicar, porém o faço com singular vontade abrangente, mesmo ciente de não ser possível citar todos os apoiadores. Mas, por representação, possa minha gratidão alcançar, ao menos, todos os colaboradores diretos. Assim, expresso-a nas pessoas de Adriana Guimarães, André Malta, Arielle Teixeira, Caio Loureiro, Clarice Gavazza, Claudia Lisboa, Dalmariz Pugliese, Eduardo Soares, Flávia Correia, Heider Lisboa, Irina Costa, Jayme de Altavila, Luciana Omena, Maikel Melo, Nádia Lívia, Nina Magalhães, Olindina Santiago, Reginaldo França, Rostand Lanverly, Sheila Maluf, Sóstenes Alex, Werner Salles, Wilma Nobrega; e aos diletos serventuários da Diretoria Adjunta de Gestão de Pessoas, da Diretoria Adjunta de Tecnologia e Informação do TJAL, e aos membros da rede nacional MEMOJUS BRASIL, na pessoa de seu idealizador, Carlos Alexandre Böttcher.

Por fim, pela soma de esforços relevantes para a feitura deste trabalho, resto por demais agradecido.



# SUMÁRIO

## DESEMBARGADORES

TIBÚRCIO VALERIANO DA ROCHA LINS	26
ADALBERTO ELPÍDIO DE ALBUQUERQUE FIGUEIREDO	28
FREDERICO FERREIRA FRANÇA	30
LUIZ MONTEIRO DE AMORIM LIMA	32
MANOEL FERNANDES DE ARAÚJO JORGE	36
SIMEÃO DE FARO MENDONÇA	40
JOSÉ CASADO ACCIOLI DE LIMA	42
RODRIGO ADOLPHO DE ARAÚJO JORGE	44
ESPERIDIÃO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE	46
JOSÉ MARIA CORREIA DAS NEVES	50
JOSÉ DE MENDONÇA REGO BARROS	52
GRACIANO XAVIER CARNEIRO DA CUNHA	54
JACINTHO DE ASSUMPCÃO PAES DE MENDONÇA	56
JOAQUIM AYRES DA SILVA COSTA JUNIOR	58
ANTONIO TOLENTINO DA COSTA	60
AURÉLIO NUMERIANO PONTES DA SILVEIRA	62
FRANCISCO JOSÉ DA SILVA PORTO	64
MANOEL JOAQUIM DOS SANTOS PATURY	66
BERNARDO LINDOLFO DE MENDONÇA	68
EUTHÍQUIO CARLOS DE CARVALHO GAMA	70
CÂNDIDO GONÇALVES DE ALBUQUERQUE	72
BENJAMIM PEREIRA DO CARMO	74
ESPERIDIÃO DE BARROS ALBUQUERQUE LINS	78
ANTONIO EUSTÓRGIO DE OLIVEIRA E SILVA	80
MANOEL LOPES FERREIRA PINTO	82
HERRMANN BYRON DE ARAÚJO SOARES	86
AUGUSTO DE OLIVEIRA GALVÃO	90
DOMINGOS PAES BARRETO CARDOSO	94
JOSÉ HELVÉCIO FREIRE DE SOUZA	98
MEROVEU CUNHA DE OLIVEIRA MENDONÇA	100

EDGAR VALENTE DE LIMA	104
CARLOS CAVALCANTI DE GUSMÃO	108
MANOEL XAVIER ACCIOLY	112
MÁRIO AUGUSTO DA SILVA GUIMARÃES	116
ARTHUR DA SILVA JUCÁ	120
ZEPHYRINO LAVENÈRE MACHADO	122
OSÓRIO CALHEIROS GATTO	126
JOSÉ XISTO GOMES DE MELO	130
ANTÔNIO CÉSAR DE MOURA CASTRO	134
MIGUEL ARCHANJO BAPTISTA	138
PAULO VASCO DE ARAGÃO	140
JOSÉ JERÔNIMO DE ALBUQUERQUE	142
ALFREDO GASPAR DE OLIVEIRA MENDONÇA	144
OLAVO ACCIOLY DE MORAES CAHET	148
JOÃO DE OLIVEIRA E SILVA	152
JOSÉ MARÇAL CAVALCANTI	156
JOSÉ FAUSTINO DE MIRANDA	160
LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA	162
ERNANDI LOPES DORVILLÉ	166
PAULO DA ROCHA MENDES	170
OSVALDO DE MIRANDA BARROS	174
BENEDITO BARRETO ACCIOLY	176
ANTHERO MONTENEGRO MEDEIROS	180
JOSÉ AUGUSTO TENÓRIO COSTA	182
HÉLIO ROCHA CABRAL DE VASCONCELOS	184
TELMO GOMES DE MELO	188
ERALDO DE CASTRO VASCONCELOS	192
GÉRSON OMENA BEZERRA	196
JOSÉ AGNALDO DE SOUZA ARAÚJO	200
PAULO DE ALBUQUERQUE	204
JAIRON MAIA FERNANDES	208
ANTONIO NUNES DE ARAÚJO	212
ORLANDO MONTEIRO CAVALCANTI MANSO	216
JOSÉ FERNANDO LIMA SOUZA	220
AYRTON TENÓRIO CAVALCANTE	224

GERALDO TENÓRIO SILVEIRA	228
DANILO ANTONIO BARRETO ACCIOLY	232
ADALBERTO CORREIA DE LIMA	238
NELSON RODRIGUES CORREIA	240
ESTÁCIO LUIZ GAMA DE LIMA	244
JOSÉ FERNANDES DE HOLLANDA FERREIRA	246
AUBERINO CORREIA BARBOSA	250
WASHINGTON LUIZ DAMASCENO FREITAS	252
MÁRIO CASADO RAMALHO	256
HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS	258
ELISABETH CARVALHO NASCIMENTO	268
ANTONIO SAPUCAIA DA SILVA	270
SEBASTIÃO COSTA FILHO	274
JUAREZ MARQUES LUZ	278
JOSÉ CARLOS MALTA MARQUES	282
PEDRO AUGUSTO MENDONÇA DE ARAÚJO	288
JAMES MAGALHÃES DE MEDEIROS	290
EDUARDO JOSÉ DE ANDRADE	294
NELMA TORRES PADILHA	296
ALCIDES GUSMÃO DA SILVA	300
OTÁVIO LEÃO PRAXEDES	304
TUTMÉS AIRAN DE ALBUQUERQUE MELO	306
MARIA CATARINA RAMALHO DE MORAES	308
EDVALDO BANDEIRA RIOS	310
FERNANDO TOURINHO DE OMENA SOUZA	314
KLÉVER RÊGO LOUREIRO	318
PAULO BARROS DA SILVA LIMA	320
ADERBAL MARIANO DA SILVA	324
FÁBIO JOSÉ BITTENCOURT ARAÚJO	328
JOÃO LUIZ DE AZEVEDO LESSA	332
DOMINGOS ARAÚJO LIMA NETO	336
CELYRIO ADAMASTOR TENÓRIO ACCIOLY	340



# **APRESENTAÇÃO**

Claudemiro Avelino de Souza



Há muito, a historiografia de Alagoas reclama o preenchimento da lacunosa carência de dados sobre a memória do judiciário alagoano, por serem resumidas as referências bibliográficas disponíveis. Todavia, desde 2012 - quando foi comemorado o tricentenário da justiça em Alagoas - têm-se envidados esforços à localização e identificação de fontes primevas de cunho histórico, existentes nos arquivos da justiça estadual.

A dedicação a essa causa tem sido uma prioridade no dia a dia deste Organizador, embora seja árdua a tarefa de reunir dados biográficos com precisão, localizar e tratar acervos para a concretização de projetos de natureza memorialística, capazes de salvaguardarem importantes informações sobre a trajetória da justiça alagoana, tendo em vista ser esse o objetivo maior da pesquisa.

Essas iniciativas ganharam impulso com o advento do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário - PRONAME do Conselho Nacional de Justiça - que visa a implementar políticas de gestão para preservação, pesquisa e facilitação do acesso à informação, servindo para fortalecer o ideal de respeito ao importante e rico acervo acumulado em séculos, e decorrente da atuação da vida forense que, de forma peculiar, constitui significativa fatia documental da memória nacional.

Foi nesse contexto que, dentre algumas ações preservacionistas, nasceu o presente projeto - GALERIA DOS DESEMBARGADORES DE ALAGOAS - 1892/2020 - para resgate dos registros iconográfico e biográfico de todos os Magistrados do 2º grau que já tomaram assento no Tribunal de Justiça de Alagoas, desde a sua ins-



talação em 1º de Julho de 1892. Constitui-se, pois, numa obra capaz de mostrar, em parte, a trajetória da Magistratura alagoana, e que se propõe a expor, cronologicamente, os principais dados pessoais e funcionais desses importantes julgadores, oferecendo, com isso, base de pesquisa para similares empreendimentos culturais - *in aeva aeterna memorans*.

A propósito do vocábulo “Desembargador”, os dicionaristas são, praticamente, unânimes quanto a afirmar que provém do direito português, com registros desde o século XV. Era título que se atribuía aos juízes dos Tribunais da Relação, Casa da Suplicação e Desembargo do Paço, e cujo título continua em pleno uso no direito nacional, servindo para designar os Magistrados que compõem os Tribunais das Justiças Estadual e Federal. Por sua origem, desembargar significa despachar ou decidir uma dúvida em instância superior. É a função primordial dos Tribunais, por seus Desembargadores, e corresponde aos comandos judiciais das atuais decisões proferidas em Processos Recursais, denominadas Acórdãos.

O despertar de consciência é de importância fundamental à solidez dos pilares da Justiça, enquanto pedra angular da sociedade, ampliando o conhecimento sobre a origem e evolução da rotina forense. Ademais, há que se reconhecer o passado como coluna de sustentação do momento presente, pois o resultado da interação social registrado nas demandas judiciais revela informações preciosas, capazes de esclarecer costumes e tradições de uma comunidade, somente resgatáveis pela pesquisa em prol da memória. *In casu*, dignificada pela ação de cada homem da justiça que, como *praetor maximus*, no exercício de sua nobre missão social de julgar e administrar conflitos, continua servindo à sociedade das terras caetés.

Claudemiro  
Avelino de Souza

**Juiz de Direito e Historiador.  
Membro Efetivo do Instituto Histórico  
e Geográfico de Alagoas.**





## SINOPSE HISTÓRICA

A gênese da Justiça em território dito de Alagoas deu-se em meados do século XVII, quando esse espaço territorial ainda integrava a Capitania de Pernambuco e tinha seus primeiros focos de povoamento nas vilas do Penedo do São Francisco, Vila do Bonsucesso (Porto Calvo) e Vila de Santa Maria Magdalena da Lagoa do Sul (Mal Deodoro) - cujos títulos de vila lhes foram atribuídos em 12 de abril de 1636, pelo quarto Donatário da Capitania de Pernambuco, Duarte Coelho de Albuquerque.

Na fase colonial, era comum ao direito português que um povoamento somente ganhasse *status* de vila se lhe fosse possível edificar e manter os pilares religioso, administrativo e político, resumidos no conjunto formado, respectivamente, por uma ermida, pela casa da câmara e cadeia, e por um pelourinho. Nessas vilas, os Juízes Ordinários, também denominados de Juízes da Terra - porque eleitos entre os chamados “homens bons” da vila - não tinham formação jurídica e, em regra, administravam a Justiça com base na tradição e nos costumes.

Antes da criação da Comarca das Alagoas, já existia uma estrutura incipiente do organismo judicial, exercida por essa modalidade de Magistratura, instituída em 1603 pelas Ordenações Filipinas, legislação que servia à Coroa Portuguesa e que se expandiu para suas colônias. Ressalte-se que a Comarca das Alagoas somente foi efetivamente instalada em 1712, a partir da chegada do primeiro Magistrado com formação jurídica pela Universidade de Coimbra - José da Cunha Soares, designado especificamente para ter exercício na parte sul da capitania de Pernambuco (hoje terras alagoanas), tendo assinado, em 09 de maio de 1712, o seu Termo de Posse como Ouvidor Geral da Comarca das Alagoas, integrada pelos Termos Judiciários da Vila do Penedo e Vila do

Porto Calvo, quando, enfim, assumiu os seus encargos como primeiro juiz letrado das Alagoas.

Houve, também, em terras alagoanas a atuação de outros modelos de Magistratura, a exemplo dos Juízes de Fora, assim chamados porque provinham de Portugal, e eram formados em leis e cânones, e nomeados para mandato de três anos. Diferiam, ainda, dos Juízes Ordinários pelo seu superior poder de alçada. O Juiz Ordinário e o Juiz de Fora eram distinguidos nas suas comunidades, posto que, nas andanças pela vila, ao Juiz Ordinário era impositivo portar uma vara vermelha, enquanto o Juiz de Fora devia portar uma vara branca. Ambos eram obrigados ao uso solene desse bastão de madeira que, não raro, trazia distintivos da Coroa, e que servia para conferir dignidade e autoridade à figura do Magistrado. Tem-se aí uma das explicações para a origem do vocábulo atualmente atribuído às unidades judiciárias, identificadas como Varas.

A Comarca das Alagoas teve importante incremento socioeconômico ao longo de todo o século XVIII e, já em 1817, ganhou o título de capitania, quando, por Decreto Real, teve seu território desmembrado de Pernambuco. Em 1822, com a independência do Brasil, as antigas capitanias passaram a ser chamadas Províncias, e com a entrada em vigor do Código de Processo Criminal do Império, que remonta a 1832, a Província das Alagoas foi dividida em quatro Comarcas: Maceió, Atalaia, Alagoas (hoje, Mal. Deodoro) e Penedo, todas instaladas em 1833, para as quais foram nomeados os primeiros Magistrados com a denominação de Juiz de Direito.

Ainda em meados do século XIX, outras Comarcas foram sendo criadas, a exemplo de Anadia, em 1838; Porto Calvo, em 1852; Mata Grande e União, em 1854; Camaragibe, em 1864; Pilar e Palmeira dos Índios, em 1872; Pão de Açúcar, 1875; Traipu, em 1877; Coruripe, em 1882 e Maragogi, em 1889; Murici e Viçosa, em 1893; e São Miguel dos Campos, em 1895.



Implantado o regime republicano, e já sob a regência da primeira Constituição Federal de 1891, pelos ditames embutidos nas suas Disposições Transitórias, cada uma das unidades federativas do Brasil foi compelida a promulgar a sua própria Constituição. No caso do Estado de Alagoas, a sua primeira Carta Magna foi promulgada no dia 11 de junho de 1891 que, em seu artigo 65, instituiu o Poder Judiciário de Alagoas, indicando seus órgãos e respectivas competências. Na sequência, a edição da Lei nº 7, de 12 de maio de 1892 (Lei de Organização Judiciária do Poder Judiciário de Alagoas - regulamentada pelo Decreto nº. 77/1892) fez compor a novel estrutura do judiciário alagoano.

Nessa composição, o órgão maior da justiça local ganhou a denominação de Tribunal Superior, o qual restou solenemente instalado no dia 1º de julho de 1892. Por ocasião da sua instalação, o primeiro plantel do Tribunal Superior de Alagoas foi composto por cinco Desembargadores, nomeados pelo General Gabino Besouro, então Governador de Alagoas, via Decretos de 18 de junho de 1892, quais sejam: Tibúrcio Valeriano da Rocha Lins; Adalberto Elpídio de Albuquerque Figueiredo; Luiz Monteiro de Amorim Lima; Frederico Ferreira França e Manoel Fernandes de Araújo Jorge. O Tribunal Superior adotou seu Regimento Interno, que foi redigido naquele mesmo ano pela comissão formada pelos Desembargadores Luiz Monteiro de Amorim Lima, Frederico Ferreira França e Manoel Fernandes de Araújo Jorge.

O Tribunal Superior de Alagoas teve seu primeiro Presidente na pessoa do Desembargador Tibúrcio Valeriano da Rocha Lins, eleito por seus pares na própria sessão de instalação do Tribunal. Para a Comarca da Capital, cuja população girava em torno de 30.000 habitantes, tomaram posse como Juízes de Direito os bacharéis Jacintho Assumpção Paes de Mendonça e Manoel Leopoldino Pereira Netto para a 1ª Vara e a 2ª Vara, respectivamente. Nos dias que se seguiram, foram sendo nomeados os Juízes de Direito e Promotores de Justiça para terem exercício nas catorze Comarcas então existentes no Estado de Alagoas. Nos

municípios que eram Termos Judiciários atuavam os chamados Juízes Municipais, eleitos para exercício de quatro anos, sob a coordenação do Juiz de Direito da Comarca sede, com competência específica definida em lei.

Com o aumento populacional em território alagoano que, à época, girava em torno de meio milhão de habitantes, distribuídos nos seus 34 Municípios, houve necessidade de gradual ampliação da estrutura judiciária para atender à demanda, criando-se novas Comarcas no interior do Estado e crescendo-se o número de Desembargadores para sete, em 1908. Nas primeiras décadas do século XX, sob os ditames da nova Lei de Organização Judiciária, de 1928, o Poder Judiciário alagoano já administrava vinte e cinco Comarcas, as quais, somadas aos seus Termos Judiciários, abrigavam uma população já superior a um milhão de jurisdicionados.

Paradoxalmente, por ocasião da Revolução de 1930, fase de grande instabilidade política nacional, e quando Alagoas passou a ser governada por Interventores nomeados pelo então Presidente da República, Getúlio Vargas, o número de Desembargadores retornou a cinco. Todavia, no mesmo período, foram criadas a 3ª e a 4ª Varas da Capital, cujos primeiros Juízes foram Edgar Valente de Lima, tomando posse em 1931 e Augusto Ferreira Baltar Filho, tomando posse em 1940, respectivamente. Somente nos idos de 1952, com o surgimento de um novo Código de Organização Judiciária, o plantel de Desembargadores ascendeu para oito e a Comarca de Maceió ganhou a sua 5ª Vara, cujo Juiz titular foi José Teixeira de Carvalho. Finalmente, em 1960, com o advento de mais um Código de Organização, a composição do Tribunal de Justiça de Alagoas passou a onze membros.

No que tange à denominação, o chamado Tribunal Superior sofreu algumas modificações. Em 1935, com a Constituição Estadual, tornou-se Corte de Apelação. Depois, a partir da Constituição Federal de 1937,



passou-se a chamar Tribunal de Apelação e, por fim, recebeu a sua atual denominação de Tribunal de Justiça, através do art. 64 da Constituição do Estado de Alagoas, de 09 de julho de 1947.

Fisicamente, a primeira estruturação administrativa de funcionamento do Tribunal Superior se deu no âmbito de um dos andares do prédio que servia ao Governo Estadual, conhecido como Palácio Velho (que existiu até 1940), próximo ao local onde hoje se localiza a Praça dos Palmares, no Centro de Maceió. Adiante, em 1895, mudou-se para o edifício que havia sido construído em 1879 para abrigar uma escola, localizado no Largo das Princesas (hoje, Praça Deodoro).

Nos idos de 1912, foi inaugurado o edifício sede do Tribunal Superior, obra concluída na gestão do Presidente interino Desembargador Antonio Tolentino da Costa. Para tanto, foi utilizada parte dos recursos advindos de empréstimos internacionais na monta de 500 mil libras, contraídos em 1905 pelo Governo de Alagoas junto aos governos da França e da Inglaterra. O autor do projeto arquitetônico foi o engenheiro e arquiteto italiano Giovanni Luigi Giuseppe Lucarini, contratado pelo Governador Euclides Malta. A construção abrigou a Corte alagoana por quase cem anos, até ser transferida para a nova sede em 2008, na gestão do Desembargador José Fernandes de Hollanda Ferreira, destinando-se, assim, o prédio histórico à implantação do Centro Cultural e de Memória do Poder Judiciário de Alagoas.

Nos dias atuais, o Poder Judiciário de Alagoas exerce jurisdição sobre os 102 municípios do Estado, cujo patamar populacional já atinge 3.3 milhões de habitantes, distribuídos em 55 (cinquenta e cinco) Comarcas, sendo 3 (três) de 3ª entrância, 22 (vinte e duas) de 2ª entrância, e trinta de 1ª entrância, totalizando 152 (cento e cinquenta e duas) unidades judiciárias em efetivo funcionamento, divididas em 129 (cento e vinte e nove) Varas, 2 (dois) Juizados da Violência Doméstica e Familiar

contra a Mulher e 21 (vinte e um) Juizados Especiais, sob judicatura de 151 (cento e cinquenta e um) Juízes de Direito, tendo todas as unidades acervo processual em plataforma digital.

O plenário do Tribunal de Justiça de Alagoas é integrado por quinze Desembargadores, de acordo com a Lei nº 6996 de 11 de novembro de 2008, tendo à frente de sua cúpula diretiva, na Presidência, o Desembargador Tutmés Airan de Albuquerque Melo, na Vice-Presidência, o Desembargador Celyrio Adamastor Tenório Accioly e na Corregedoria-Geral da Justiça, o Desembargador Fernando Tourinho de Omena Souza.

Até a presente data, o Tribunal de Justiça de Alagoas já abrigou em seus quadros 97 (noventa e sete) Desembargadores, todos aqui biografados, com ênfase para a trajetória funcional nas Comarcas até a ascensão à mais alta Corte de Justiça Estadual.



## PREFÁCIO

Tutmés Airan de Albuquerque Melo

O Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas foi instalado em 1º de julho de 1892, logo depois do triunfo da república em terras brasileiras. Como os demais tribunais que nasceram a partir da Constituição republicana de 1891, foi dado a ele a tarefa de implantar, em solo alagoano, junto com as demais instituições estatais, a nova ordem social. A missão não era das mais fáceis. Afinal, como agentes da nova ordem, aos desembargadores e juízes se impôs o desafio de, julgando os conflitos humanos, construir novas mentalidades, fazendo ou tentando fazer a travessia entre uma sociedade que herdara da colonização, realizada com o suor e o sangue do trabalho escravo, uma concepção de mundo inteiramente incompatível com as ideias republicanas.

Haveria, pois, o Tribunal, pelas mãos de seus membros, de combater, com as armas da legalidade, os subprodutos culturais dessa herança: a ideia de tratar as pessoas e a coisa pública como se fossem propriedade privada ou objeto para o deleite de alguns; a ideia de estratificação social, segundo a qual a alguns homens, estigmatizados pela pobreza e pela cor da pele é reservado um lugar fixo e pré-determinado no interior da ordem social, usando-se, inclusive, de violência contra eles na hipótese de recusa; e a ideia comum às sociedades patriarcais, de absoluta supremacia e domínio dos homens sobre as mulheres.

Muitos anos, e muitas lutas depois, é de se perguntar se essas ideias continuam atuais. Essa pergunta, com efeito, é inquietante e absoluta-



mente pertinente porque, caso a sua resposta seja positiva, três constatações podem ser feitas.

A primeira consiste em admitir que há comportamentos sociais que são tão arraigados na alma humana que é difícil mudá-los, mesmo sob a ameaça de sanção ou de castigo. Isso sugere que as possibilidades de obtenção de mudanças comportamentais pelo uso da ordem jurídica, talvez, não tenham a eficácia que se imagina.

A segunda consiste em admitir, ainda, que alguns juízes e desembargadores, porque foram e são treinados para conservar e não para transformar, não estiveram ou estão à altura do desafio que lhes foi confiado. Contaminados pelos valores que deveriam combater em nome da república, e com enorme dificuldade de despirem-se, como diria o cancionero, “de uma roupa que não serve mais”, talvez tenham se recusado, verdadeiramente, a fazê-lo, mesmo porque, convenhamos, não é fácil, em tempo algum, ser contra majoritário.

A terceira, mais alentadora, consiste em perceber que, não obstante as resistências, muita coisa mudou para melhor e que essa mudança também foi e, tem sido, obra de juízes e desembargadores. Como não destacar o trabalho que se faz, cotidianamente, no combate à violência contra a mulher ou à improbidade administrativa, por exemplo? Como não reconhecer o esforço a favor da concretização dos direitos sociais que minimizam os efeitos da pobreza na vida das pessoas?

O livro ora prefaciado conta um pouco dessa história. Na forma de pequenas biografias, apresenta os homens e as mulheres que foram escolhidos para cimentarem os pilares de uma sociedade que, na esteira da república, se pretendia iluminista. Alguns o fizeram desassombadamente; outros nem tanto, talvez. Eis, em seus personagens centrais, a instituição judiciária, cuja existência e trajetória se confundem com a de seus membros, com todos os defeitos e virtudes que caracterizam a espécie humana.

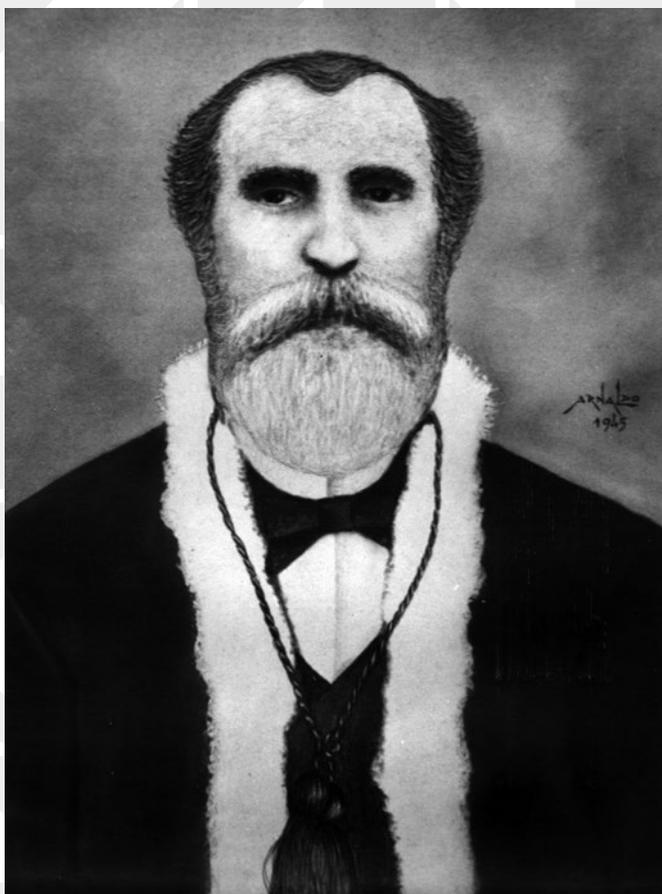


Tutmés Airan de Albuquerque Melo

**Desembargador Presidente do  
Tribunal de Justiça de Alagoas  
Biênio 2019/2020**

DESEMBARGADOR

**TIBÚRCIO VALERIANO  
DA ROCHA LINS**



## 01. Desembargador

### TIBÚRCIO VALERIANO DA ROCHA LINS

Alagoano, natural de Alagoas do Sul (atual, Marechal Deodoro), nascido no dia 18 de agosto de 1832. Exerceu várias atividades, inclusive a de Deputado Provincial por Alagoas, na 16ª legislatura, biênio 1866/1867; na 17ª, biênio 1868/1869; e na 22ª 1878/1879. Bacharelou-se, tendo concluído o curso superior de Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito de São Paulo, na turma de 1860. Sua primeira investidura como magistrado se deu ainda na fase anterior à criação do Poder Judiciário de Alagoas, ou seja, ainda sob o antigo regime, tendo atuado como Juiz de Direito na Comarca de União (atual, União dos Palmares), nos idos de 1884 a 1886; e também na Comarca do Pilar, de 1889 a 1891. Compôs o primeiro plantel de desembargadores do então Tribunal Superior de Alagoas, consoante Decreto datado de 18.06.1892, do General Gabino Besouro, então Governador do Estado de Alagoas. Tendo sido, adiante designada a Sessão solene para instalação do novel Tribunal, ocorrida no dia 01.07.1892, e para investidura dos cinco novéis Desembargadores e do Procurador Geral do Estado. Na ocasião, por ser o mais antigo magistrado, dentre os cinco primeiros desembargadores nomeados, acabou por presidir aquela solenidade, prestigiada pelas mais altas autoridades do Estado, restando naquela ocasião aclamado, em ato solene de posse e compromisso, o primeiro Presidente do Tribunal Superior de Alagoas, e representante máximo do Poder Judiciário - recém-criado e instalado na forma da lei, configurando-se, pois, o quadro funcional da Corte de Justiça alagoana. Sua gestão, como Presidente do Tribunal Superior, foi de 01.07.1892 a 22.11.1894. Obras: Algumas Palavras (publicadas *post mortem*), que compôs a obra do escritor Moacir Santana - Tavares Bastos Visto por Alagoanos, Maceió - 1975. Foi aposentado por força da Lei Estadual nº 113 de 05.08.1895. Faleceu em Maceió, no dia 07 de abril de 1899, no dealbar dos seus 67 anos de idade.

DESEMBARGADOR

**ADALBERTO ELPÍDIO DE  
ALBUQUERQUE FIGUEIREDO**



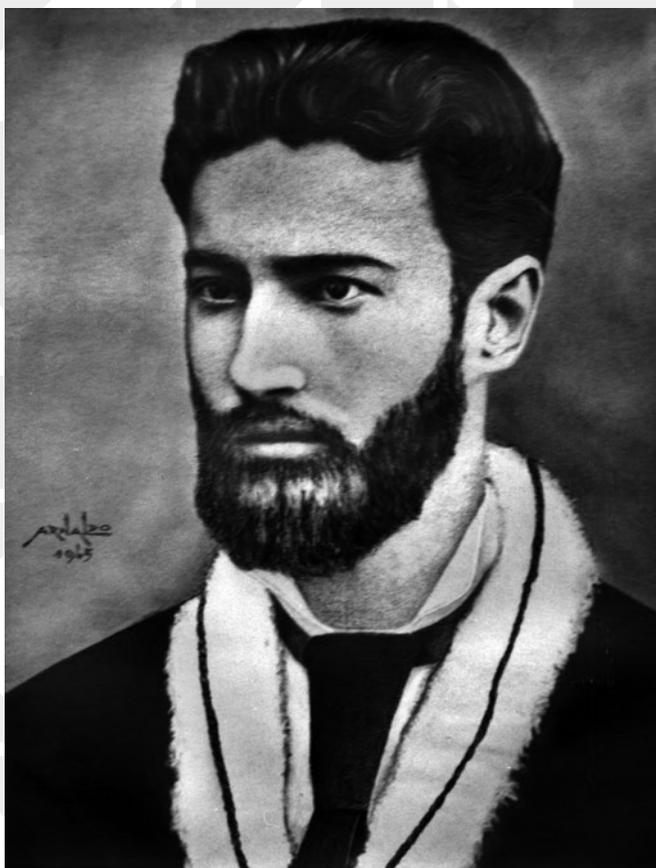
## 02. Desembargador

### ADALBERTO ELPÍDIO DE ALBUQUERQUE FIGUEIREDO

Natural do Estado de Pernambuco. Bacharelou-se, tendo concluído o curso superior de Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Recife, na turma de 1876. Sua primeira investidura como magistrado se deu ainda na fase anterior à criação do Poder Judiciário de Alagoas, ou seja, ainda sob o antigo regime, tendo atuado como Juiz de Direito na Comarca de Porto Calvo, por ato de 13.10.1887, tomando posse no dia 27.01.1888, ali permanecendo até 1891, quando assumiu a Comarca de Passo de Camaragibe que, à época, tinha jurisdição sobre o Termo judiciário de São Luiz do Quitunde. Permaneceu nessa Comarca até ser nomeado Desembargador. Compôs o plantel dos cinco primeiros desembargadores do então Tribunal Superior de Alagoas, consoante Decreto datado de 18.06.1892, do General Gabino Besouro, então Governador do Estado de Alagoas. Tendo sido, adiante designada a Sessão solene para instalação do novel Tribunal, ocorrida no dia 01.07.1892, e para sua investidura e dos demais novéis Desembargadores, além do Procurador Geral do Estado. Na ocasião, o mais antigo magistrado, dentre os cinco primeiros desembargadores nomeados, era o Desembargador Tibúrcio Valeriano da Rocha Lins que acabou por presidir aquela solenidade, prestigiada pelas mais altas autoridades do Estado, restando aclamado, em ato solene de posse e compromisso, para Presidente do Tribunal Superior de Alagoas, representante máximo do Poder Judiciário, recém-criado e instalado na forma da lei, configurando-se, pois, o primeiro quadro funcional da Corte de Justiça alagoana. Foi aposentado por força da Lei Estadual nº 113 de 05.08.1895, tendo sido adiante reintegrado, por ato de 23.03.1906. Eleito, sucessivamente, Presidente do Tribunal Superior (atual Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas), com início em 13.10.1922, e permanecendo na função até falecer, fato ocorrido em Maceió, no dia 12 de março de 1930.

DESEMBARGADOR

**FREDERICO FERREIRA  
FRANÇA**

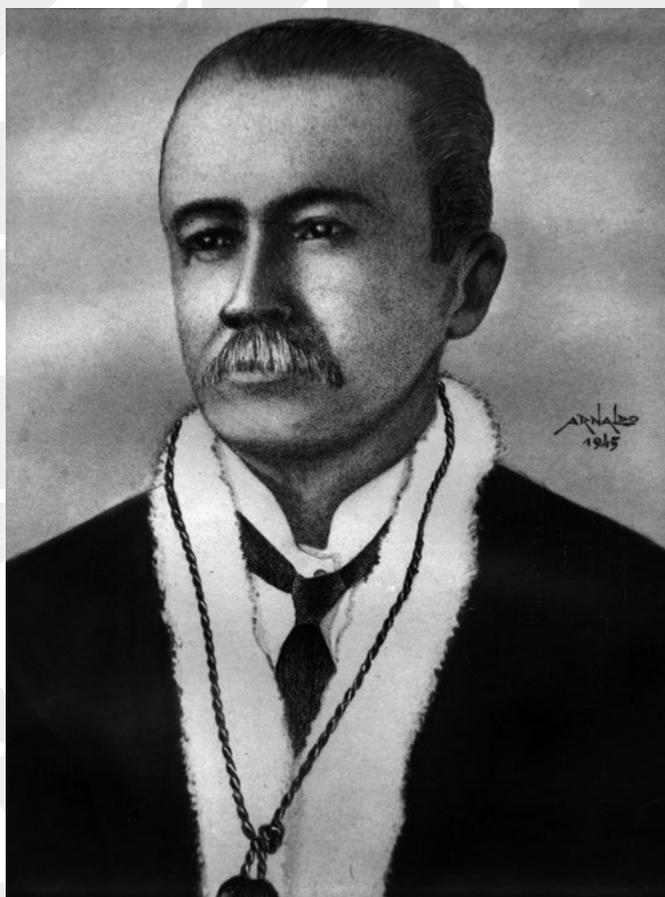


### **03. Desembargador**

#### **FREDERICO FERREIRA FRANÇA**

Natural do Estado da Bahia. Sua primeira investidura como magistrado se deu ainda na fase anterior à criação do Poder Judiciário de Alagoas, ou seja, ainda sob o antigo regime, tendo atuado como Juiz de Direito na Comarca de Palmeira dos Índios, por ato de 11.10.1884, permanecendo nessa Comarca até 05.09.1890, quando foi removido, assumindo, na mesma data, a titularidade da Comarca de Alagoas (atual, Marechal Deodoro), permanecendo nessa Comarca até ser nomeado Desembargador. Compôs o plantel dos cinco primeiros desembargadores do então Tribunal Superior de Alagoas, consoante Decreto datado de 18.06.1892, do General Gabino Besouro, então Governador do Estado de Alagoas. Tendo sido, adiante designada a Sessão solene para instalação do novel Tribunal, ocorrida no dia 01.07.1892, e para investidura e dos demais novéis Desembargadores, além do Procurador Geral do Estado. Na ocasião, o mais antigo magistrado, dentre os cinco primeiros desembargadores nomeados, era o Desembargador Tibúrcio Valeriano da Rocha Lins, que acabou por presidir aquela solenidade, prestigiada pelas mais altas autoridades do Estado, restando aclamado, em ato solene de posse e compromisso, para Presidente do Tribunal Superior de Alagoas, representante máximo do Poder Judiciário, recém-criado e instalado na forma da lei, configurando-se, pois, o primeiro quadro funcional da Corte de Justiça alagoana. Faleceu em Maceió, no dia 04 de fevereiro de 1894.

DESEMBARGADOR  
**LUIZ MONTEIRO DE  
AMORIM LIMA**

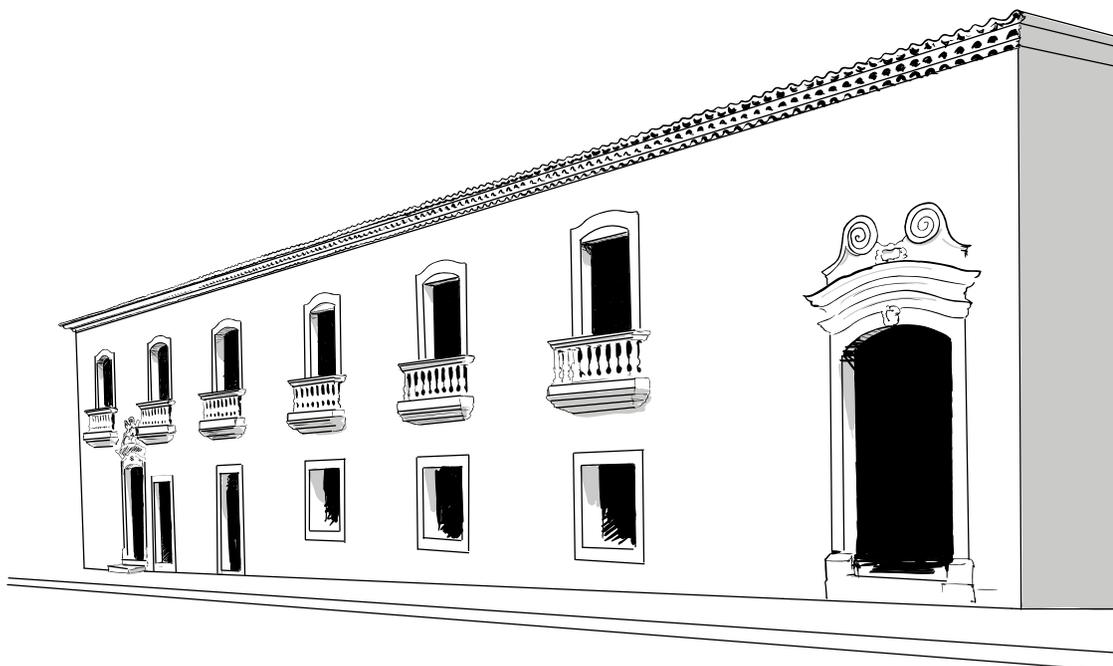


#### 04. Desembargador

##### LUIZ MONTEIRO DE AMORIM LIMA

Alagoano, natural de Alagoas do Sul (atual, Marechal Deodoro), nascido em terras do engenho Gongou, no dia 05.01.1850, filho de Félix de Amorim Lima e Ana Brígida do Espírito Santo Monteiro. Recebeu ensino primário em sua cidade natal. Afirma-se que teria saudades em francês o imperador D. Pedro II, por ocasião de sua visita à Província das Alagoas no ano de 1859; e ainda, que, em razão da sua desenvoltura, teria recebido uma “bolsa de estudos” do Imperador. Sua formação posterior se deu no Colégio Pereira do Carmo, em Recife. Exerceu o cargo de Professor no Lyceu Alagoano. Bacharelou-se, tendo concluído o curso superior de Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Recife, na turma de 1869. Atuou com brilhantismo como advogado na cidade do Recife, no período de 1895/1900 e, bem assim, laborou como membro do Ministério Público. Sua primeira investidura como magistrado se deu ainda na fase anterior à criação do Poder Judiciário de Alagoas, ou seja, ainda sob o antigo regime, tendo atuado como Juiz de Direito na Comarca de Maceió, por ato de 19.04.1890, tomando posse no dia 05.05.1890, julgando nessa Comarca até 1891, quando assumiu a Comarca de Penedo, onde permaneceu até ser nomeado Desembargador. Compôs o plantel dos cinco primeiros desembargadores do então Tribunal Superior de Alagoas, consoante Decreto datado de 18.06.1892, do General Gabino Besouro, então Governador do Estado de Alagoas. Tendo sido, adiante designada a Sessão solene para instalação do novel Tribunal, ocorrida no dia 01.07.1892, e para sua investidura e dos demais novéis Desembargadores, além do Procurador Geral do Estado. Na ocasião o mais antigo magistrado, dentre os cinco primeiros desembargadores nomeados, era o Desembargador Tibúrcio Valeriano da Rocha Lins, que acabou por presidir aquela solenidade, prestigiada pelas mais altas autoridades do Estado, restando aclamado, em ato solene de posse e compromisso para Presidente do Tribunal Superior de Alagoas,

representante máximo do Poder Judiciário, recém-criado e instalado na forma da lei, configurando-se, pois, o primeiro quadro funcional da Corte de Justiça alagoana. Sócio Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas - IHGAL, onde tomou posse no dia 12.08.1897. Foi aposentado por força da Lei Estadual nº 113 de 05.08.1895. Obras: Autor do anteprojeto da primeira Organização Judiciária de Alagoas, concretizada pela Lei nº 7 de 12.05.1892, e executada pelos Decretos nº 77 de 07.06.1892 e nº 80 de 20.06.1892, bem como elaborou o primeiro Regimento Interno do Tribunal Superior de Alagoas, em 1893. Restou homenageado, tendo seu nome em um logradouro sito no bairro do Farol, nesta capital: Rua Des. Amorim Lima. Faleceu em Maceió, em 10 de setembro de 1921, no dealbar dos seus 71 anos de idade.

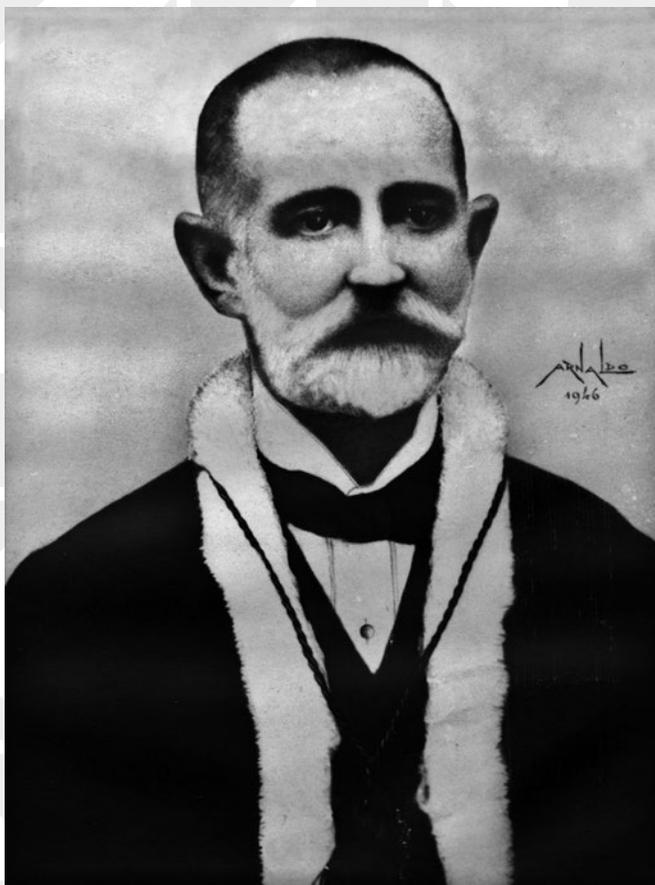


*1781 - A chamada Casa da Aposentadoria em Penedo, antiga casa da Câmara e Cadeia era o local onde o juiz despachava e residia. Um dos primeiros locais a servir à justiça em Alagoas.*



DESEMBARGADOR

**MANOEL FERNANDES  
DE ARAÚJO JORGE**



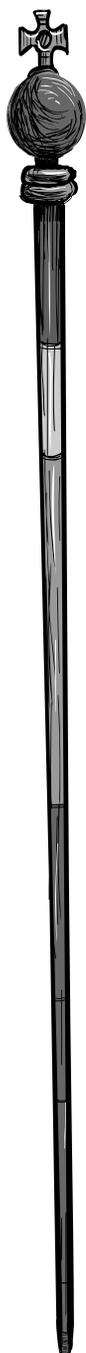
## 05. Desembargador

### MANOEL FERNANDES DE ARAÚJO JORGE

Natural de Alagoas. Bacharelou-se, tendo concluído curso superior de Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Recife, na turma de 1867. Exerceu mandato de Deputado Provincial 1874/1875; Senador Estadual na legislatura de 1891/1892; advogado nesta capital. Sua primeira investidura como magistrado se deu ainda na fase anterior à criação do Poder Judiciário de Alagoas, ou seja, ainda sob o antigo regime, tendo atuado como Juiz de Direito na Comarca de Maceió, por ato de 19.04.1890, tomando posse no dia 05.05.1890. Na ocasião, foi indicado para acumular a função de Juiz dos Casamentos, assistido pelo Oficial Privativo de Casamentos - Bernardo Mendonça de Cerqueira Valente, por todo Governo Federal, cuja sala de audiências dos casamentos foi instalada no edifício sede da Intendência Municipal, judicando nessa Comarca, até 1891, quando assumiu a Comarca de Penedo, onde permaneceu até ser nomeado Desembargador. Compôs o plantel dos cinco primeiros desembargadores do então Tribunal Superior de Alagoas, consoante Decreto datado de 18.06.1892, do General Gabino Besouro, então Governador do Estado de Alagoas. Tendo sido, adiante, designada a Sessão solene para instalação do novel Tribunal, ocorrida no dia 01.07.1892, e para sua investidura e dos demais novéis Desembargadores, além do Procurador Geral do Estado. Na ocasião, o mais antigo magistrado, dentre os cinco primeiros desembargadores nomeados, era o Desembargador Tibúrcio Valeriano da Rocha Lins, que acabou por presidir aquela solenidade, prestigiada pelas mais altas autoridades do Estado, restando aclamado, em ato solene de posse e compromisso, para Presidente do Tribunal Superior de Alagoas, representante máximo do Poder Judiciário, recém-criado e instalado na forma da lei, configurando-se, pois, o primeiro quadro funcional da Corte de Justiça alagoana. Foi aposentado por força da Lei Estadual nº 113 de 05.08.1895. Eleito Presidente do Tribunal Superior, (atual Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas), com início de gestão em



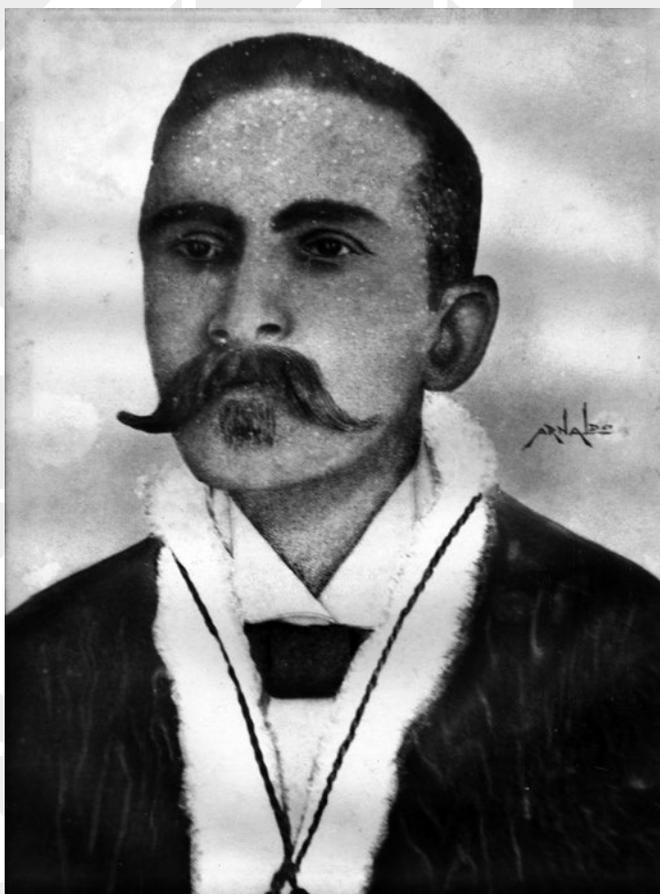
23.11.1894, indo até 25.06.1895. Sócio Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas - IHGAL, tomando posse em 13.05.1870. Faleceu em Maceió, no ano de 12 de junho de 1905.



A vara tem sua origem na fasces da Roma Antiga. Fasces era uma espécie de bastão utilizado para abrir caminho na multidão para dar passagem aos magistrados.

DESEMBARGADOR

**SIMEÃO DE FARO  
MENDONÇA**



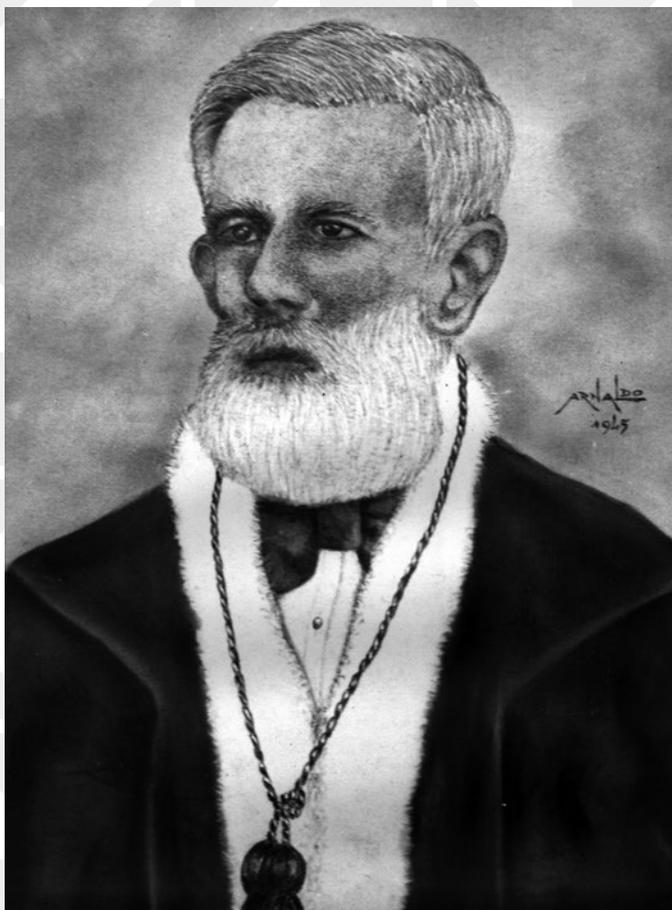
## 06. Desembargador

### **SIMEÃO DE FARO MENDONÇA**

Natural do Estado de Sergipe. Bacharelou-se, concluindo curso superior na Faculdade de Direito de Recife, na turma de 1874. Sua primeira investidura como magistrado se deu ainda na fase anterior à criação do Poder Judiciário de Alagoas, ou seja, ainda sob o antigo regime, tendo atuado como Juiz de Direito na Comarca de Mata Grande, com exercício no ano de 1886; removido para a Comarca de Traipu, por ato de 09.01.1888; e removido para a Comarca de Penedo, por ato de 19.02.1892. Por fim, foi nomeado Desembargador, por ato de 19.02.1894, tomando posse em 23.02.1894 no Tribunal Superior, em ato solene sob a presidência do Desembargador Manoel Fernandes de Araújo Jorge. Foi aposentado por força da Lei Estadual nº 113 de 05.08.1895. Faleceu no 01 de julho de 1904.

DESEMBARGADOR

**JOSÉ CASADO ACCIOLI  
DE LIMA**



## 07. Desembargador

### JOSÉ CASADO ACCIOLI DE LIMA

Natural do Estado de Alagoas. Bacharelou-se, concluindo o curso superior na Faculdade de Direito do Recife (graduado quando a faculdade tinha sede na cidade de Olinda-PE), na turma de 1849. Atuou como Deputado Provincial de Alagoas nas legislaturas de 1852/1853 e 1854/1855; como Deputado Geral na legislatura de 1857/1860; e esteve no ofício de Promotor de Justiça na Comarca de Anadia, até ser nomeado em 03.03.1851, quando foi removido para a Comarca de Penedo. Sua primeira atuação na magistratura se deu na fase anterior à criação do Poder Judiciário de Alagoas, ou seja, ainda sob o antigo regime, tendo atuado junto à Comarca de Anadia, por ato de 11.04.1839; exerceu o cargo de Juiz de Direito na Comarca de União (atual, União dos Palmares), ali permanecendo até 17.02.1865. Uma vez instalado o Tribunal Superior, naquela mesma sessão, foi nomeado por ato de 01.07.1892, tomando posse na mesma data para assumir a titularidade, cumulativamente, da Comarca de Atalaia, com os Termos Judiciários Paraíba (atual, Capela) e Viçosa. Por fim, foi nomeado Desembargador, por ato de 30.05.1895, tomando posse em 31.05.1895, naquele tribunal em ato solene, sob o comando do Desembargador Tibúrcio Valeriano da Rocha Lins, então Presidente do Tribunal Superior. Restou eleito Presidente desse mesmo tribunal, para o exercício de 25.06.1895 até 08.07.1898. Faleceu no dia 01.07.1898.

DESEMBARGADOR

**RODRIGO ADOLPHO  
DE ARAÚJO JORGE**



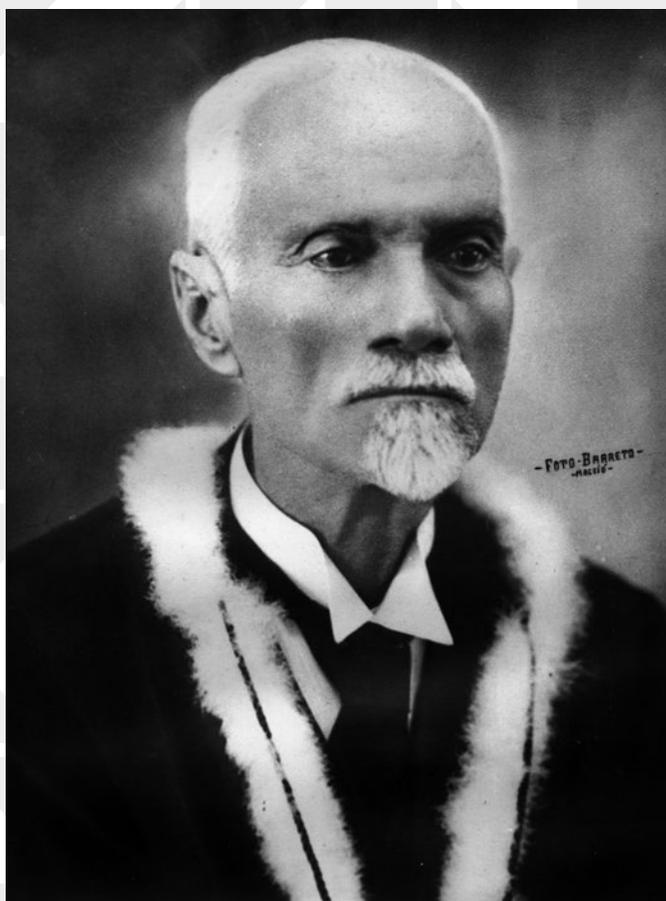
## 08. Desembargador

### RODRIGO ADOLPHO DE ARAÚJO JORGE

Natural do Estado de Alagoas, filho de Silvério Fernandes de Araújo Jorge e Maria Victória Nascimento Pontes. Bacharelou-se, concluindo o curso superior na Faculdade de Direito de Recife, na turma de 1882. Exerceu o cargo de Promotor na Comarca de Paulo Afonso (atual, Mata Grande), por ato de 15.11.1882; Juiz Municipal na Comarca de Atalaia, no ano de 1889; e atuou como advogado nesta capital. Na sequência, sua primeira investidura no cargo de Juiz de Direito se deu na Comarca de Anadia, para onde foi nomeado no ano de 1892, tendo assumido a sua judicatura em ato solene de posse e compromisso ocorrido sob o comando do Desembargador Tibúrcio Valeriano da Rocha Lins, então Presidente do Tribunal Superior (atual, Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas). Seguiu sua trajetória funcional, assumindo sua titularidade de Juiz de Direito, adiante sendo removido para atuar na Comarca do Pilar, e Termo Judiciário de Santa Luzia do Norte, tomando posse em 05.07.1892, ali permanecendo até ser promovido para o cargo Desembargador, por ato de 30.05.1895, tomando posse em 04.06.1895 no Tribunal Superior, em ato solene sob o comando do Desembargador Tibúrcio Valeriano da Rocha Lins, então Presidente do Tribunal Superior. Obra: Tribunal Superior de Alagoas. Subsídio Para a História da Organização Judiciária do Estado, *in* Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas - IHGAL (antigo, IAGA), vol. III, nº 2, Maceió-1901.

DESEMBARGADOR

**ESPERIDIÃO TENÓRIO  
DE ALBUQUERQUE**



## 09. Desembargador

### ESPERIDIÃO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

Alagoano, natural de Quebrangulo, nascido no dia 21 de outubro de 1855, filho do coronel Manoel Tenório de Albuquerque e Maria Tenório de Albuquerque. Bacharelou-se, concluindo o curso superior na Faculdade de Direito de Recife, na turma de 1878. Exerceu atividade de Promotor Público nas Comarcas de Palmeira dos Índios e Maceió; Juiz Municipal nas Comarcas de Atalaia (1891/1892), Paulo Afonso em 1891, (atual Mata Grande), Passo de Camaragibe e São Luiz do Quitunde; Juiz de Direito na Comarca de Bragança no Estado do Pará; Secretário de Leão Veloso Filho, Presidente da então Província de Alagoas, em 1885. Na sequência, sua primeira investidura no cargo de Juiz de Direito, depois da instalação do Poder Judiciário de Alagoas, deu-se na Comarca de Passo de Camaragibe, com Termo Judiciário reunido de São Luiz de Quitunde, para onde foi nomeado no dia 02.08.1892, sob ato solene de posse e compromisso diante do Presidente do Tribunal Superior de Alagoas, Desembargador Tibúrcio Valeriano da Rocha Lins. Por fim, foi nomeado para o cargo de Desembargador, por Decreto Governamental de 30.05.1895, tomando posse de seu cargo junto ao Tribunal Superior de Alagoas, em ato solene do dia 12.06.1895, sob a presidência do Desembargador José Casado Accioli de Lima. Sócio Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas - IH-GAL, empossado em 09.09.1898. Para fins de homenagens em razão da aposentadoria do Desembargador Esperidião Tenório de Albuquerque, foi instalada sessão extraordinária no Superior Tribunal de Alagoas, no dia 26 de agosto de 1933, sendo o mesmo, naquela ocasião, saudado pelo Desembargador Augusto Galvão que, representando aquela Corte de Justiça, no dizer do redator da Revista do Instituto da Ordem dos Advogados de Alagoas, fez ver que: “ O preito de seus colegas tinha a alta significação de firmar o largo conceito, que mais uma vez, tem aureolado o nome do íntegro, erudito e digno magistrado, cuja judicatura fora cintilante no amplo

período de 47 anos “. E naquela ocasião teve seu retrato colocado no “salão das sessões” do mesmo tribunal. Da mesma forma, foi homenageado pelo Instituto da Ordem dos Advogados de Alagoas, então usando da palavra o advogado Guedes Lins que, reverenciando o homenageado em eloquente discurso, assim discorreu: “Nos debates em que o Tribunal procurava polir as arestas para a proclamação de uma jurisprudência e a evidência do direito reclamado, culminava uma voz serena e sábia que extraía do recôndito das páginas processuais a prova iniludível, límpida e dominante do negócio jurídico que se agitava, da relação privada que se defendia para proferir os intuitos do legislador e aplicar a lei com a forma antiquada que a reveste ou o estilo moderno que a purifica”. No mês seguinte, aquele mesmo Instituto dos Advogados, em sessão solene aberta pelo renomado Guedes de Miranda, este convidou o decano da classe Dr. Bernardino Ribeiro para proferir Oração Congratulatória que, sobremaneira mais uma vez, alteou a imagem do provector Desembargador Tenório Albuquerque, inaugurando, na ocasião, a sua foto nas dependências daquele Instituto. No mesmo diapasão sobre a sua personalidade de homem público, assevera o douto José Maria Tenório Rocha: “Esperidião mostrava-se sereno e superior e, impondo-se pela sua bagagem de conhecimentos, fazia com que todos o admirassem; era por assim dizer o homem padrão, um modelo a ser seguido por todos. Sua voz moderada e sibilante era ouvida por quantos o cercavam e sempre seu entusiasmo invadia a todos”. Na tônica, o biógrafo Augusto Vaz Filho, a título de testemunho sobre o perfil do Des. Tenório de Albuquerque, assim se pronunciou: “Honrando a toga, o conspícuo conterrâneo soube se conduzir na difícil missão de distribuir justiça, destacando-se pela integridade de suas opiniões que, não raro, serviram de exemplo para seus colegas. No Tribunal de Justiça do Estado, sua figura pontificava como a mais alta expressão da Justiça das Alagoas”. Patrono do Grupo Escolar da cidade de Quebrangulo/AL. E ainda homenageado tendo o seu nome em uma artéria pública sito no bairro do Farol, denominada Rua Desembargador Tenório, nesta capi-

tal. Patrono da Cadeira 19 na Academia Alagoana de Letras e Artes de Magistrados - AALAMAGIS. Recebeu o Título de Aposentação, no dia 09.03.1933. Faleceu nesta capital, no dia 12 de novembro de 1938, no dealbar dos seus 83 anos de idade.

DESEMBARGADOR

**JOSÉ MARIA CORREIA  
DAS NEVES**



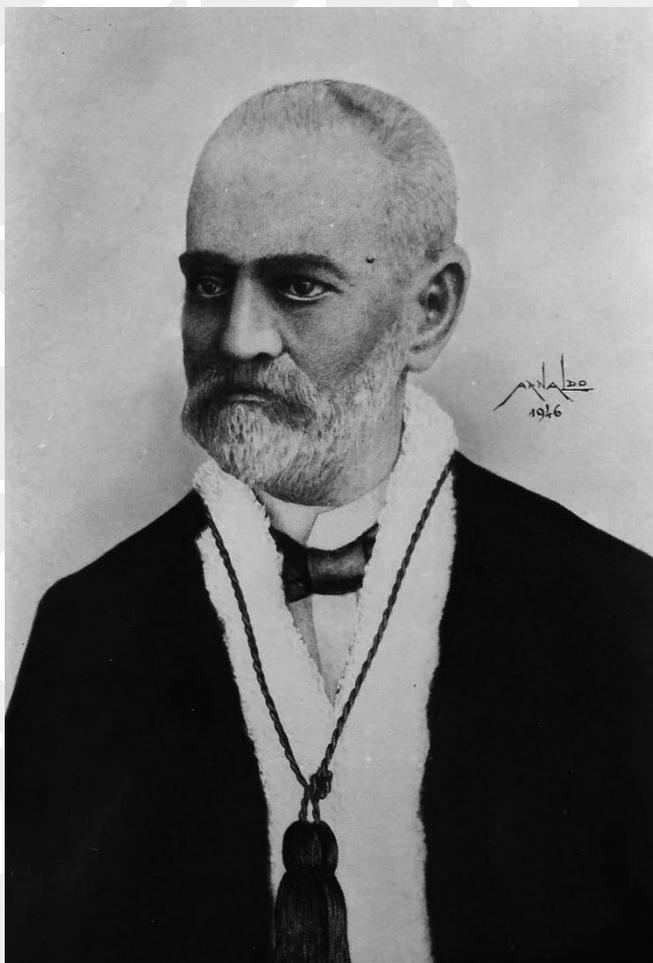
## 10. Desembargador

### **JOSÉ MARIA CORREIA DAS NEVES**

Natural do Estado da Paraíba. Bacharelou-se, tendo concluído o curso superior de Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito do Recife, na turma de 1880. Em 1885, foi Juiz de Direito na Comarca de Mata Grande e na Comarca de Pilar, em 1889, tendo sido declarada sua Disponibilidade por Decreto nº 26 de 24.07.1893. Após a instalação do Poder Judiciário, foi Juiz de Direito na Comarca de Penedo e anexos (Termos Judiciários de São Brás, Porto Real do Colégio e Traipu), para onde foi nomeado por ato de 18.06.1892, do General Gabino Besouro, então Governador do Estado de Alagoas, tendo assumido a sua judicatura em ato solene de posse e compromisso ocorrido no dia 05.07.1892, sob o comando do Desembargador Tibúrcio Valeriano da Rocha Lins, então Presidente do Tribunal Superior. Por fim, foi promovido ao cargo de Desembargador por ato de 12.06.1895 durante o governo da Junta Governativa (após a deposição do Barão de Traipu), tomando posse em 22.06.1895, junto ao Tribunal Superior, em ato solene sob o comando do Desembargador Manoel Fernandes de Araújo Jorge, então Presidente do Tribunal Superior. Faleceu no dia 22 de agosto de 1896.

DESEMBARGADOR

**JOSÉ DE MENDONÇA  
REGO BARROS**



## 11. Desembargador

### **JOSÉ DE MENDONÇA REGO BARROS**

Alagoano, natural de Porto Calvo. Bacharelou-se, tendo concluído curso superior de Ciências Jurídicas e Sociais, na Faculdade de Direito de Recife, na turma de 1857. Exerceu o cargo de Juiz Municipal em Porto de Pedras e Passo de Camaragibe, por ato de 16.02.1870, tomando posse em 04.04.1870. Na sequência, sua primeira investidura no cargo de Juiz de Direito se deu na Comarca de Porto Calvo, que detinha jurisdição sobre o Termo Judiciário de Porto de Pedras, tomando posse no dia 26.07.1892; removido para a Comarca de Maragogy, por ato de 27.06.1895, tendo assumido a sua judicatura em ato solene de posse e compromisso, entrando em exercício de suas funções sob o comando do Desembargador Tibúrcio Valeriano da Rocha Lins, então Presidente do Tribunal Superior de Alagoas. Seguiu sua trajetória funcional, assumindo sua titularidade de Juiz de Direito e, adiante, foi promovido ao cargo de Desembargador, por ato de 26.08.1896, entrando em exercício de suas funções no dia 22.09.1896, sob o comando do Desembargador José Casado Accioli de Lima, então Presidente do Tribunal Superior de Alagoas. Entrou em Disponibilidade em 12.06.1896. De acordo com a Lei nº 152 de 24.05.1897, entrou em licença por um período de um ano para tratamento de saúde, porém, veio a falecer no dia 21 de junho de 1897, assumindo, na vaga deixada por seu falecimento, o Desembargador José Maria Correia das Neves.

DESEMBARGADOR

**GRACIANO XAVIER  
CARNEIRO DA CUNHA**



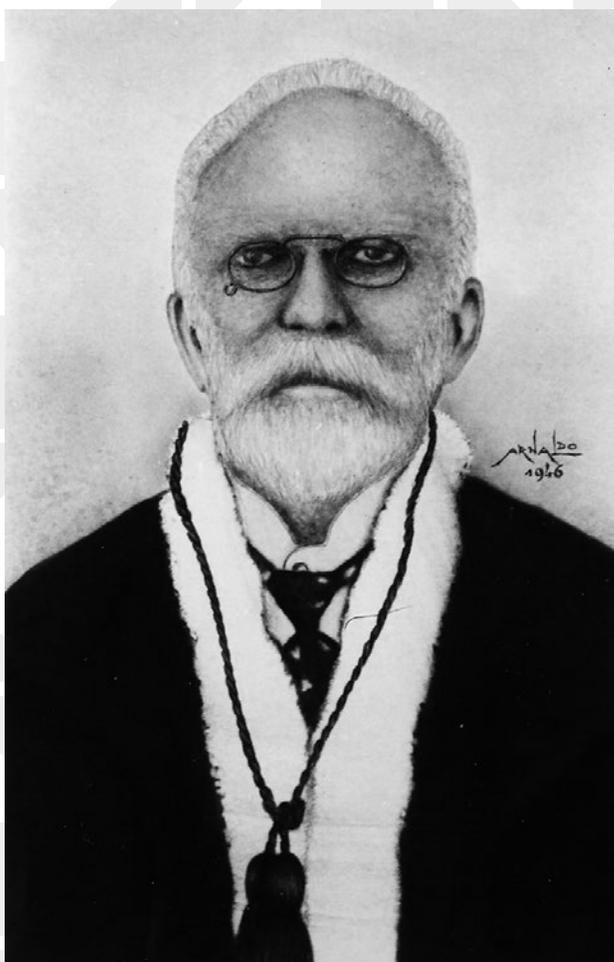
## 12. Desembargador

### **GRACIANO XAVIER CARNEIRO DA CUNHA**

Pernambucano. Bacharelou-se, tendo concluído curso superior de Ciências Jurídicas e Sociais, na Faculdade de Direito de Recife, na turma de 1883. Exerceu judicatura na Comarca de Pão de Açúcar, em 1892. Na sequência, sua investidura no cargo de Juiz de Direito se deu na Comarca de Anadia que detinha jurisdição sobre o Termo Judiciário de Limoeiro de Anadia, tendo tomado posse no dia 31.01.1893, em razão da vacância deixada pelo fato de o titular daquela Comarca, Juiz de Direito Ascindino Cavalcanti Simões, haver sido colocado em Disponibilidade. Todavia, entrou também em Disponibilidade no dia 04.05.1895, em razão do retorno do Juiz de Direito a quem havia substituído, que foi reconduzido ao seu antigo cargo naquela Comarca. Porém, em 08.07.1895 reassumiu a Comarca de Anadia, em razão do Decreto que mais uma vez colocou o Juiz Ascindino em Disponibilidade. Seguiu sua trajetória funcional assumindo sua titularidade de Juiz de Direito, até ser promovido ao cargo de Desembargador, por ato de 21.06.1897, entrando em exercício de suas funções no dia 02.07.1897, sob o comando do Desembargador Aurélio Numeriano Pontes da Silveira, então Presidente do Tribunal Superior de Alagoas. Teve gestão, junto ao Tribunal Superior, de 08.07.1898 a 05.02.1903. Recebeu seu Título de Aposentação em 23.02.1906.

DESEMBARGADOR

**JACINTHO DE ASSUMPÇÃO  
PAES DE MENDONÇA**



### 13. Desembargador

#### JACINTHO DE ASSUMPÇÃO PAES DE MENDONÇA

Natural do Estado de Alagoas. Filho de Jacinto Paes de Mendonça e Francisca de Barros Rego Wanderley. Bacharelou-se, concluindo curso superior na Faculdade de Direito de Recife, na turma de 1878. Sua primeira investidura no cargo de Juiz de Direito se deu na Comarca de Maceió, consoante Decreto datado de 18.06.1892, do General Gabino Besouro, então Governador do Estado de Alagoas. Tendo sido designada a Sessão solene para a instalação do novel Tribunal, ocorrida no dia 01.07.1892, na mesma ocasião o mais antigo magistrado, dentre os cinco primeiros desembargadores recém-empossados, qual seja, o Desembargador Tibúrcio Valeriano da Rocha Lins, este restou eleito Presidente do Tribunal Superior de Alagoas, que acabou por presidir essa solenidade, prestigiada pelas mais altas autoridades do Estado, restando aclamado, em ato solene de posse e compromisso, para Presidente do Tribunal Superior de Alagoas, representante máximo do Poder Judiciário, recém-criado e instalado na forma da lei, configurando-se, pois, o primeiro quadro funcional da Corte de Justiça alagoana. Nessa mesma data, o biografado tomou posse como Juiz de Direito para assumir a titularidade da 1ª Vara da Comarca de Maceió, na mesma sessão em que os novéis Desembargadores prestaram compromisso dos cargos e tomaram posse. Por Decreto de 08.12.1892, entrou em disponibilidade, somente sendo reintegrado, pelo Decreto de 27.03.1895, assumindo na mesma data, a titularidade da 1ª Vara da Comarca de Maceió, ali permanecendo, até ser promovido ao cargo de Desembargador do Tribunal Superior de Alagoas, por ato de 15.04.1898, tomando posse e entrando em exercício no dia 19.04.1898. Faleceu em 1927.

DESEMBARGADOR

**JOAQUIM AYRES DA  
SILVA COSTA JUNIOR**



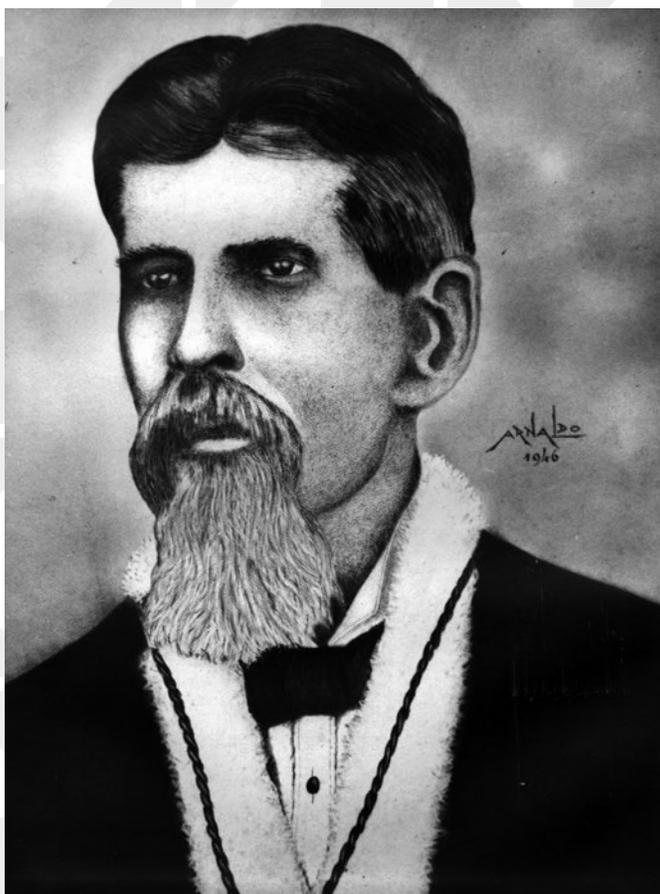
## 14. Desembargador

### JOAQUIM AYRES DA SILVA COSTA JUNIOR

Natural do Estado de Alagoas. Bacharelou-se, tendo concluído curso superior de Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito de Recife, na turma de 1884. Na sequência, sua primeira investidura no cargo de Juiz de Direito se deu na Comarca de Coruripe, que detinha jurisdição sobre os Termos judiciários de Piaçabuçu e Poxim, para onde foi nomeado por ato de 18.06.1892, tendo assumido a sua judicatura em ato solene de posse e compromisso ocorrido no dia 02.07.1892, entrando em exercício de suas funções sob o comando do Desembargador Tibúrcio Valeriano da Rocha Lins, então Presidente do Tribunal Superior. Seguiu sua trajetória funcional assumindo sua titularidade de Juiz de Direito e, adiante, foi removido para atuar na Comarca do Pilar, por ato de 06.06.1896, entrando em exercício no dia 08.07.1896, onde permaneceu até ser promovido ao cargo de Desembargador, por ato de 11.07.1898, tomando posse em 22.07.1898, junto ao Tribunal de Justiça de Alagoas, em ato solene sob o comando do Desembargador Graciano Xavier Carneiro da Cunha, então Presidente daquele Tribunal. Porém, fato inusitado ocorre quando o Juiz de Direito aqui biografado, depois de pelo menos dois anos de efetivo exercício como Desembargador, pediu exoneração do cargo de desembargador, sob condição de retornar ao cargo anterior de Juiz de Direito da Comarca do Pilar, sua antiga Comarca, conseguindo seu intento por força do Decreto de 06.07.1900, voltando a atuar naquela Comarca mediante posse ocorrida no dia 07.07.1900, onde permaneceu por mais 22 anos até se aposentar por ato de 23 de junho de 1922. Faleceu no dia 23 de julho de 1930.

DESEMBARGADOR

**ANTONIO TOLENTINO  
DA COSTA**



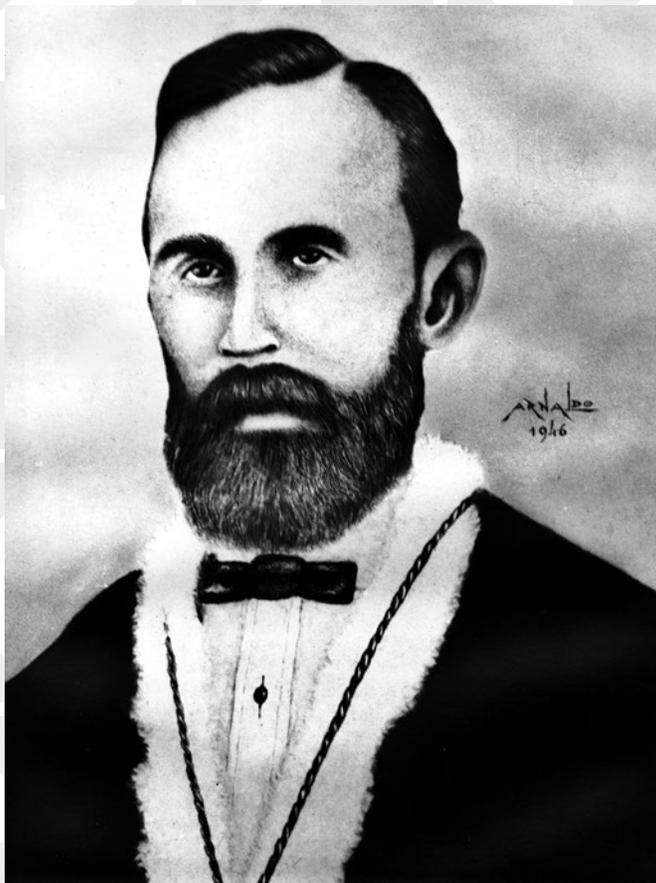
## 15. Desembargador

### ANTONIO TOLENTINO DA COSTA

Natural do Estado de Alagoas. Nascido no dia 19 de dezembro de 1858. Filho de Nicolau Tolentino da Costa. Bacharelou-se, tendo concluído curso superior de Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito de Recife, na turma de 1883. Na sequência, sua primeira investidura no cargo de Juiz de Direito se deu na Comarca de Anadia, que detinha jurisdição sobre o Termo Judiciário de Limoeiro de Anadia, para onde foi nomeado por ato de 26.06.1897, tendo assumido a sua judicatura em ato solene de posse e compromisso ocorrido naquele mesmo dia sob o comando do Desembargador José Casado de Accioli Lima, então Presidente do Tribunal Superior. Seguiu sua trajetória funcional, assumindo sua titularidade de Juiz de Direito, sendo adiante removido para atuar na Comarca de Coruripe, por ato de 14.03.1890, entrando em exercício no dia 22.04.1890; promovido para a 2ª vara da Comarca de Maceió, por ato de 18.04.1898, entrando em exercício de suas funções no dia 30.04.1898, onde permaneceu até ser promovido ao cargo de Desembargador, por ato de 05.07.1900, tomando posse em 07.07.1900, junto ao Tribunal Superior de Alagoas, em ato solene sob o comando do Desembargador Graciano Xavier Carneiro da Cunha, então Presidente daquele Tribunal. Faleceu no dia 03 de julho de 1913.

DESEMBARGADOR

**AURÉLIO NUMERIANO  
PONTES DA SILVEIRA**



## 16. Desembargador

### AURÉLIO NUMERIANO PONTES DA SILVEIRA

Natural do Estado de Alagoas. Bacharelou-se, concluindo o curso superior na Faculdade de Direito de Recife, na turma de 1885. Foi Deputado Provincial de 1872/1873, e também funcionou como Promotor no Processo Crime que resultou no enforcamento do escravo Francisco, na Comarca do Pilar/AL, no dia 28.04.1876. Na sequência, sua primeira investidura no cargo de Juiz de Direito se deu na Comarca de Traipu com jurisdição sobre o Termo Judiciário de Belo Monte, para onde foi nomeado por ato de 18.06.1892, tendo assumido a sua judicatura em ato solene de posse e compromisso ocorrido no dia 01.07.1892, sob o comando do Desembargador Tibúrcio Valeriano da Rocha Lins, então Presidente do Tribunal Superior. Seguiu sua trajetória funcional, assumindo sua titularidade de Juiz de Direito, sendo adiante removido para atuar na 2ª vara da Comarca de Maceió, por ato de 28.05.1895, tomando posse e entrando em exercício no dia 08.07.1895; removido para a 1ª vara da Comarca de Maceió, por ato de 15.04.1898, tomou posse e assumiu o exercício no mesmo dia, onde permaneceu até ser promovido ao cargo Desembargador, por ato de 09.06.1902, tomando posse em 10.06.1902, junto ao Tribunal Superior, em ato solene sob comando do Desembargador Presidente Graciano Xavier Carneiro da Cunha. Em 29.01.1907 foi eleito Presidente do Tribunal Superior, sendo reeleito, sucessivamente, até deixar a presidência em 06.02.1912.

DESEMBARGADOR

**FRANCISCO JOSÉ DA  
SILVA PORTO**



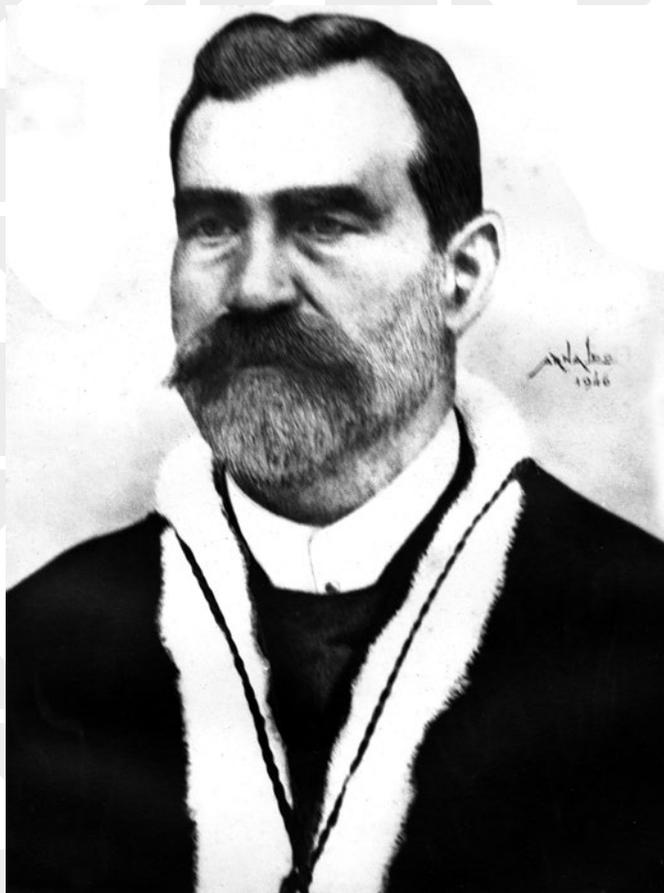
## 17. Desembargador

### FRANCISCO JOSÉ DA SILVA PORTO

Natural do Estado de Alagoas. Filho de Francisco José da Silva Porto. Bacharelou-se, concluindo o curso superior na Faculdade de Direito de Recife, na turma de 1872. Foi Juiz Municipal na Comarca do Pilar, por ato de 11.03.1873; posteriormente, foi nomeado Juiz de Direito da Comarca de Pão de Açúcar, por ato de 18.07.1883; e eleito Procurador Geral do Estado, em 30.07.1897. Finalmente, foi promovido ao cargo de Desembargador, por ato de 09.06.1902 do Governador Euclides Vieira Malta, tomando posse em 10.06.1902, junto ao Tribunal Superior, em ato solene sob o comando do Desembargador Presidente Graciano Xavier Carneiro da Cunha. Chegou a Presidente do Tribunal Superior, sendo eleito em 06.02.1903 até 28.01.1907, novamente eleito Presidente em 06.02.1912, e reeleito, sucessivamente, até falecer em 10.10.1922. Francisco José da Silva Porto foi o Magistrado prolator da última sentença de execução por enforcamento no Brasil, fato acontecido na Comarca do Pilar/AL, em 28.04.1876. Recebeu Título de Aposentação no dia 23.06.1922, após 50 anos de atividade como Magistrado, vindo a falecer meses após, no dia 10 de outubro de 1922.

DESEMBARGADOR

**MANOEL JOAQUIM DOS  
SANTOS PATURY**



## 18. Desembargador

### MANOEL JOAQUIM DOS SANTOS PATURY

Natural do Estado de Alagoas. Bacharelou-se, concluindo o curso superior na Faculdade de Direito do Recife, na turma de 1863. Exerceu a função de Juiz de Direito na Comarca do Pilar, em razão do Decreto de 26.12.1877. Na sequência, sua primeira investidura no cargo de Juiz de Direito, após a criação do Poder Judiciário, se deu na 1ª Vara da Comarca de Maceió, para onde foi nomeado por ato de 09.06.1902 do Governador Euclides Vieira Malta, tendo assumido a sua judicatura em ato solene de posse e compromisso ocorrido no dia 13.06.1902, sob o comando do Desembargador Graciano Xavier Carneiro da Cunha, então Presidente do Tribunal Superior. Seguiu sua trajetória funcional, assumindo sua titularidade de Juiz de Direito até ser promovido ao cargo de Desembargador, por ato de 09.12.1905, do Governador Euclides Vieira Malta, tomando posse em 11.12.1905, junto ao Tribunal Superior, em ato solene sob o comando do Desembargador Presidente Francisco José da Silva Porto. Teve seu Título de Aposentação, por Decreto de 25.05.1906, depois de 29 anos de atividade como Magistrado. Faleceu no dia 10 de julho de 1910.

DESEMBARGADOR

**BERNARDO LINDOLFO  
DE MENDONÇA**



## 19. Desembargador

### **BERNARDO LINDOLFO DE MENDONÇA**

Natural do Estado de Alagoas. Bacharelou-se, concluindo o curso superior na Faculdade de Direito do Recife, na turma de 1873. Exerceu a função de Deputado Provincial na legislatura de 1888/1889. Sua primeira investidura no cargo de Juiz de Direito se deu na Comarca de Porto Calvo, para onde foi nomeado por ato de 11.07.1895, tendo assumido a sua judicatura em ato solene de posse e compromisso ocorrido no dia 23.08.1895, sob o comando do Desembargador José Casado Accioli de Lima então Presidente do Tribunal Superior. Seguiu sua trajetória funcional, assumindo sua titularidade de Juiz de Direito, sendo adiante removido para atuar na Comarca de Maragogi, por ato de 12.09.1896, tomando posse e entrando em exercício no dia 08.11.1896. Foi posto em Disponibilidade pelo Decreto nº 10 de 14.06.1898, em razão da anexação dos Municípios de Maragogi e Porto Calvo, para fins da administração da Justiça, com o advento da Lei nº 221 de 07.06.1898. Posteriormente, foi reintegrado nas funções de seu cargo para atuar na Comarca de Santa Luzia do Norte, por ato de 28.06.1900, tomando posse e assumindo o exercício em 11.07.1900, até ser promovido ao cargo Desembargador, por ato de 23.02.1906 do então Governador Euclides Vieira Malta, tomando posse em 27.02.1906, junto ao Tribunal Superior, em ato solene sob o comando do Desembargador Presidente Francisco José da Silva Porto. Faleceu no dia 11 de janeiro de 1919.

DESEMBARGADOR

**EUTHÍQUIO CARLOS DE  
CARVALHO GAMA**



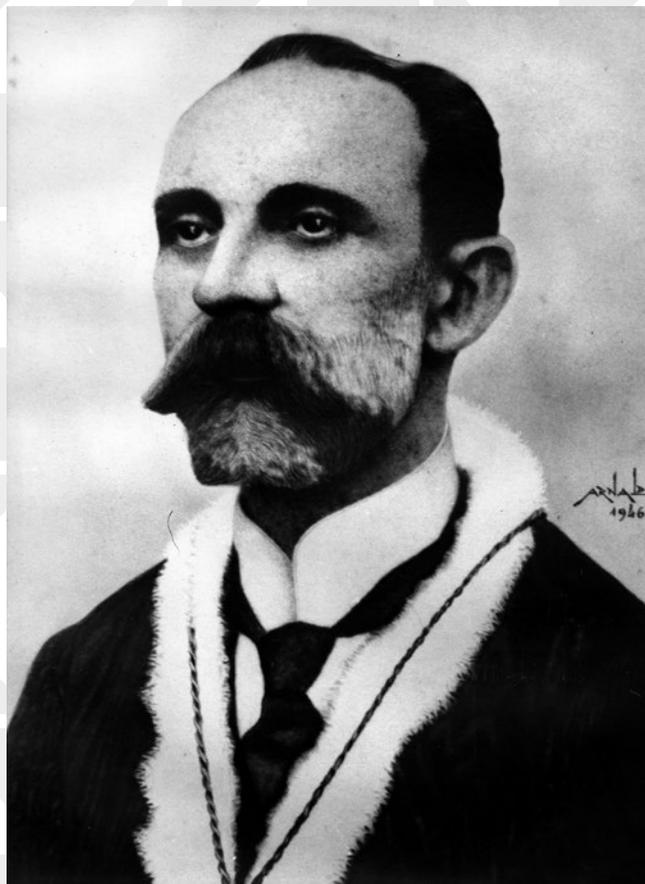
## 20. Desembargador

### EUTHÍQUIO CARLOS DE CARVALHO GAMA

Alagoano, natural de Maceió, nascido no dia 11 de maio de 1866, filho de Euthíquio Carlos de Carvalho Gama e Carolina Alves Branco de Carvalho. Fez os estudos preparatórios no Liceu de Maceió. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito de São Paulo, na turma de 1888. Exerceu as funções de Promotor Público na Comarca de Maceió, e de Juiz Municipal da Comarca de Atalaia em 1889, além de ter sido Secretário da Junta Comercial de Alagoas. Ainda, foi sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas - IGHAL, tomando posse em 12.10.1921. Sua primeira investidura no cargo de Juiz de Direito se deu na Comarca de União, com jurisdição sobre o Termo Judiciário da Laje, para onde foi nomeado por ato de 20.07.1895, do Governador Manoel Gomes Ribeiro (Barão de Traipu), tendo assumido a sua judicatura em ato solene de posse e compromisso ocorrido no mesmo dia, sob o comando do Desembargador José Casado Accioli de Lima, então Presidente do Tribunal Superior. Seguiu sua trajetória funcional, assumindo sua titularidade de Juiz de Direito, sendo adiante removido para atuar na Comarca do Pilar, por ato de 12.08.1898, tomando posse e entrando em exercício no dia 15.08.1898; removido para a 2ª Vara da Comarca de Maceió, por ato de 05.07.1900, tomando posse e assumindo o exercício no mesmo dia. Foi promovido ao cargo de Desembargador, por ato de 16.01.1912 do Governador Euclides Vieira Malta, tomando posse na mesma data, junto ao Tribunal Superior, em ato solene sob o comando do Desembargador Presidente Aurelio Numeriano Pontes da Silveira. Deixou como legado as seguintes obras: Discurso de Posse no Instituto, Maceió, 1924; O Direito e as Revoluções, Maceió, 1926. Faleceu no dia 30 de outubro de 1927.

DESEMBARGADOR

**CÂNDIDO GONÇALVES  
DE ALBUQUERQUE**



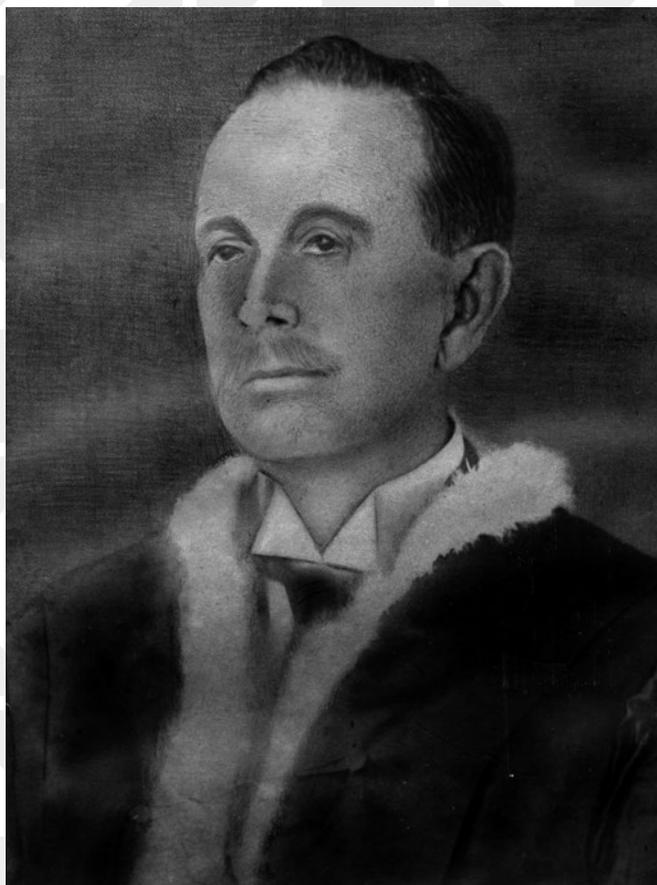
## 21. Desembargador

### CÂNDIDO GONÇALVES DE ALBUQUERQUE

Natural do Estado de Pernambuco. Bacharelou-se, tendo concluído o curso de Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito do Recife, na turma de 1882. Eleito Procurador-Geral do Estado, trabalhou também na Secretaria do Tribunal Superior. Na sequência, sua primeira investidura no cargo de Juiz de Direito se deu na Comarca de São Luiz do Quitunde de 1ª entrância, para onde foi nomeado em 07.10.1895, por ato do Governador Manoel Gomes Ribeiro - (Barão do Traipu), tendo assumido a sua judicatura em ato solene de posse e compromisso ocorrido no dia 30.11.1895, sob o comando do Desembargador José Casado Accioli de Lima, então Presidente do Tribunal Superior de Alagoas. Seguiu sua trajetória funcional, assumindo sua titularidade de Juiz de Direito, até ser removido para a Comarca de Atalaia por ato de 28.06.1900, do então Governador Euclides Vieira Malta, em ato solene de posse e compromisso de 05.07.1900, sob a Presidência do Desembargador Graciano Xavier Carneiro da Cunha, onde permaneceu até ser removido para a sua anterior Comarca, a de São Luiz de Quitunde, por ato de 29.01.1901, tomando posse em 02.02.1901. Foi promovido ao cargo de Desembargador, por ato de 12.07.1913, para o Tribunal Superior de Alagoas, em ato solene de posse e compromisso datado de 23.07.1913, sob a presidência do Desembargador Francisco José da Silva Porto. Entrou em Disponibilidade, mas o tempo em que esteve afastado foi aproveitado pela Lei de nº 343 de 10.06.1902, para contagem de tempo de serviço. Aposentou-se em 06 de maio de 1920, depois de 25 anos de atividade como Magistrado. Faleceu no dia 06 de julho de 1922

DESEMBARGADOR

**BENJAMIM PEREIRA  
DO CARMO**



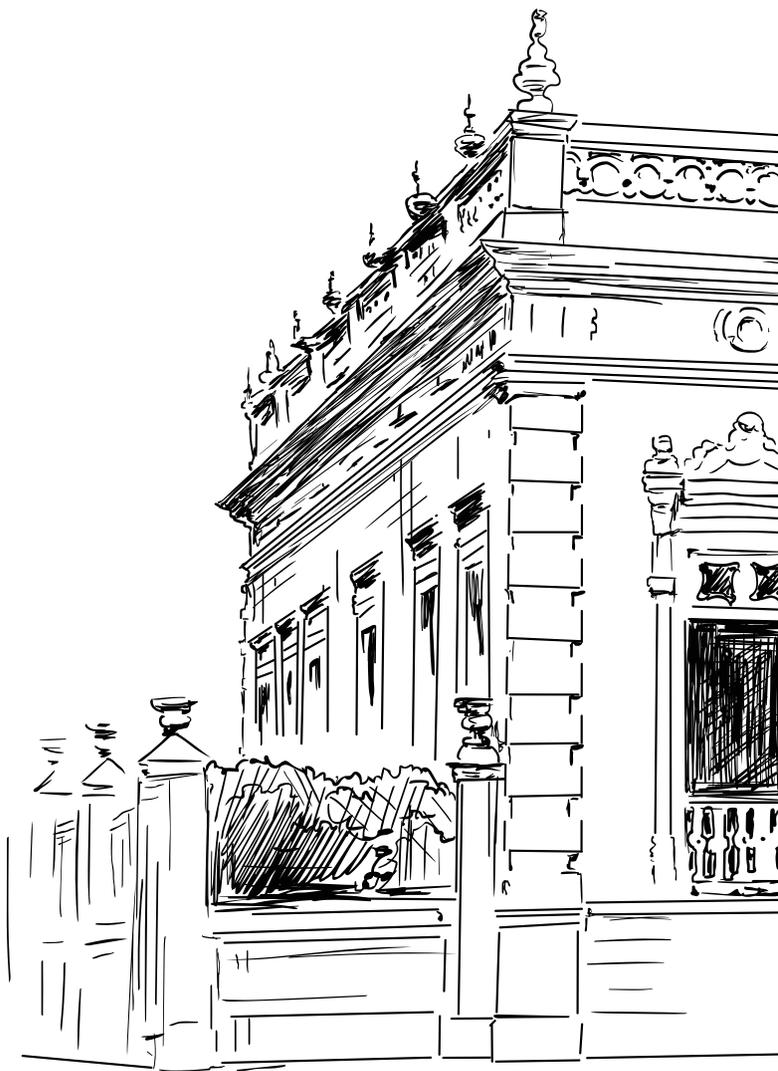
## 22. Desembargador

### **BENJAMIM PEREIRA DO CARMO**

Natural do Estado de Pernambuco. Bacharelou-se, tendo concluído o curso de Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito do Recife, na turma de 1885. Exerceu atividade de Promotor Público junto à Comarca de Atalaia em 1889, e em 1891 na Comarca do Pilar. Sua primeira investidura no cargo de Juiz de Direito se deu na Comarca de União, com jurisdição sobre os Termos Judiciários de Murici e Laje, para onde foi nomeado consoante Decreto datado de 18.06.1892, do General Gabino Besouro, então Governador do Estado de Alagoas. Tendo sido designada a Sessão solene para a instalação do novel Tribunal, ocorrida no dia 01.07.1892, na mesma ocasião, o mais antigo Magistrado, dentre os cinco primeiros desembargadores recém-empossados, qual seja, o Desembargador Tibúrcio Valeriano da Rocha Lins, foi eleito Presidente do novel Tribunal, passando a presidir essa solenidade, então prestigiada pelas mais altas autoridades do Estado, restando aclamado, em ato solene de posse e compromisso, para representante máximo do Poder Judiciário que, instalado na forma da lei, configurou-se, pois, no primeiro quadro funcional da Corte de Justiça alagoana. E na mesma sessão, o biografado tomou posse como Juiz de Direito para assumir a titularidade da Comarca de União, e seus anexos Judiciários. Adiante foi atingido pela Lei nº 70 de 24 de maio de 1895, que autorizou o Governador do Estado a promover sua aposentadoria, fato que se confirmou pela edição da Lei nº 113 de 05.08.1895. Todavia, foi reintegrado em 23.02.1906 - existem registros sobre haver permanecido em Disponibilidade de 1906 a 1911, e dentro desse intervalo de tempo teria atuado como Juiz de Direito na Comarca de Paulo Afonso a partir de 1909, depois nomeado Procurador Geral do Estado por ato de 19.11.1913. Por fim, promovido ao cargo de Desembargador, por ato de 14.01.1919, para o Tribunal Superior de Alagoas, em ato solene de posse e compromisso datado de



16.01.1919, sob a presidência do Desembargador Francisco José da Silva Porto. Eleito Presidente para o curto período de 14.03.1930 a 25.04.1930. Foi homenageado tendo o seu nome numa artéria pública sito no bairro do Farol, denominada Rua Desembargador Benjamim Pereira do Carmo, nesta capital.



06/02/1912. Trinta anos após a criação da Justiça no Estado, diante da necessidade de se criar uma sede própria para a Corte estadual, foi inaugurado, na tarde de 6 de fevereiro de 1912, o novo prédio do Tribunal Superior. Projetada pelo arquiteto italiano Luigi Lucariny, a construção foi inspirada no estilo “Pseudo-Neoclássico”.



DESEMBARGADOR

**ESPERIDIÃO DE BARROS  
ALBUQUERQUE LINS**



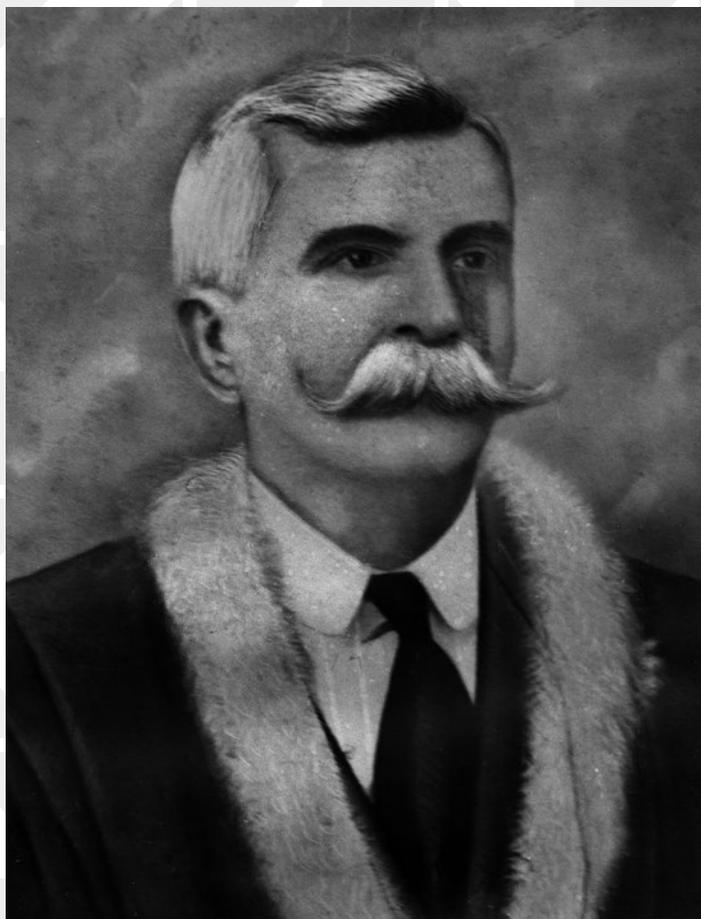
### 23. Desembargador

#### ESPERIDIÃO DE BARROS ALBUQUERQUE LINS

Natural do Estado de Alagoas. Bacharelou-se, concluindo o curso superior na Faculdade de Direito do Recife, na turma de 1887. Na sequência sua primeira investidura no cargo de Juiz de Direito se deu na Comarca de Pão de Açúcar, para onde foi nomeado por ato de 20.01.1894, do General Gabino Besouro, então Governador de Alagoas, tendo assumido a sua judicatura em ato solene de posse e compromisso ocorrido no dia 23.01.1894, sob o comando do Desembargador Tibúrcio Valeriano da Rocha Lins, então Presidente do Tribunal Superior. Seguiu sua trajetória funcional, assumindo sua titularidade de Juiz de Direito, sendo adiante colocado em Disponibilidade, em razão do Decreto nº 351 de 13.12.1905, que extinguiu a Comarca de Pão de Açúcar, onde detinha titularidade - porém, inobstante a Comarca haver sido restaurada em 16.01.1907 - somente veio a ser reintegrado no cargo de Juiz de Direito em 17.07.1913, quando assumiu a Comarca de São Luiz do Quitunde, ali permanecendo até ser promovido ao cargo de Desembargador, por ato de 12.07.1920, do Governador José Fernandes de Barros Lima, assumindo seu novo cargo em 02.08.1920, junto ao Tribunal Superior, em ato solene de posse e compromisso sob o comando do Desembargador Presidente Francisco José da Silva Porto. Eleito Presidente do Tribunal Superior, iniciou seu exercício em 25.04.1930, sendo reeleito, sucessivamente, até deixar a presidência em razão da sua aposentadoria, que se deu em 02.08.1937, depois de mais de 43 anos de atividade como Magistrado. Representou o Tribunal de Apelação de Alagoas, na primeira Conferência de Criminologia, para a reforma do Código Penal Brasileiro, na cidade do Rio de Janeiro, então Capital Federal. Também representou aquela Corte, durante as festividades de inauguração da Associação Brasileira de Magistrados - AMB, em 02.08.1949.

DESEMBARGADOR

**ANTONIO EUSTÓRGIO DE  
OLIVEIRA E SILVA**



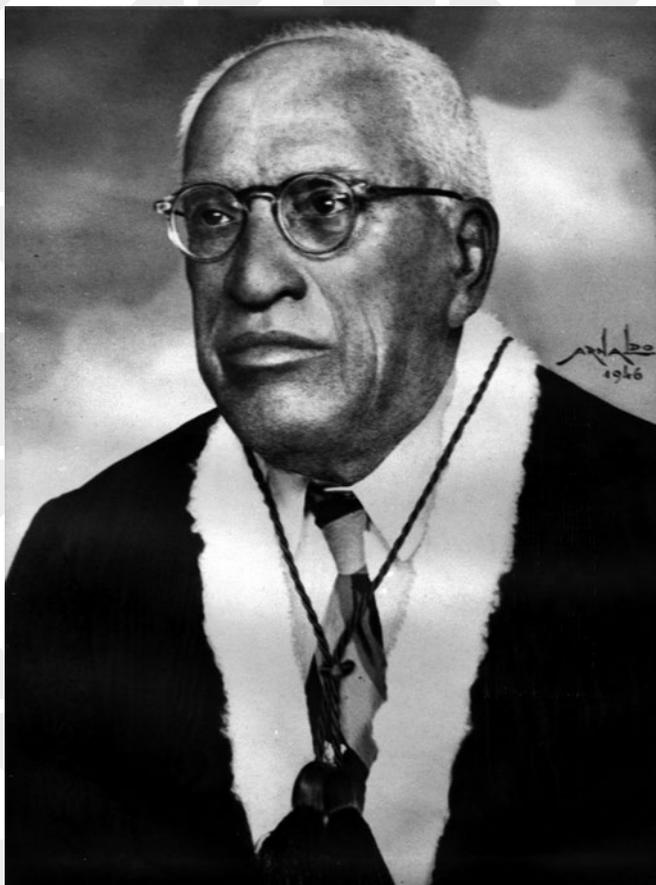
## 24. Desembargador

### **ANTONIO EUSTÓRGIO DE OLIVEIRA E SILVA**

Natural do Estado de Alagoas. Bacharelou-se, tendo concluído o curso de Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito do Recife, na turma de 1884. Exerceu ainda o cargo de Deputado Provincial na legislatura de 1888/1889. Sua primeira investidura no cargo de Juiz de Direito se deu na Comarca de São Miguel dos Campos, para onde foi nomeado consoante Decreto datado de 18.04.1898, de Manoel José Duarte, então Governador do Estado de Alagoas, tomando posse por ato de 19.04.1898, sob compromisso e diante do Desembargador Graciano Xavier Carneiro da Cunha. Foi removido para a 1ª Vara da Comarca de Maceió, onde permaneceu até ser promovido ao cargo de Desembargador do Tribunal Superior de Alagoas, por ato de 11.10.1922, do Governador José Fernandes de Barros Lima, tomando posse sob compromisso datado de 14.10.1922, sob a presidência do Desembargador Adalberto Elpídio de Albuquerque Figueiredo. Teve seu título de Aposentação em 1927, depois de 39 anos de atividade pública.

DESEMBARGADOR

**MANOEL LOPES  
FERREIRA PINTO**



## 25. Desembargador

### MANOEL LOPES FERREIRA PINTO

Alagoano, natural de Maceió, nascido no dia 06 de agosto de 1867, filho de Joaquim Lopes Ferreira Pinto e Carolina Lopes Ferreira Pinto. Bacharelou-se, concluindo o curso de Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito de Recife, na turma de 1889. Jornalista militante, tendo atuado no jornal A Tribuna; Professor de música do Liceu Alagoano; Violinista da orquestra do antigo Cinema Floriano em Maceió; pertenceu à sociedade Circo Musical de Alagoas, chegando a ser seu Vice-Presidente; primeiro Diretor do Diário Oficial - 1912; e também Redator do jornal O Gutenberg. Atuou como Promotor Público na Comarca do Pilar, de 27.07.1888 a 06.08.1889; na Comarca de Maragogi, de 06.02.1890 a 21.01.1891; na Comarca de Atalaia de 29.01.1891 a 12.12.1891, e na Comarca de Maceió, de 04.11.1894 a 15.01.1902. Na sequência, sua primeira investidura no cargo de Juiz de Direito se deu na 2ª vara da Comarca de Maceió, para onde foi nomeado por ato de 16.01.1912, tendo assumido a sua judicatura em ato solene de posse e compromisso ocorrido nesse mesmo dia, sob o comando do Desembargador Graciano Xavier Carneiro da Cunha, então Presidente do Tribunal Superior. Seguiu sua trajetória funcional até ser promovido ao cargo de Desembargador, por ato de 25.06.1927, tomando posse em 27.06.1927, junto ao Tribunal Superior, em ato solene sob o comando do Desembargador Presidente Adalberto Elpídio de Albuquerque Figueiredo. Em 04.04.1932 foi eleito Vice-Presidente do Tribunal Superior, para o período de 08.04.1932 a 18.01.1935. Foi eleito o primeiro Presidente da Corte Eleitoral de Alagoas em 1932. Em sessão de 04.04.1932, o Tribunal Superior de Alagoas reuniu-se para reformar o seu Regimento Interno, visando criar o cargo de Vice-Presidente dessa corte, motivado pela legislação eleitoral que comportava a figura de Vice-Presidente no quadro

da justiça eleitoral, tendo, por consequência, Manoel Lopes Ferreira Pinto sido indicado para a vice-presidência do então Tribunal Superior de Alagoas. Eleito Juiz Efetivo do TRE/AL na classe dos juristas para o período de 21.10.1946 a 21.10.1950, também figurou na lista sêxtupla dos cidadãos de notável saber jurídico, por ocasião da sessão para a instalação do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas. Patrono da Cadeira 14 na Academia Alagoana de Letras e Artes de Magistrados - AALAMAGIS. Obras: Composições Musicais e Partituras, quais sejam: Dezesseis de Novembro (polca para pianos) - 1888; Maria Carolina (polca) - 1888; De Quinze em Quinze Dias (quadrilha), Recife: Victor Préalles Editor; Que Trempe (tango); Gorgeios (valsa concertos) - 1907; Elita (valsa); Assumpção da S.S Virgem (ladainha) - 1934; livro de Noções Musicais - 1898; e o Receio e a Confiança - 1938. No dizer do Historiador Moacir Santana, “[...] o Governador Costa Rego, objetivando joeirar o melhor nome para o preenchimento da vaga de Desembargador, ao consultar os prontuários dos Juizes de Direito em exercício, deparou-se com o nome de Manoel Lopes Ferreira Pinto, que há dezesseis anos era o titular da 2ª Vara de Maceió. Mas logo apareceu um assessor governamental tentando influir na exclusão do nome do magistrado-musicista, insinuando que o mesmo não deveria ser o escolhido porquanto ‘tocava rabeça em um dos cinemas da capital’. Tentativa infrutífera, porque aquele governante alagoano não titubeou, assinando o ato, porque - diria no artigo A magistratura e a cátedra - *este pequeno incidente, onde a minha sensibilidade viu um pequeno drama de magistratura mal remunerada, proporcionou-me um dos atos de governo de mais grata lembrança até hoje*. Em missiva ao Des. Herrmann Byron, assim se reportou: “Exmo, sr. Desembargador Presidente da Corte de Apelação. Havendo sido publicado hoje o ato do Governo por meio do qual fui aposentado no cargo de desembargador desta Corte, por força de dispositivos da última Constituição Federal, venho depor nas mãos de V. Excia. a toga de que fui investido, por mercê de Deus, nas administrações de Euclides Malta e Pedro da Costa Rego. Restituindo-a, como faço, rendo graças a Deus Nosso Senhor por me ter ajudado a honrá-la, iluminando-me o espírito para bem resolver os casos

sujeitos ao meu *veredictum*". Decisão desse Desembargador ficou notória, pois gerou jurisprudência garantidora da estabilidade ao funcionário público em Alagoas. Restou homenageado, tendo seu nome num logradouro sito no bairro do Farol, nesta capital: Rua Desembargador Manoel Lopes Ferreira Pinto. Recebeu seu título de Aposentação em dia 24.11.1937, na gestão do Governador Osman Loureiro de Farias, sob a presidência do Des. Esperidião de Barros Albuquerque Lins, depois de mais de 49 anos de vida forense. Faleceu no dia 30.09.1953

DESEMBARGADOR

**HERRMANN BYRON  
DE ARAÚJO SOARES**



## 26 - Desembargador

### HERRMANN BYRON DE ARAÚJO SOARES

Alagoano, natural de Maceió, nascido no dia 12 de fevereiro de 1893, filho de Manoel Martinho Ferreira Soares e de Josefina Pérsula de Araújo Soares, fez os estudos do curso primário em sua cidade natal e preparatórios no Colégio 15 de Março, tendo concluído curso superior na Faculdade de Direito do Recife, na turma de 1913. Docente da Faculdade de Direito de Alagoas, onde lecionava Direito Judiciário Civil. Exerceu atividade de Promotor Público nas Comarcas do Pilar e de Maceió, entre 1910 e 1920. Presidiu duas Assembleias Constituintes; Professor de Direito Administrativo; Provedor da Santa Casa de Maceió, época em que fez construir um Hospital Infantil; Presidente da Sociedade de Previdência Social; sócio Fundador da Academia Alagoana de Letras - AAL, onde ocupou a Cadeira 31, cujo Patrono é o etnólogo Ladislau Neto; em 1955 representou a AAL, junto à Federação das Academias de Letras no Brasil, no RJ; Fundador do Instituto dos Advogados de Alagoas; Fundador do Jornal Ilustração; presidiu a Comissão designada para elaborar o anteprojeto da Constituição de Alagoas, no Governo de Guedes de Miranda - 1946/1947; Sócio Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas - IHGAL, tomando posse em 25.11.1933; Segundo Delegado de Polícia da Capital. Na sequência, sua primeira investidura no cargo de Juiz de Direito se deu na 2ª vara da Comarca de Maceió, para onde foi nomeado em 25.06.1927, por ato do Governador José Fernandes Barros Lima, tendo assumido a sua judicatura em ato solene de posse e compromisso ocorrido no dia 27.06.1927, sob o comando do Desembargador Adalberto Elpídio de Albuquerque Figueiredo, então Presidente do Tribunal Superior. Seguiu sua trajetória funcional, assumindo sua titularidade de Juiz de Direito, até ser nomeado para o cargo de Desembargador, por ato de 03.11.1927, do então Governador José Fernandes de Barros Lima, tomando posse em 04.11.1927 no Tribunal

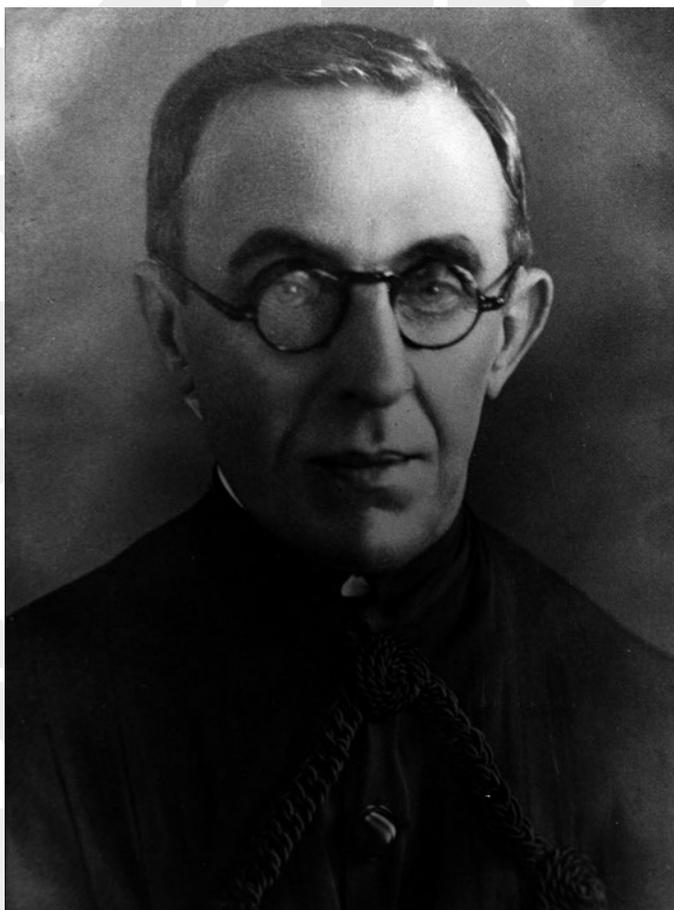


de Justiça de Alagoas, em ato solene sob presidência do Desembargador Adalberto Elpídio de Albuquerque Figueiredo; foi Corregedor Geral do Tribunal de Justiça de Alagoas no período de 20.03.1953 a 30.06.1953; Vice-Presidente da então Corte de Apelação de 18.01.1935 a 02.03.1943, e Presidente daquela Corte de Justiça no biênio 1943/1945, 1950/1951 e ainda de 19.03.1957 a 31.05.1957; eleito Juiz Efetivo do TRE/AL na classe dos desembargadores, nos períodos de 1935/1937, 07.10.1946 a 06.10.1950, e de 02.10.1954 a 09.04.1957; eleito Presidente do TRE/AL de 23.01.1935 a 10.11.1937, e 09.10.1946 a 06.10.1950 e 02.10.1954 a 09.04.1957. Instalou, em 1935 e em 1947, a Assembleia Legislativa de Alagoas na condição de Presidente do TRE/AL. Patrono da Cadeira 7 na Academia Alagoana de Letras e Artes de Magistrados - AALAMAGIS. Obras: *Caráter Nacional*, Livraria Chardron, Porto - 1916. Restou homenageado tendo seu nome num logradouro sito no bairro do Farol, nesta capital: Rua Des. Herrmann Byron. Aposentou-se em 28.05.1957 depois de mais de 44 anos de atividade forense, dos quais 30 anos como magistrado. Faleceu no Rio de Janeiro no dia 10 de fevereiro de 1969, no dealbar dos seus 76 anos de idade.



DESEMBARGADOR

**AUGUSTO DE OLIVEIRA  
GALVÃO**



## 27. Desembargador

### AUGUSTO DE OLIVEIRA GALVÃO

Pernambucano, natural de Garanhuns, nascido no dia 12 de fevereiro de 1883, filho de Napoleão Galvão e Lionilza de Oliveira Galvão. Curvou ensino primário em sua cidade natal, e bacharelou-se, tendo concluído curso de Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito de Recife, na turma de 1908. Após formado, adotou a capital alagoana para empreender vida pessoal e profissional. Professor da Escola Normal de Maceió, lecionou ainda Direito Romano na Faculdade de Direito de Alagoas; Diretor da Academia de Ciências Comerciais de Alagoas; membro da Academia Alagoana de Letras, onde ocupou a cadeira 39, cujo patrono é o médico Afonso de Mendonça - da qual também foi seu Presidente; Secretário do Interior e da Justiça no Governo de José Fernandes de Barros Lima - sendo homem de extraordinária visão social, realizou destacada administração em prol do desenvolvimento de Alagoas, inaugurando dezenas de obras públicas, a exemplo dos 400 km de estradas e rodagens em diversos municípios, atendendo assim a demandas há muito reclamadas; e Promotor Público na Comarca de Penedo, tomando posse em 13.05.1912. Na sequência, sua primeira investidura no cargo de Juiz de Direito se deu na 2ª vara da Comarca de Maceió, para onde foi nomeado em 16.11.1927, por ato do Governador Pedro Costa Rego, tendo assumido a sua judicatura em ato solene de posse e compromisso ocorrido no dia 22.11.1927, sob o comando do Desembargador Adalberto Elpídio de Albuquerque Figueiredo, então Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas. Seguiu sua trajetória funcional assumindo a titularidade de Juiz de Direito, até ser promovido ao cargo de Desembargador, por ato de 14.12.1927, tomando posse em 15.12.1927, no Tribunal Superior de Alagoas, em ato solene sob a presidência do Desembargador Adalberto Elpídio de Albuquerque Figueiredo. Eleito o primeiro Vice-Presidente do Tribunal Eleitoral no período de 1932 a 1937; eleito Presidente

da Corte de Justiça alagoana, nos períodos de 26.11.1937 a 18.01.1943, e de 16.01.1951 a 17.03.1955; eleito Vice-Presidente do Tribunal de Justiça Eleitoral de Alagoas - cuja escolha decorreu da sessão extraordinária realizada no dia 04 de abril de 1932, no Tribunal Superior de Alagoas, sob a presidência do Desembargador Esperidião de Barros Albuquerque Lins, com a finalidade de reformar o seu Regimento Interno, para criar o cargo de Vice-Presidente, e assim adaptá-lo à exigência legal decorrente do advento do Código Eleitoral de 1932. Assim sendo, coube ao Des. Manoel Lopes Ferreira Pinto representar a Vice-Presidência do Tribunal Superior, e ao Des. Augusto Galvão, a Vice-Presidência do Tribunal Eleitoral, o qual também na ocasião foi sorteado para ocupar o cargo de Juiz Efetivo, nesse Tribunal, pela classe dos desembargadores. Obras: Relatório elaborado quando Secretário de Estado, com referência a sua gestão como Secretário do Interior e da Justiça – *in Terra das Alagoas*, Editori Maglione & Strini, Roma, 1922- Ad. Marroquim; *Histórias do Nordeste*, Irmãos Pongetti ed. Rio de Janeiro - 1948; *Capitis Diminutio*. Tese de concurso à cadeira de Direito Romano, da Faculdade de Direito de Alagoas, Maceió: Imprensa Oficial, 1952; contribuiu com o conto *O Homem Pacato*, para *Antologia de Contistas Alagoanos*, de Romeu de Avelar, Maceió: DAC - 1970; Associado ao Des. Herrmann Byron, à época, Presidente e Vice-Presidente do então Tribunal de Apelação, representaram, o Poder Judiciário alagoano na 1ª Conferência Nacional de Desembargadores, sediada no Rio de Janeiro, de 19 a 29 de julho de 1943 - onde foram discutidas amiúde as reformas para uniformização dos códigos Penal e de Processo Penal. E nesse Evento, no dizer do Des. Antonio Sapucaia: “Bem a propósito, pode-se realçar a atuação notável do desembargador Augusto Galvão, juntamente com o desembargador H.B. de Araújo Soares, na 1ª Conferência Nacional de Desembargadores, no então Distrito Federal, em julho de 1943, cujos anais dão exuberante prova da expressividade com que se houveram, mormente o desembargador Augusto Galvão, que se nivelou a grandes expressões nacionais, no ramo do Direito, dentre o quais Nelson Hungria, Seabra Fagundes, Ivair Nogueira Itagiba, e José Duarte”. Patrono da Cadeira nº 4, da

Academia Alagoana de Letras e Artes de Magistrados - AALAMAGIS. Aposentou-se em 18.09.1954, depois de mais de 42 anos de atividade, dos quais 27 anos como magistrado. Faleceu nesta capital, no dia 12 de fevereiro de 1959, no dealbar dos seus 76 anos de idade.

DESEMBARGADOR

**DOMINGOS PAES BARRETO  
CARDOSO**



## 28. Desembargador

### DOMINGOS PAES BARRETO CARDOSO

Alagoano, natural de São Miguel dos Campos, nascido no dia 08 de setembro de 1888, filho do médico Domingos da Silva Cardoso e Adélia Paes Barreto Cardoso. Fez seus estudos primários em sua terra natal, e curso secundário em Maceió. Bacharelou-se, concluindo curso superior na Faculdade de Direito de Recife, na turma de 1910. Exerceu atividades na Escola Normal de Maceió, e a função de Diretor da Instrução Pública no Estado de Alagoas, além de ter exercido docência na Faculdade de Direito de Alagoas, quando lecionou Direito Judiciário Penal. Presidiu o Conselho Municipal de Maceió, tendo atuado também como Secretário da Fazenda Estadual, além de Diretor da Academia de Ciências Comerciais de Alagoas, em 1920. Colaborador e Redator de periódicos locais, a exemplo dos Jornais O Gutemberg, O dia, Gazeta de Alagoas e Jornal de Alagoas. Segundo Reinaldo Amorim, colaborou ainda como Redator para as revistas literárias Exedra, Maceió - 1907, e Renascença, Maceió - 1914. Todavia, não se têm notícias de haver publicado livros, apesar ter sido exímio cronista, poeta e teatrólogo. E consoante singularidade da época, informa o literato Romeu de Avelar que o mesmo se apresentava na imprensa escrita local sob o pseudônimo de “Falstaff”, quando manteve uma seção no Jornal de Alagoas, bem assim sob o pseudônimo de K.X. Cia, quando manteve, por dois anos uma seção humorística em versos denominada “Bagos e Bagaços”, junto ao periódico Gazeta de Alagoas. Esteve como Juiz Municipal na Comarca de Maceió, e nessa mesma Comarca como Juiz Substituto da 1ª vara, nos idos de 1912 a 1918. Ocupou o cargo de Procurador Geral do Estado, por ato do Interventor Federal Ten Cel Luís de França Albuquerque. Na sequência, sua primeira investidura no cargo de Juiz de Direito se deu na Comarca de Murici, para onde foi nomeado em 24.08.1925, por ato do Governador Pedro da Costa Rego, tendo assumido a sua judica-

tura em ato solene de posse e compromisso ocorrido no dia 01.09.1925, sob o comando do Desembargador Adalberto Elpídio de Albuquerque Figueiredo, Presidente do então Tribunal Superior. Seguiu sua trajetória funcional, ali assumindo sua titularidade de Juiz de Direito, até ser removido para a Comarca de São Luiz de Quitunde, por ato de 24.12.1925; depois, promovido para a 2ª vara da Comarca de Maceió, por ato de 31.12.1928, ali permanecendo até ser promovido ao cargo de Desembargador, por ato de 13.03.1930, do então Governador Álvaro Correa Paes, tomando posse em ato solene no dia 14.03.1930, sob presidência do Desembargador Adalberto Elpídio de Albuquerque Figueiredo, então Presidente do Tribunal Superior - denominação esta que perdurou até o advento da Constituição de 1934, que a alterou para Corte de Apelação. Restou eleito Vice-Presidente do Tribunal de Apelação - denominação que recebeu a então Corte de Apelação com o advento da Constituição de 1937 - para o período de 02.03.1943 a 12.01.1951. Presidente do TJAL no período de 18.03.1955 a 19.03.1957. Na magistratura eleitoral, participou, em 06.06.1945, da sessão para instalação do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, sendo eleito, na ocasião, Presidente daquela Corte Eleitoral, presidindo-a até 05.10.1946, e também no período de 07.10.1950 a 01.10.1954. Exerceu o cargo de Juiz Efetivo junto ao TRE-AL, pela classe dos desembargadores, nos períodos de 06.06.1945 a 05.10.1946, de 07.10.1950 a 01.10.1954, e de 06.11.1958 a 08.04.1962. Patrono da Cadeira 10 da Academia Alagoana de Letras e Artes de Magistrados - AALAMAGIS. Membro Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas - IHGAL, onde tomou posse em 16.05.1931. Fundador e Membro efetivo da Academia Alagoana de Letras, titular da Cadeira 13, cujo patrono é o magistrado Olímpio Galvão. Obras: Discurso do Dr. Barreto Cardoso ao Ser Recebido no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, Maceió - 1932. Teve vários poemas publicados na Coletânea de Poetas Alagoanos de Romeu de Avelar, Rio de Janeiro - 1959; e no livro Terra das Alagoas de Abelardo Marroquim, Roma - 1922. Restou homenageado, tendo seu nome num logradouro sito no bairro de Gruta de Lourdes, nesta capital: Avenida Desembargador Barreto Cardoso.

Aposentou-se em 01.03.1957, depois de 45 anos de atividade jurídica, dos quais 27 anos como Desembargador. Patrono da Comenda Medalha do Mérito Eleitoral, DES. Barreto Cardoso do TRE-AL. Faleceu em Maceió, no dia 23 de fevereiro de 1960, no dealbar dos seus 72 anos de idade.

DESEMBARGADOR

**JOSÉ HELVÉCIO FREIRE  
DE SOUZA**



## 29. Desembargador

### **JOSÉ HELVÉCIO FREIRE DE SOUZA**

Natural do estado de Pernambuco. Bacharelou-se, concluindo curso superior de Ciências Jurídicas e Sociais da Faculdade de Direito do Recife, na turma de 1893. Exerceu o cargo de 1ª Procurador Eleitoral em Alagoas. Na sequência, sua primeira investidura no cargo de Juiz de Direito se deu na Comarca de Anadia, para onde foi nomeado em 11.05.1912, por ato do Governador Coronel Macário das Chagas Rocha Lessa (na condição de Presidente da Câmara dos Deputados Estaduais, no período de 13.03.1912 a 12.06.12), tendo assumido a sua judicatura em ato solene de posse e compromisso ocorrido no dia 14.05.1912, sob o comando do Desembargador Francisco José da Silva Porto, então Presidente do Tribunal Superior. Seguiu sua trajetória funcional, assumindo sua titularidade de Juiz de Direito. Adiante foi removido para atuar na Comarca de Atalaia, sob ato de nomeação de junho de 1924, do então Governador Pedro da Costa Rego, ali permanecendo até 19 de abril de 1930. Por fim, foi nomeado Desembargador, por ato de 19.04.1930, do então Governador Álvaro Correa Paes, tomando posse em 25.04.1930 no Tribunal Superior, em ato solene sob a presidência do Desembargador Adalberto Elpídio de Albuquerque Figueiredo.

DESEMBARGADOR

**MEROVEU CUNHA DE  
OLIVEIRA MENDONÇA**



### 30. Desembargador

#### MEROVEU CUNHA DE OLIVEIRA MENDONÇA

Pernambucano, natural do Recife, nascido no dia 16 de janeiro de 1892, filho de José Antônio de Oliveira Mendonça e Adélia Cunha de Mendonça. Bacharelou-se, concluindo curso de Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito de Recife, na turma de 1912. Exerceu cargo de Juiz Municipal na Comarca de Colônia Leopoldina, em 1913, e de Juiz Substituto na Comarca de Paraíba (atual, Capela), de 1915 a 1920. Atuou, ainda, como Membro do Conselho de Justiça de Alagoas; e como professor lecionou a disciplina Sistema de Direito Penitenciário, junto à Faculdade de Direito de Alagoas. Na sequência, sua primeira investidura no cargo de Juiz de Direito se deu na Comarca de Paraíba (atual Capela), para onde foi nomeado por Decreto de 30.09.1920, do Governador José Fernandes de Barros Lima, tendo assumido a sua judicatura em ato solene de posse e compromisso ocorrido no dia 11.10.1920, sob o comando do Desembargador Francisco José da Silva Porto, Presidente do então Tribunal Superior de Alagoas. Seguiu sua trajetória funcional ali exercendo sua titularidade de Juiz de Direito, até ser promovido para a 1ª vara da Comarca de Maceió, entrando em exercício no dia 18.12.1926, ali permanecendo até ser promovido ao cargo de Desembargador, por ato de 16.06.1932, do Interventor Federal Tasso de Oliveira Tinoco, tomando posse em ato solene no dia 17.06.1932, sob presidência do Desembargador Esperidião de Barros Albuquerque Lins, então Presidente do Tribunal Superior - denominação esta que perdurou até o advento da Constituição de 1934, passando para Corte de Apelação. No mesmo dia em que tomou posse como Desembargador, acabou nomeado em comissão, na forma do Decreto nº 1651 de 16.06.1932, para Procurador Geral do Estado. Adiante restou eleito Vice-Presidente da Corte de Apelação, para o período de 29.04.1955 a 19.03.1957; eleito também Presidente do TJAL no período de 31.05.1957 a

28.08.1959. Na magistratura eleitoral, foi eleito Juiz Efetivo TRE/AL, pela classe dos desembargadores para o período de 08.09.1950 a 08.09.1954 e de 10.09.1956 a agosto de 1959; eleito Vice-Presidente TRE/AL, para o período de 10.09.1956 a 10.09.1958, esteve ainda na presidência do TRE/AL, no período de 06.11.1958 a agosto de 1959. Sócio Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas - IHGAL, onde tomou posse em 01.11.1926. No dizer do advogado Guedes Lins: "O Desembargador Meroveu Mendonça, que foi um dos Procuradores Gerais do Estado mais ilustres e proveitosos que já tivemos, não exerceu esse cargo apenas com probidade e brilho, porque o desempenhou sobretudo com um vigilante entusiasmo pela sua função e pelos interesses que lhe incumbiam defender. Fê-lo, bem que se pode dizer, como um legítimo Juiz, juiz por vocação que todos o sabemos: com inteligência, cultura, integridade, compostura e exato senso dos seus deveres. Daí o poder dizer-se que não foi excedido, até hoje, no zelo e relevo com que deu desempenho à função tão meritória. E note-se que o desembargador Meroveu Mendonça não a exercia como quem se limita a opinar, porque examinava as questões que iam ao seu estudo como se tivesse de sobre elas dar o seu voto. Da passagem de magistrado tão brilhante pela chefia do Ministério Público do Estado ficou uma magnífica coleção de pareceres verdadeiramente notáveis. Não quis o digno patricio, e fez muito bem, que ficassem eles no ventre dos altos, e deliberou guardá-los num volume de que o Instituto dos Advogados de Alagoas recolheu o exemplar. Com o assim proceder, o Desembargador Meroveu Mendonça não deu apenas uma afirmação do modo por que ocupou aquele alto cargo, porquanto prestou um grande serviço às letras jurídicas". Obras: Pareceres Proferidos no Tribunal Superior do Estado de Alagoas, Maceió - 1933. Homenageado com o diploma e medalha Clóvis Bevilacqua. Aposentou-se em 26.08.1959, depois de 46 anos de atividade jurídica, dos quais 27 anos como Desembargador. Faleceu em Maceió, no dia 30 de setembro de 1968, no dealbar dos seus 76 anos de idade.



DESEMBARGADOR

**EDGAR VALENTE DE LIMA**



### 31. Desembargador

#### EDGAR VALENTE DE LIMA

Alagoano, natural de Maceió, nascido no dia 06 de abril de 1892, filho de Luiz Monteiro de Amorim Lima de Maria de Jesus Valente de Lima. Bacharelou-se, concluindo curso superior na Faculdade de Direito de Recife, na turma de 1915. Exerceu atividade de Professor Catedrático Vitalício da Faculdade de Alagoas, na cadeira de Economia Política; foi Secretário do Tribunal de Justiça de Alagoas de 1927/1931; Promotor Público nas Comarcas de: Rio Largo, Traipu, Marechal Deodoro, Santa Luzia do Norte, Maceió (1927). Na sequência, sua primeira investidura no cargo de Juiz de Direito se deu na 3ª vara da Comarca de Maceió, para onde foi nomeado em 02.05.1931, por ato do Interventor Federal Hermilo de Freitas Melro, tendo assumido a sua judicatura em ato solene de posse e compromisso ocorrido no dia 04.05.1931, sob o comando do Desembargador Esperidião de Barros Albuquerque Lins, então Presidente do Tribunal Superior. Seguiu sua trajetória funcional assumindo sua titularidade de Juiz de Direito. Por fim, foi nomeado Desembargador, por ato de 12.05.1933, do então Interventor Federal Afonso de Carvalho, tomando posse em 15.05.1933 no Tribunal Superior, em ato solene sob a presidência do Desembargador Esperidião de Barros Albuquerque Lins; Corregedor Geral da Justiça eleito em 30.06.1953 e em 18.03.1955; eleito Vice-Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas no período de 17.03.1959 a 28.08.1959; Presidente do TJAL no período de 28.08.1959 a 08.03.1962; na magistratura eleitoral, exerceu o cargo de Juiz Efetivo pelo TRE-AL pela classe dos desembargadores, nos períodos de 07.10.1946 a 06.10.1950, de 03.11.1954 a 22.10.1956, e de 06.11.1958 a 08.04.1962; participou da sessão para instalação do Tribunal Regional Eleitoral, sendo eleito Vice-Presidente dessa corte. Patrono da comenda do mérito cívico Desembargador Edgar Valente de Lima, criada em 2006 pelo TJAL e é concedida pela Escola Superior da

Magistratura - ESMAL. Presidente da Associação Alagoana de Magistrados - ALMAGIS, nos biênios de 1961/1962. Obra: Panferismo e Riqueza - Algumas Considerações em Torno do Problema, Maceió-1950 (Tese de Concurso à cadeira de Economia Política da Faculdade de Direito de Alagoas). Patrono da Comarca de Maceió 1º e 2º Juizados de Entorpecentes, com base na Portaria nº 51/2001, pois, homenageado com a colocação de seu nome no frontispício do prédio da justiça estadual dessa cidade, onde constam as insígnias: 1º e 2º Juizados de Entorpecentes - Des. Edgar Valente Lima. Restou homenageado, tendo seu nome num logradouro sito no bairro de Mangabeiras, nesta capital: Avenida Desembargador Valente de Lima. Aposentou-se em 12.04.1962, depois de 31 anos como magistrado, dos quais 29 anos como Desembargador. Faleceu no dia 02.09.1968, no dealbar dos seus 76 anos de idade.



DESEMBARGADOR

**CARLOS CAVALCANTI  
DE GUSMÃO**



## 32. Desembargador

### CARLOS CAVALCANTI DE GUSMÃO

Alagoano, natural de São Luiz do Quitunde, nascido no dia 11 de setembro de 1885, filho de Manoel Messias de Gusmão e Emília Cavalcanti de Gusmão Lira. Fez os estudos secundários no Lyceu Alagoano. Bacharelou-se no curso superior na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, na turma de 1908. Foi Servidor no Cartório de Títulos e Documentos de José Mariano Carneiro da Cunha -RJ. Teve aula de escultura com o pintor e escultor Eduardo de Sá, tornando-se um exímio caricaturista. Participou da Semana das Cores, patrocinada pela Academia Guimarães Passos, em 1930. Exerceu a advocacia de 1909 a 1937; Oficial de Gabinete do Governador Clodoaldo da Fonseca; Delegado de Polícia em Murici; Auxiliar de Auditor de Guerra; Fiscal de Ensino do Lyceu Alagoano; Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, no governo de João Batista Acioli Júnior, no período de 1915/1919; Consultor Jurídico do Estado, no governo de Costa Rego; Delegado Geral do Recenseamento de Alagoas em 1920; Chefe de Serviço de Apuração do Recenseamento e do Pavilhão de Estatística na Exposição Internacional do Centenário; Membro do Conselho Penitenciário do Estado de Alagoas; Deputado Federal de 1935/1937; Professor Catedrático de Direito Civil da Faculdade de Direito de Alagoas em 1953, onde também lecionou Direito Constitucional, durante 10 anos; Sócio Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas - IHGAL; Fundador da Academia Alagoana de Letras- AAL; Membro da Comissão Diretora do PEDDA. Ascendeu ao cargo de desembargador na vaga do quinto constitucional destinada à classe dos advogados, sendo nomeado por ato de 09.11.1937, do então Interventor Federal Osman Loureiro de Farias, tomando posse em 20.11.1937 no Tribunal de Apelação, em ato solene sob a presidência do Desembargador Esperidião de Barros Albuquerque Lins;

participou da sessão para a instalação do Tribunal Regional Eleitoral, em 07.10.1946; eleito Juiz Efetivo do TRE-AL, pela classe dos desembargadores, no período de 30.10.1950 a 29.10.1954; Vice-Presidente do TRE-AL em 07.10.1950, 06.10.1952 e em 06.10.1954. Foi eleito Vice-Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas no período de 12.01.1951 a 19.11.1954. Patrono da Cadeira 18 na Academia Alagoana de Letras e Artes de Magistrados - AALAMAGIS. Obras: Do Arrendamento e da Parceria Agrícola, Maceió-1929; Em Defesa do Açúcar, Rio de Janeiro-1936; Do Melhor Modo de Amparar o Pequeno Produtor, Maceió-1941; Defendendo a Verdade, Maceió-1950; Boca da Grotta: Reminiscências, Maceió-1970; Fornalha de Banguê, Maceió-1931; Herança Jacente-Embargo ao Acórdão, Maceió-1932; Da Prova do Parentesco em Herança Jacente, Maceió-1932. Ilustrou como caricaturista a obra Os Quarenta - de Cipriano Jucá, Rio de Janeiro - 1938. Aposentou-se em 19.11.1954 depois de mais de 46 anos de atividade, dos quais 17 anos como magistrado. Faleceu no 25.09.1974, na cidade de Maceió, no dealbar dos seus 89 anos de idade.



DESEMBARGADOR

**MANOEL XAVIER ACCIOLY**



### 33. Desembargador

#### MANOEL XAVIER ACCIOLY

Alagoano, natural de Palmeira dos Índios, nascido no dia 21 de março de 1880, filho de Francisco Xavier Accioly e Apolinária de Rezende Accioly, bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais, pela Faculdade de Direito do Recife, na turma de 1907. Exerceu o cargo de Delegado de Polícia da Capital, em 1910. Atuou como Promotor Público e Curador de Órfãos, nomeado em 07.06.1912, para a Comarca do Pilar, por ato do Governador em exercício Cel. Macário das Chagas Rocha Lessa, tomando posse em 09.06.1912, e ainda atuou como Promotor Público, nas Comarcas de Maceió e Mata Grande. Participou da sessão inaugural da Faculdade Livre de Direito de Alagoas em 22 de abril de 1931, então presidida pelo Juiz Mário Augusto da Silva Guimarães. Na sequência, sua primeira investidura no cargo de Juiz de Direito se deu na Comarca de Santana de Ipanema, para onde foi nomeado em 10.06.1924, por ato do Governador José Fernandes de Barros Lima, tendo assumido a sua judicatura em ato solene de posse e compromisso ocorrido no dia 17.06.1924, sob o comando do Desembargador Adalberto Elpídio de Albuquerque Figueiredo, Presidente do então Tribunal de Apelação (hoje Tribunal de Justiça de Alagoas). Seguiu sua trajetória funcional assumindo sua titularidade de Juiz de Direito. Adiante foi promovido por merecimento para atuar na 2ª vara da Comarca de Maceió, de 3ª entrância, sob ato de nomeação da lavra do Governador Álvaro Correa Paes, de 11.04.1930, tomando posse em 24.04.1930, sendo confirmada a sua titularidade junto à 2ª vara da Comarca de Maceió, na forma do art. 168 do Decreto nº 1500/31, época em que foi designado junto com o Promotor Público Manoel Rodriguez de Melo para procederem às diligências e termos do Processo Crime concernente ao rumoroso assassinato do cidadão Olavo Moura, ocorrido no município de Passo de Camaragibe - atendendo-se ao emanado no Decreto nº 1432 de 04.12.1930. Por fim, permaneceu na 2ª vara da capital, até ser promovido ao cargo de Desembargador, por ato de 07.12.1937, do Interventor Federal Osman Loureiro

de Farias, tomando posse no cargo, em 08.12.1937, junto ao então Tribunal de Apelação - (atual Tribunal de Justiça de Alagoas), em ato solene sob a presidência do Desembargador Esperidião de Barros Albuquerque Lins. Eleito Presidente do Tribunal de Apelação, no período de 12.01.1945 a 16.01.1951. Exerceu ainda o cargo de Juiz Efetivo TRE/AL, pela classe dos Desembargadores e, nessa ocasião, também foi eleito Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, no período de 06.06.1945 a 05.10.1946, ocupando ainda o cargo de Juiz Efetivo, desse Tribunal pela classe dos juristas, permanecendo em exercício no período de 23.07.1953 a 17.02.1955, por ato de nomeação do então Presidente da República Getúlio Vargas, datado de 18 de julho de 1953. Teve seu Título de Aposentação expedido por ato do Governador Silvestre Péricles de Góis Monteiro, datado de 15.09.1950, após 31 anos de exercício junto à magistratura alagoana. Faleceu nesta capital no dia 17.02.1955, aos 75 anos. Restou homenageado tendo seu nome numa das artérias públicas do bairro de Ponta Grossa, nesta capital: Rua Desembargador Manoel Xavier Accioly.



DESEMBARGADOR

**MÁRIO AUGUSTO DA  
SILVA GUIMARÃES**



### 34. Desembargador

#### MÁRIO AUGUSTO DA SILVA GUIMARÃES

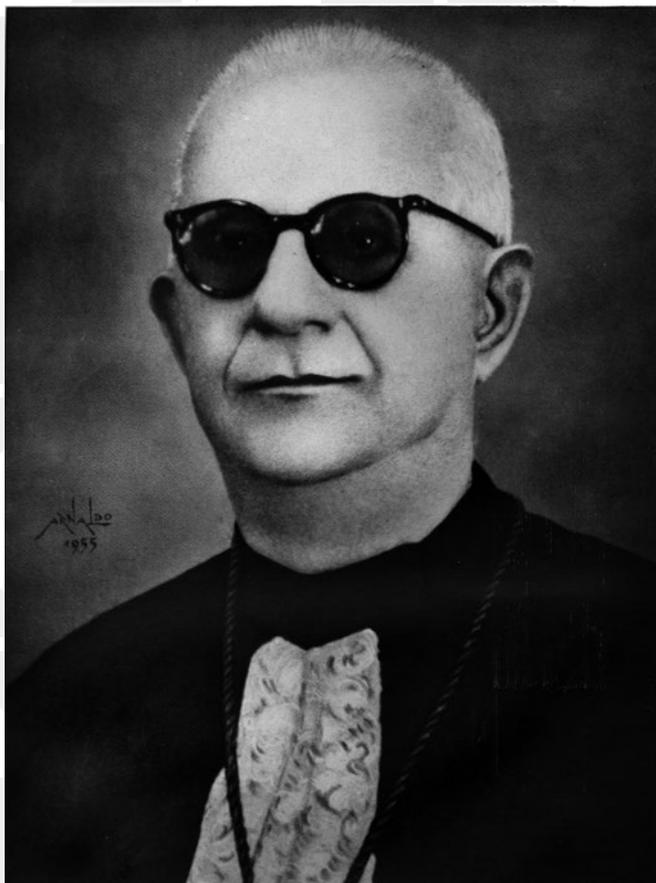
Alagoano, natural de Maceió, nascido no dia 10.11.1892, filho de João Dias de Castro Guimarães e Maria Augusta da Silva Guimarães. Fez os cursos básicos no Colégio Diocesano e o secundário no Liceu Alagoano (depois Colégio Estadual de Alagoas). Graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife, na turma de 1916. Exerceu a função de Adjunto de Promotor da Comarca de Maceió, por ato de 22.04.1918; Curador Geral de Órfãos em 1919; Juiz de Direito Substituto por ato de 14.04.1919. Nos idos de 1926/1927, foi professor da Academia de Ciências Comerciais - mantida pela Sociedade Perseverança e Auxílio dos Empregados no Comércio; Procurador Geral do Estado em 01.04.1930; Juiz Municipal em 1930; e Advogado militante nesta capital. Presidiu como fundador, em 22 de abril de 1931, a sessão inaugural da Faculdade Livre de Direito de Alagoas, onde lecionou Direito do Trabalho, Direito Civil e Direito Comercial. Na sequência, através de concurso público, obteve investidura no cargo de Juiz de Direito, que se deu na 1ª vara da Comarca de Maceió, sendo nomeado em 02.05.1931, na forma do art. 172 do Dec.1500/1931, e por ato do Interventor Federal Hermilo de Freitas Melro, tendo assumido a sua judicatura em ato solene de posse e compromisso ocorrido no dia 05.05.1931, sob o comando do Desembargador Esperidião de Barros Albuquerque Lins, Presidente do então Corte de Apelação (hoje Tribunal de Justiça de Alagoas). Seguiu sua trajetória funcional, sendo promovido ao cargo de Desembargador, por ato de 22.01.1951, do Governador Silvestre Péricles de Góis Monteiro, tomando posse no cargo, em 23.01.1951, junto ao então Tribunal de Justiça de Alagoas, em ato solene sob a presidência do Desembargador Augusto de Oliveira Galvão. Foi o primeiro a presidir a Câmara Criminal do TJAL. Restou eleito Corregedor Geral da Justiça em 17.03.1959, sendo reeleito em 14.03.1961, permanecendo até 30.10.1962. Como Juiz Efetivo, compôs o primeiro plantel do TRE/AL, pela classe

dos juizes de direito, para o exercicio de 07.10.1946 a 06.10.1950, tendo participado da sessao de instalacao desse Tribunal Regional Eleitoral, em 15.10.1946, vindo a exercer a sua Vice-Presidencia, ao ser eleito em 03.11.1954, quando ja estava como Juiz Efetivo pela classe dos desembargadores para o exercicio de 09.09.1954 a 08.09.1956. Teve seu Titulo de Aposentacao expedido por ato do Governador Luiz de Souza Cavalcante, datado de 10.11.1962, apos 31 anos de exercicio junto a magistratura alagoana. Patrono da cadeira 11 da Academia Alagoana de Letras e Artes de Magistrados - AALAMAGIS. Faleceu nesta capital no dia 23.03.1964, aos 72 anos de idade. Obras: As Tendencias Modernas no Direito Comercial, Maceio - 1953 (Tese para concurso da 2ª cadeira de Direito Comercial da Faculdade de Direito de Alagoas), alem de diversos artigos doutrinarios que fez publicar no periodico Letras Juridicas, revista editada pela Associação Alagoana de Magistrados - ALMAGIS. Da nome a Comenda Des. Mário Guimarães - instituida pelo Decreto Legislativo nº 07/83, da Câmara Municipal de Maceio. Restou homenageado tendo seu nome numa das arterias publicas do bairro do Poço, nesta capital: Rua Desembargador Mário Augusto da Silva Guimarães. Patrono da Comarca de Taquarana pois, homenageado com a colocacao de seu nome no frontispício do prédio da justiça estadual dessa cidade, onde constam as insígnias: Fórum Des. Mário Guimarães.



DESEMBARGADOR

**ARTHUR DA SILVA JUCÁ**



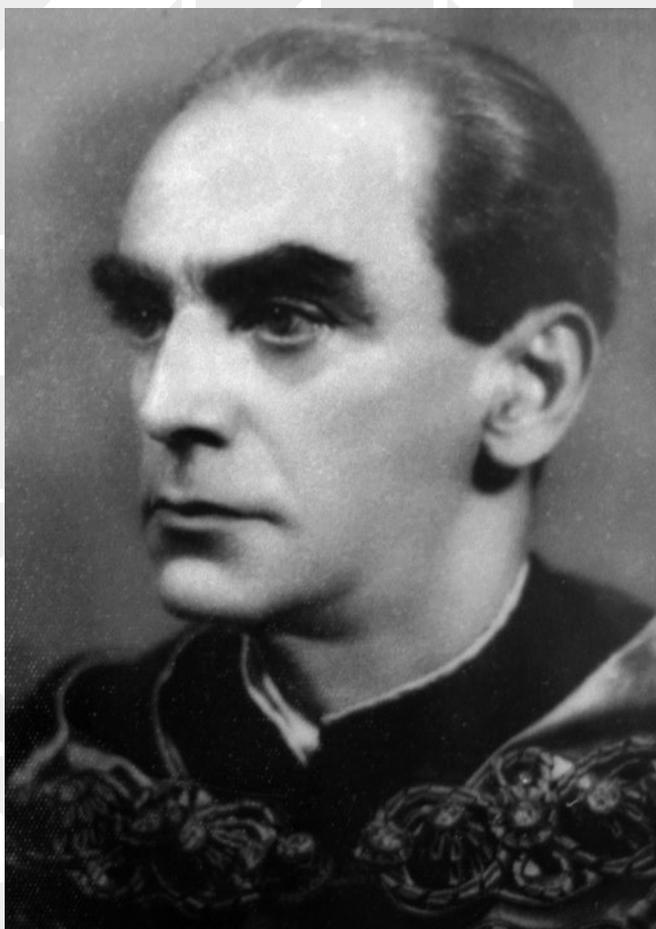
### 35. Desembargador

#### ARTHUR DA SILVA JUCÁ

Alagoano, natural de Maceió, nascido no dia 24 de julho de 1887, filho de Francisco da Silva Jucá e Maria da Silva Jucá. Graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife, na turma de 1912. Atuou como Juiz Substituto nesta capital, por ato de 16.04.1913. Exerceu a função de Chefe de Polícia em Goiás, onde também exerceu a função de Chefe da Instrução Pública. Foi designado para atuar junto à Justiça Federal. Na sequência, através de concurso público, obteve investidura no cargo de Juiz de Direito, junto à Comarca de Viçosa, de 1ª entrância, sendo nomeado em 26.06.1931, na forma do art. 172 do Dec.1500/1931, por ato do Interventor Federal Hermilo de Freitas Melro, tendo assumido a sua judicatura em ato solene de posse e compromisso ocorrido no dia 30.06.1931, sob comando do Desembargador Esperidião de Barros Albuquerque Lins, Presidente do então Corte de Apelação (hoje Tribunal de Justiça de Alagoas). Seguiu sua trajetória sendo promovido para a 3ª vara da Comarca de Maceió, de 3ª entrância em razão do ato de nomeação pelo Interventor Afonso de Carvalho, datado de 12.05.1933, tomando posse em 15.05.1933. Foi promovido ao cargo de Desembargador, por ato do Governador Arnon de Mello, datado de 10.04.1953, tomando posse, em 11.04.1953, diante do Desembargador Augusto de Oliveira Galvão, então Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas. Foi eleito Vice-Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas, atuando no período de 18.03.1955 a 29.04.1955. Compôs, como Juiz Efetivo pela classe dos Juizes de Direito, o plantel do TRE/AL, com exercícios nos períodos de 06.06.1945 a 05.10.1946 e de 07.10.1950 a 11.04.1953; como Juiz Substituto participou da sessão de instalação do Tribunal Eleitoral. Foi Juiz Substituto Federal por ato de 1965. Faleceu em 04 de maio de 1965, aos 78 anos de idade, depois de 52 anos de Magistratura. Obras: A minha Defesa, Maceió - 1918.

DESEMBARGADOR

**ZEPHYRINO LAVENÈRE  
MACHADO**



### 36. Desembargador

#### ZEPHYRINO LAVENÈRE MACHADO

Alagoano, natural de Maceió, nascido no dia 24.09.1908, filho de Manoel Gomes Machado e Albertina Lavènera Machado, graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito do Recife, na turma de 1932. Exerceu o cargo de Adjunto de Promotor Público de 1936 a 1940; cursou Doutorado pela Faculdade de Direito de Alagoas em 1959; exerceu o cargo de Procurador Geral do Estado, tomando posse em 03.02.1951, no Governo de Arnon de Mello; foi Presidente do Conselho Seccional da OAB/AL; Secretário de Estado dos Negócios do Governo, durante a gestão do Interventor Federal Gal. João José Baptista Tubino; Adjunto de Procurador Fiscal da Fazenda Estadual; Procurador Fiscal da Prefeitura Municipal de Maceió; Adjunto de Curador de Órfãos, Interditos e Ausentes do Município de Maceió; membro do Conselho Penitenciário de Alagoas; membro do Conselho Regional dos Desportos de Alagoas; professor de Teoria Geral do Estado e Direito Constitucional junto à Universidade Federal de Alagoas - UFAL no período de 1946 a 1978. Foi conduzido ao cargo de Desembargador, por ato de 24.11.1954, do Governador Arnon de Mello, tomando posse em 25.11.1954, sob a presidência do Desembargador Augusto de Oliveira Galvão, então Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas; Juiz Substituto, TRE/AL, pela classe dos juristas, de 19.01.1947 a 09.01.1951; Juiz Substituto, pela classe dos desembargadores no biênio 1955/1956; Juiz Efetivo, pela classe dos Desembargadores de 05.11.1956 a 05.11.1958 e de 13.04.1959 a 13.04.1961. Eleito Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas de 11.04.1957 a 05.11.1958. Teve seu Título



de Aposentação expedido por ato do Governador Luiz de Souza Cavalcante, datado de 20.12.1965. Sócio Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas - IHGAL, tomando posse em 30.03.1940. Patrono da cadeira 34 da Academia Alagoana de Letras e Artes de Magistrados - AALAMAGIS. Patrono da Medalha DES. Zephyrino Lavèner Machado, OAB/AL. Faleceu nesta capital no dia 28.09.1978, aos 70 anos. Obras: O Problema da Classificação das Formas de Governo, Maceió - 1953, e publicações doutrinárias em revistas especializadas, a exemplo da Letras Jurídicas, revista editada pela Associação dos Magistrados de Alagoas - ALMAGIS.



DESEMBARGADOR

**OSÓRIO CALHEIROS  
GATTO**



### 37. Desembargador

#### OSÓRIO CALHEIROS GATTO

Alagoano, natural de Maceió, nascido no dia 21.02.1895, filho de João Calheiros Gatto e Joventina da Silva Gatto. Graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife, na turma de 1919, doutorando-se pela Faculdade de Direito de Alagoas, na turma de 1946. Esteve como Promotor de Justiça nas Comarcas de Santana de Ipanema, em 1920, e União dos Palmares de 1923/1928. Atuou como Chefe da Comissão Central das Terras Públicas, em 1928. Foi nomeado Procurador Geral do Estado em 15.02.1929, por ato do Governador Álvaro Correa Paes; foi Presidente da Comissão do Conselho Penitenciário de Alagoas de 1950/1952. Secretário do Interior no governo de Álvaro Paes e Professor de Direito Penal na Faculdade de Direito de Alagoas em 1939. Membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, sendo eleito seu presidente para o período de 30.09.1953 a 02.12.1958; eleito Patrono da Cadeira nº 03 do IHGAL; provedor da Santa Casa de Misericórdia de Maceió de 1957/1959. Na sequência, através de concurso público, obteve investidura no cargo de Juiz de Direito, junto à 2ª vara da Comarca de Maceió, de 3ª entrância, sendo nomeado em 01.04.1930, por ato do Governador Álvaro Paes, tendo assumido a sua judicatura em ato solene de posse e compromisso ocorrido no dia 04.04.1930, sob o comando do Desembargador Adalberto Elpídio de Albuquerque Figueiredo, Presidente do então Tribunal de Apelação (hoje Tribunal de Justiça de Alagoas). Esteve atuando por sete anos e oito meses, contados a partir de 10.02.1931, junto à Secretaria de Justiça e

Negócios do Interior do Estado de São Paulo - na Comarca de São Bento do Sapucaí/SP, como Juiz de Direito (desconhecem-se as circunstâncias dessa cessão, posto que, em 1930, já teria assumido como Juiz de Direito em Alagoas). Todavia, consta registro de que o mesmo teria reassumido a 2ª vara de Maceió no dia 31.12.1937. Seguiu sua trajetória sendo promovido ao cargo de Desembargador, por ato do Governador Arnon de Mello, datado de 28.03.1955, tomando posse em 01.04.1955, diante do Desembargador Domingos Paes Barreto Cardoso, então Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas. Foi eleito Vice-Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas para o período de 19.03.1957 a 17.03.1959. Participou da sessão de instalação do Tribunal Regional Eleitoral, sendo eleito Juiz Efetivo, pela classe dos juízes de direito para o período de 06.06.1945 a 05.10.1946. Teve seu Título de Aposentação expedido por ato do Governador Muniz Falcão, datado de 19.03.1959. Faleceu nesta capital no dia 06.07.1959, aos 64 anos. Obras: Menores Infelizes, Maceió - 1946. Conferências: Barão do Rio Branco, Maceió - 1945 (conferência proferida no IHGAL, na sessão comemorativa do centenário desse chanceler); O 3º Centenário da Batalha dos Guararapes - 1952 (conferência realizada em Recife/PE). Integrou, em 1946, a comissão do Anteprojeto da Constituição de Alagoas em conjunto com os juristas Herrmann Byron, Mário Marroquim, Francisco José da Silva Porto Junior, Marcial de Alencar Barreto Coelho e Cyridião Durval e Silva, Maceió - 1947. Patrono da Cadeira 28 da Academia Alagoana de Letras e Artes de Magistrados - AALAMAGIS. Restou homenageado, tendo seu nome em um logradouro sito no bairro do Farol, nesta capital: Praça Desembargador Osório Calheiros Gatto.



DESEMBARGADOR

**JOSÉ XISTO GOMES  
DE MELO**



### 38 - Desembargador

#### JOSÉ XISTO GOMES DE MELO

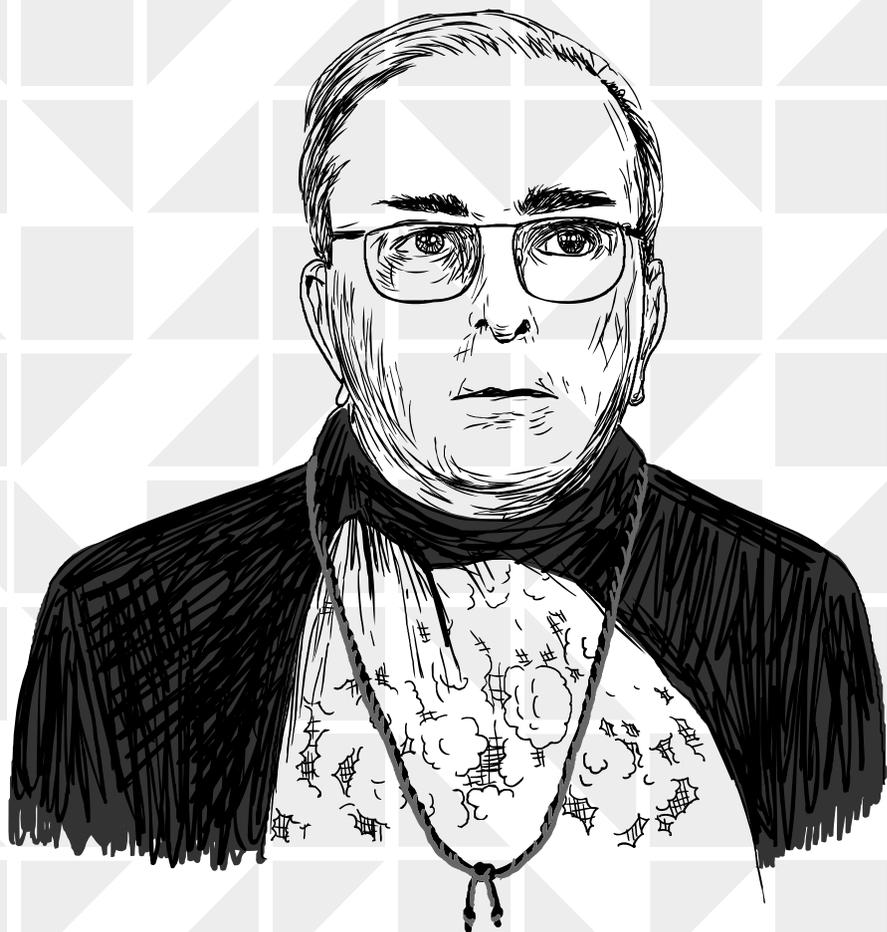
Alagoano, natural de Capela, nascido no dia 28 de março de 1908, filho de Antônio Gomes de Araújo e Cândida Ferreira de Melo. Bacharelou-se, concluindo o curso superior em Ciências Jurídicas e Sociais da Faculdade de Direito de Recife, na turma de 1931. Exerceu atividade de Prefeito da cidade de Santana de Ipanema; Promotor Público nas Comarcas de: Santana do Ipanema, Atalaia e Pilar, entre 1932 e 1936; Juiz Municipal da Comarca de Capela, em 1936. Na sequência, sua primeira investidura no cargo de Juiz de Direito se deu na Comarca de Porto Calvo, para onde foi nomeado em 20.05.1936, por ato do Governador Osman Loureiro de Farias, tendo assumido a sua judicatura em ato solene de posse e compromisso ocorrido no dia 22.05.1936, sob o comando do Desembargador Esperidião de Barros Albuquerque Lins, então Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas. Seguiu sua trajetória funcional assumindo sua titularidade de Juiz de Direito. Adiante foi removido a pedido para atuar na Comarca de Murici, tomando posse em 03.12.1936, ali permanecendo até ser removido a pedido para assumir a Comarca de União dos Palmares, para a qual foi nomeado em 26.04.1941; promovido por merecimento para a Comarca Penedo, por ato de 17.01.1945, tomando posse no dia 24.01.1945; removido a pedido para a Comarca de Maceió 1ª vara, de 3ª entrância, por ato de 08.02.1951, tomando posse no dia 20.02.1951. Por fim, foi promovido por antiguidade ao cargo de Desembargador, por ato de 23.04.1955, do então Governador Arnon de Mello, tomando posse em 29.04.1955 no Tribunal de Justiça de Alagoas, em ato solene sob a presidência do Desembargador Domingos Paes Barreto Cardoso; foi Corregedor Geral do Tribunal de Justiça de Alagoas, no período de 19.03.1957 a 17.03.1959; Vice-Presidente do TRE/AL eleito em 06.11.1958; participou da Comissão do anteprojeto da Lei de Organização Judiciária em 16.03.1951, e ainda do anteprojeto de

Lei de Organização da Polícia Militar em 26.10.1951; foi, em 23.12.1958, o primeiro Diretor da Diretoria Provisória da Associação dos Magistrados e Membro do Ministério Público do Estado de Alagoas - AMMMPEA (atual Associação Alagoana de Magistrados); primeiro Presidente do Conselho Deliberativo da Antiga AMAL - Associação dos Magistrados de Alagoas, de 1959 a 1960. Patrono da Cadeira 20 na Academia Alagoana de Letras e Artes de Magistrados - AALAMAGIS . Obras: Aspectos da Presunção de Paternidade, Maceió-1956 (apresentada como tese de concurso à 4ª cadeira de Direito Civil da Faculdade de Direito de Alagoas); Aspectos da Preferência do Locatário, in *Revista Letras Jurídicas*. Patrono da Comarca de Capela, pois, homenageado com a colocação de seu nome no frontispício do prédio da justiça estadual daquela cidade, onde constam as insígnias: Fórum Des. José Xisto Gomes de Melo. Restou homenageado, tendo seu nome num logradouro sito, no povoado de Ipioca, *Rua Desembargador José Xisto Gomes de Melo*, na grande Maceió. Aposentou-se em 30.11.1965 depois de mais de 33 anos de atividade, dos quais 29 anos como magistrado e faleceu em Maceió no dia 25.02.1975, no dealbar dos seus 67 anos de idade.



DESEMBARGADOR

**ANTÔNIO CÉSAR DE  
MOURA CASTRO**



### 39 - Desembargador

#### ANTÔNIO CÉSAR DE MOURA CASTRO

Alagoano, natural de São Miguel dos Campos, nascido no dia 08 de junho de 1907, filho de Pedro César de Moura Castro e de Rosa da Cruz de Moura Castro, bacharelou-se no curso superior na Faculdade de Direito de Minas Gerais, na turma de 1931. Exerceu o cargo de Delegado Auxiliar de Polícia da Capital de 1942/1943; Secretário Geral da Prefeitura de Maceió de 1943/1944; Promotor Público nas Comarcas de Maceió, Viçosa, Porto Calvo, São Miguel dos Campos e União dos Palmares, no período de 11.02.1933 a 23.06.1944. Na sequência, sua primeira investidura no cargo de Juiz de Direito se deu na Comarca de Pão de Açúcar, para onde foi nomeado em 13.06.1944, por ato do Interventor Ismar de Góis Monteiro, tendo assumido a sua judicatura em ato solene de posse e compromisso ocorrido no dia 24.06.1944, sob o comando do Desembargador Herrmann Byron de Araújo Soares, então Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas. Seguiu sua trajetória funcional, assumindo sua titularidade de Juiz de Direito; removido para a Comarca de São Miguel dos Campos, por ato de 19.06.1945, tomou posse no dia 04.07.1945; removido para atuar na Comarca de Anadia, sob ato de nomeação de 26.07.1944, ali permaneceu até ser promovido por merecimento para assumir a Comarca de Penedo, para a qual foi nomeado em 22.10.1954, tomando posse no dia 16.11.1954; removido a pedido para a 2ª vara da Comarca de Maceió, de 3ª entrância, por ato de 23.04.1955, tomou posse na mesma data. Por fim, foi nomeado Desembargador, por ato de 12.03.1957, do então Governador Muniz Falcão, tomando posse em 15.03.1957 no Tribunal de Justiça de Alagoas, em ato solene sob a presidência do Desembargador Meroveu Cunha de

Oliveira Mendonça; foi Corregedor Geral do Tribunal de Justiça de Alagoas no período de 01.02.1991 a 01.02.1993. Eleito Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas, no período de 13.03.1962 a 17.03.1966. Patrono da comenda do Mérito Judiciário Desembargador Moura Castro - TJAL. Patrono da Cadeira 5 na Academia Alagoana de Letras e Artes de Magistrados - AALAMAGIS. Na magistratura eleitoral, exerceu o cargo de Juiz Efetivo do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas - TRE-AL, pela classe dos desembargadores, de 15.06.1961 a 15.06.1965; eleito Vice-Presidente do TRE-AL, no período de 28.08.1961; eleito Presidente do TRE-AL para o período de 09.04.1962 a 15.06.1965; Obras: Data Inicial da Nossa Emancipação Jurídica, *in revista Letras Jurídicas*. A Pena de Morte No Brasil, *in revista Letras Jurídicas, Maceió-1981*. Fundador da Faculdade de Ciências Econômicas de Alagoas, onde lecionou, chegando a ser seu Vice-Diretor; teve destaque internacional, quando o Acórdão de nº 12.946 passou a integrar a obra “L’égalié”, do jurista Belga Henri Buch; como estudante, participou da revolução de 1930, pela Aliança Liberal, integrando a coluna Tiradentes; Patrono das Comarcas de Boca da Mata e São Miguel dos Campos, pois, homenageado com a colocação de seu nome no frontispício dos prédios da justiça estadual dessas cidades, onde constam as insígnias: Fórum Des. Antônio César de Moura Castro; também patrono do Fórum Eleitoral da Comarca de Maceió. Aposentou-se em 06.06.1977 depois de mais de 44 anos de atividade, dos quais 33 anos como magistrado. Faleceu no 19.04.1992, no dealbar dos seus 85 de idade.



DESEMBARGADOR

**MIGUEL ARCHANJO  
BAPTISTA**



#### 40. Desembargador

### MIGUEL ARCHANJO BAPTISTA

Natural do Estado da Paraíba, graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito do Recife, na turma de 1925. Na sequência, através de concurso público, obteve investidura no cargo de Juiz de Direito, junto à Comarca de Água Branca, de 1ª entrância, sendo nomeado em 02.05.1931, por ato do Interventor Federal Hermilo de Freitas Melro, tendo assumido a sua judicatura em ato solene de posse e compromisso ocorrido no dia 05.05.1931, sob comando do Desembargador Esperidião de Barros Albuquerque Lins, Presidente do então Tribunal de Apelação (atual Tribunal de Justiça de Alagoas). Removido para a Comarca de Porto Calvo, de 1ª entrância, por ato de 16.05.1931, tomando posse no dia 18.05.1931; removido para a Comarca de São José da Laje por ato de 02.01.1936, tomando posse em 01.02.1936; removido para a Comarca de União dos Palmares por ato de 04.04.1938; removido por ato de 24.04.1941, para a Comarca de Murici; removido para a Comarca de São José da Laje, por ato de 23.10.1944; removido por ato de 06.03.1945, para a Comarca de União dos Palmares; removido para a Comarca de São José da Laje, por ato de 11.05.1951, tomando posse no dia 01.06.1951; promovido para a 5ª vara da Comarca de Maceió, por ato de 29.05.1953, tomando posse no mesmo dia; removido para a 3ª vara da Comarca de Maceió, por ato de 05.10.1955, tomando posse no dia 11.10.1955. Seguiu sua trajetória sendo promovido ao cargo de Desembargador, por ato do Governador Muniz Falcão, datado de 31.05.1957, tomando posse, em 01.06.1957, diante do Desembargador Meroveu Cunha de Oliveira Mendonça, então Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas. Obra: Autonomia do Direito Aéreo, Maceió - 1955 (Tese de Concurso para Professor da Cadeira de Direito Comercial da Faculdade de Direito de Alagoas).

DESEMBARGADOR  
**PAULO VASCO DE  
ARAGÃO**



#### 41. Desembargador

### PAULO VASCO DE ARAGÃO

Alagoano, natural de União dos Palmares, nascido no dia 08 de agosto de 1919, filho de Olívio Paulo de Aragão e de Hilda Vasco de Aragão. Bacharelou-se, concluindo curso superior na Faculdade de Direito de Alagoas, na turma de 1945. Ingressou na magistratura em 08.10.1949, sendo designado Juiz Municipal do termo judiciário de Igreja Nova, vinculado à Comarca de Penedo; removido por permuta em 02.03.1950, para o termo judiciário de Porto de Pedras, vinculado à Comarca de Passo de Camaragibe. Na sequência, sua primeira investidura no cargo de Juiz de Direito se deu na Comarca de Porto Calvo, para onde foi nomeado em 30.04.1951, por ato do Governador Arnon de Melo, tendo assumido a sua judicatura em ato solene de posse e compromisso ocorrido no dia 07.05.1951, sob o comando do Desembargador Augusto de Oliveira Galvão, então Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas. Seguiu sua trajetória funcional, assumindo sua titularidade de Juiz de Direito. Adiante foi removido a pedido para atuar na Comarca de São José da Laje, sob ato de nomeação de 28.07.1953, tomando posse no dia 24.08.1953, ali permanecendo até ser removido a pedido para assumir a Comarca do Pilar, para a qual foi nomeado em 19.12.1955. Por fim, foi promovido por merecimento ao cargo de Desembargador, por ato de 07.08.1958, do então Governador Muniz Falcão, tomando posse em 08.08.1958 no Tribunal de Justiça de Alagoas, em ato solene sob a presidência do Desembargador Meroveu Cunha de Oliveira Mendonça; na magistratura eleitoral, foi eleito Vice-Presidente do TRE/AL em 31.08.1959. Aposentou-se em 21.12.1965, por ato do Governador Luiz de Souza Cavalcante, sob a presidência do Desembargador Antônio César e Moura Castro, quando contava 16 anos como magistrado. Faleceu em 15.09.2003, no dealbar dos seus 84 anos de idade.

DESEMBARGADOR

**JOSÉ JERÔNIMO DE  
ALBUQUERQUE**



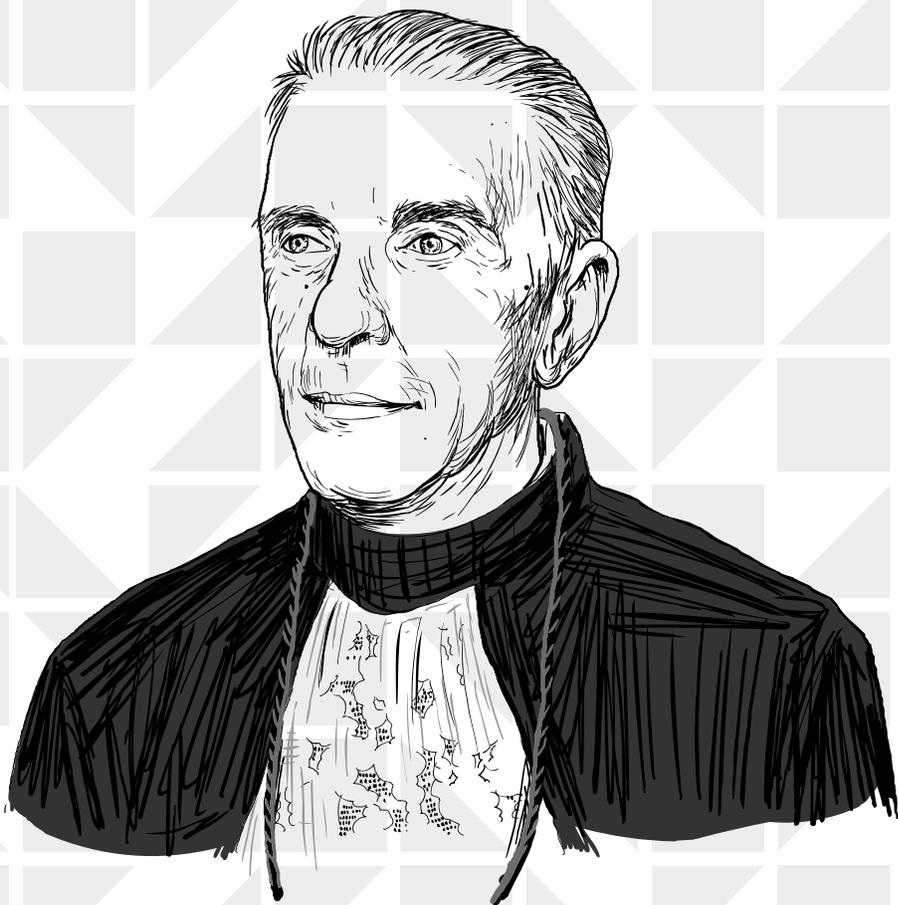
## 42. Desembargador

### JOSÉ JERÔNIMO DE ALBUQUERQUE

Alagoano, natural de Atalaia. Bacharelou-se, concluindo curso de Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito do Recife, na turma de 1919. Exerceu atividade de Promotor Público na Comarca do Pilar por ato de 03.12.1914, também junto à 2ª vara de Maceió, por ato de 26.02.1921. Pelo Decreto nº 1483 de 21.03.1931, foi designado para promover novas diligências em sindicância instaurada para apurar o empastelamento do jornal de Penedo “A Semana” e, bem assim, apurar sobre o respectivo furto do material tipográfico. Na sequência, sua primeira investidura no cargo de Juiz de Direito se deu na Comarca de Atalaia, de 2ª entrância, para onde foi nomeado em 15.02.1934, por ato do Interventor Federal Afonso de Carvalho, tendo assumido a sua judicatura em ato solene de posse e compromisso ocorrido no dia 16.02.1934, sob o comando do Desembargador Esperidião de Barros Albuquerque Lins, então Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas. Seguiu sua trajetória funcional assumindo sua titularidade de Juiz de Direito, sendo promovido por antiguidade da Comarca de Atalaia para a Comarca de Penedo, de 3ª entrância, por ato de 12.04.1954, ali tomando posse em 19.04.1954; removido para atuar na 4ª vara da Comarca de Maceió, sob ato de nomeação de 16.10.1954; removido para a 1ª vara da Comarca de Maceió, 3ª entrância, por ato de 21.05.1955, tomando posse em 23.05.1955. Por fim, foi nomeado Desembargador, por ato de 25.03.1959, do então Governador Muniz Falcão, tomando posse em 31.03.1959, no Tribunal de Justiça de Alagoas, em ato solene sob a presidência do Desembargador Meroveu Cunha de Oliveira Mendonça. Na magistratura eleitoral, foi eleito Juiz Efetivo no TRE-AL, pela classe dos juízes de direito, para o período de 14.04.1955 a 30.03.1959. Foi eleito Vice-Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas no período de 28.08.1959 a 14.03.1961. Aposentou-se em 12.09.1972, depois de mais de 38 anos na atividade de magistrado.

DESEMBARGADOR

**ALFREDO GASPAR DE  
OLIVEIRA MENDONÇA**



### 43. Desembargador

#### **ALFREDO GASPAR DE OLIVEIRA MENDONÇA**

Pernambucano, natural de Recife, nascido no dia 19.02.1913, filho de Francisco Cândido de Oliveira Mendonça e Laura Gaspar de Oliveira Mendonça. Bacharelou-se, concluindo curso de Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito do Recife, em 1933, sendo laureado como o melhor aluno da turma. Fundador da Faculdade de Direito de Alagoas, onde também lecionou. Secretário Geral da Prefeitura de Maceió no biênio de 1941 a 1943. Prefeito da cidade de Penedo de 28.07.1943 a 17.04.1945, durante a Interventoria de Ismar de Góis Monteiro. Fez Doutorado pela Faculdade de Direito de Alagoas, na turma de 1956. Exerceu atividade de Promotor Público nas Comarcas de Palmeira dos Índios de 19.10.1937 a 10.08.1938; em Murici de 10.08.1938 a 11.02.1943; em Rio Largo de 11.02.1943 a 28.07.1943; em Penedo de 28.07.1943 a 16.02.1945; em Maceió na 1ª vara de 16.02.1945 a 16.11.1945. Foi nomeado Procurador Geral do Estado, atuando de 16.11.1945 a 02.04.1956. Atuou como Procurador da República de 11.03.1957 a 03.07.1958. Ascendeu ao cargo de Desembargador na vaga do quinto constitucional destinado ao Ministério Público Estadual, por ato de 21.08.1959, do Governador Muniz Falcão, tomando posse em ato solene de 22.08.1959, sob a presidência do Desembargador Meroveu Cunha de Oliveira Mendonça, então Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas. Foi eleito Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas para o período de 02.02.1981 a 13.08.1981. Homenageado pelo Poder Judiciário através da Res. Nº 04 de 13.05.1998, que determinou fosse afixada uma placa de bronze no ambiente interno do Palácio da Justiça de Alagoas, contendo as suas insígnias. Na magistratura eleitoral, foi eleito Juiz Efetivo junto ao TRE-AL, pela classe dos desembargadores, para o período de 04.02.1961 a 03.12.1965; Procurador Regional Eleitoral de 16.11.1945 a

05.10.1946 e de 07.10.1946 a 31.01.1951; Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, de 21.06.1965 a 03. 12.1965. Fundador da Faculdade de Ciências Econômicas de Alagoas, atuando ainda como um dos seus professores. Sócio Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas - IHGAL, tendo assumido a sua Vice-Presidência, nos biênios 1953/1955, 1958/1959, e de 1961/1970, guindado à presidência em 08.04.1970. Obras: Aspectos do Imposto Sucessório, Maceió - 1953; Funções Normativas do Tribunal de Justiça, Maceió - 1975; e Acórdãos e Despachos, Maceió - 1982. Patrono das Comarcas de Penedo, e de Passo de Camaragibe, pois, homenageado com a colocação de seu nome no frontispício dos prédios da justiça estadual dessas cidades, onde constam as insígnias: Fórum Des. Alfredo Gaspar de Oliveira Mendonça. Patrono da Cadeira 6 na Academia Alagoana de Letras e Artes de Magistrados - AALAMAGIS. Aposentou-se em 17.12.1982. Faleceu em Maceió, no dia 14 de janeiro de 1983 no dealbar dos seus 70 anos de idade, depois de dedicar mais de 50 anos à carreira jurídica e à vida forense.



DESEMBARGADOR

**OLAVO ACCIOLY DE MORAES  
CAHET**



#### 44. Desembargador

##### **OLAVO ACCIOLY DE MORAES CAHET**

Alagoano, natural de Maceió, nascido no dia 19 de setembro de 1917, filho de Olavo Accioly de Moraes Cahete de Anna Lopes Cahet. Bacharelou-se, concluindo curso de Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito do Recife, na turma de 1939. Exerceu atividade de Adjunto de Promotor, por ato de 24.05.1942, junto à Comarca de Coruripe; exerceu a função de Juiz Municipal, junto ao termo judiciário de Marechal Floriano (atual Comarca de Capela), por ato de 05.11.1942; Juiz Municipal do termo judiciário de Maragogi, por ato de 21.01.1943; Juiz municipal de Marechal Deodoro; e também do termo judiciário da Comarca de Manguba (atual Comarca do Pilar), nomeado em 24.08.1944; Juiz Municipal do termo judiciário de Pão de Açúcar de 1942/1943. Na sequência, sua primeira investidura no cargo de Juiz de Direito se deu na Comarca de Pão de Açúcar, para onde foi nomeado em 09.01.1945, por ato do Interventor Ismar de Góis Monteiro, tendo assumido a sua judicatura em ato solene de posse e compromisso ocorrido no dia 19.01.1945, sob o comando do Desembargador Augusto de Oliveira Galvão, então Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas. Seguiu sua trajetória funcional assumindo sua titularidade de Juiz de Direito; removido para a Comarca de Anadia, por ato de 13.03.1947; promovido para atuar na Comarca de Viçosa, sob ato de nomeação de 11.11.1952; promovido para a 5ª vara da Comarca de Maceió, 3ª entrância, por ato de 30.08.1957, tomando posse no dia 26.09.1957; removido da 5ª vara para a 1ª vara da capital em 30.04.1959. Por fim, foi nomeado Desembargador, por ato de 26.08.1959, do então Governador Muniz Falcão, tomando posse em 28.08.1959 no Tribunal de Justiça de Alagoas, em ato solene sob a presidência do Desembargador Meroveu Cunha de Oliveira Mendonça; foi Corregedor Geral do Tribunal de Justiça de Alagoas no período de 09.03.1982 a 05.10.1982; na magistratura eleitoral, foi eleito Juiz Efetivo no TRE-AL, pela classe dos desembargadores,

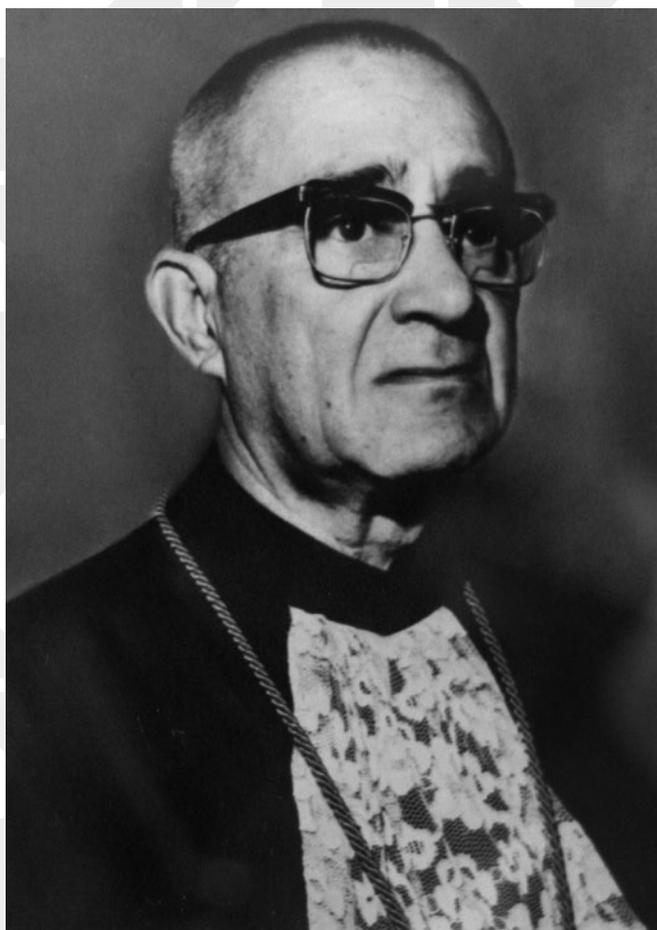


para o período de 09.04.1962 a 09.04.1966; eleito Presidente do TRE-AL para o período de 13.12.1965 a 09.04.1966;foi eleito Vice-Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas no período de 01.02.1983 a 22.09.1987; Presidente do TJAL no período de 17.03.1966 a 13.03.1970 e no período de 02.03.1979 a 02.02.1981.Patrono da Cadeira 27 na Academia Alagoana de Letras e Artes de Magistrados - AAALAMAGIS. Presidente da Associação Alagoana de Magistrados - ALMAGIS, em 1961 e no biênio 1964/1965. Aposentou-se em 28.09.1987 depois de mais de 45 anos como magistrado. Faleceu no 09.03.1999, no dealbar dos seus 82 anos de idade.



DESEMBARGADOR

**JOÃO DE OLIVEIRA E  
SILVA**



#### 45. Desembargador

### JOÃO DE OLIVEIRA E SILVA

Alagoano, natural de Maceió, nascido no dia 20.10.1907, filho de Pedro Valeriano da Silva e Ernestina de Oliveira e Silva. Graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito do Recife, na turma de 1930. Foi nomeado Juiz Substituto para a Comarca de Penedo, por ato de 10.01.1928; Adjunto de Promotor Público, junto à Comarca de Água Branca, de 1929/1931; nomeado Juiz Municipal em 16.05.1931, para a Comarca de Murici; de 1933/1935, Juiz Municipal de Capela; de 1935/1936, Juiz Municipal de Passo de Camaragibe; nomeado, em 28.02.1936, Juiz municipal da Comarca de Arapiraca. Na sequência, através de concurso público, obteve investidura no cargo de Juiz de Direito, junto à Comarca de Pão de Açúcar, de 1ª entrância, sendo nomeado em 21.05.1947, por ato do Interventor Silvestre Péricles de Góis Monteiro, tendo assumido a sua judicatura em ato solene de posse e compromisso ocorrido no dia 27.05.1947, sob o comando do Desembargador Manuel Xavier Accioly, Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas. Promovido para a Comarca de Palmeira dos Índios, de 2ª entrância, por ato de 02.03.1949, tomando posse no dia 08.03.1949; acumulou, a partir de 29.03.1952, as Comarcas de Palmeira dos Índios e Santana do Ipanema; promovido por merecimento para a 4ª vara da Comarca de Maceió, de 3ª entrância, por ato de 03.06.1955, tomando posse em 10.06.1955. Seguiu sua trajetória sendo promovido por antiguidade ao cargo de Desembargador, por ato do Governador Sebastião Marinho Muniz Falcão, datado de 01.09.1959, tomando posse, em 04.09.1959, diante do Desembargador Edgar Valente de Lima, então Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas. Foi eleito Vice-Presidente do

Tribunal de Justiça de Alagoas para o período de 14.03.1961 a 23.05.1967, e Corregedor Geral da Justiça “ad hoc”, por várias vezes. Compôs por diversas ocasiões o plantel do Tribunal Regional Eleitoral, sendo eleito Juiz Efetivo, pela classe dos juízes de direito para o período de 15.07.1957 a 03.09.1959; Juiz Efetivo pela classe dos desembargadores de 16.06.1965 a 16.05.1966; e eleito Presidente do TRE/AL, com exercício no período de 15.04.1966 a 16.05.1966. Faleceu nesta capital no dia 19.01.1976, aos 69 anos. Presidente da Associação Alagoana de Magistrados - ALMAGIS, nos biênios de 1969/1970 e 1970/1971, e membro do Conselho Deliberativo no biênio 1975/1977. Obras: escreveu vários artigos jurídicos e doutrinários, além de discursos que fez publicar na Revista Letras Jurídicas - editada pela Associação Alagoana de Magistrados - ALMAGIS. Ex-Patrono do antigo Fórum da Comarca de Arapiraca. Restou homenageado tendo seu nome em uma das Escolas daquela cidade de Igaci/AL, e em um logradouro sito no bairro do Farol, nesta capital: Rua Desembargador João de Oliveira e Silva.



DESEMBARGADOR

**JOSÉ MARÇAL CAVALCANTI**



#### 46. Desembargador

### JOSÉ MARÇAL CAVALCANTI

Alagoano, natural de Maceió, nascido no dia 04 de junho de 1928, filho de Luiz Tenório Cavalcanti e de Maria do Carmo de Vasconcelos Cavalcanti, iniciou os estudos no curso primário do Grupo Escolar Fernandes Lima, e cursos secundário e colegial no Lyceu Alagoano, tendo concluído curso superior na Faculdade de Direito de Alagoas, na turma de 1951. Exerceu atividade de repórter junto aos matutinos Gazeta de Alagoas e Jornal de Alagoas e, já magistrado, também lecionou na Escola Superior da Magistratura de Alagoas. Na sequência, sua primeira investidura no cargo de Juiz de Direito se deu na Comarca de Limoeiro de Anadia, para onde foi nomeado em 27.10.1953, por ato do governador Arnon de Mello, tendo assumido a sua judicatura em ato solene de posse e compromisso ocorrido no dia 29.10.1953, sob o comando do Desembargador Augusto Galvão, então Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas. Seguiu sua trajetória funcional, assumindo sua titularidade de Juiz de Direito. Adiante foi promovido por merecimento para atuar na Comarca de Pão de Açúcar, sob ato de nomeação de 11.04.1956, tomando posse em 16.04.1956, ali permanecendo até ser removido a pedido para assumir a Comarca de Murici, para a qual foi nomeado em 20.11.1958. Esteve vinda, em diversos períodos, como Juiz Substituto nas Comarcas de Arapiraca, Piranhas, Batalha, Capela e União dos Palmares. Por fim, foi nomeado Desembargador, por ato de 12.09.1959, do então Governador Muniz Falcão, tomando posse em 14.09.1959 no Tribunal de Justiça de Alagoas, em ato solene sob a presidência do Desembargador Edgar Valente de Lima. Teve intensa vida administrativa frente aos trabalhos da justiça alagoana, ao exercer as funções de Corregedor Geral do Tribunal de Justiça de Alagoas no período de

25 de outubro de 1962 a 25 de outubro de 1965, e de Presidente daquela Corte de Justiça no período de 01.02.1989 a 31.01.1991. Esteve também como Membro do Conselho Estadual da Magistratura; Membro do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Alagoas; Vice-Presidente do TRE/AL e Corregedor Eleitoral no período de 15 de abril de 1966 a 1º de junho de 1966, além de Presidente da Corte Eleitoral de Alagoas nos biênios de 1966/1970 e 1986/1988. Foi agraciado em 1982 com as comendas Eustáquio Gomes de Melo - Prefeitura de Maceió, e Comenda Senador Rui Palmeira; em 1983 recebeu o Diploma e a Medalha do Mérito Policial Militar do Estado de Alagoas. Aposentou-se depois de mais de 40 anos de atividade forense e faleceu no dia 22 de janeiro de 1998, no dealbar dos seus 70 anos de idade. Foi um dos únicos magistrados a ser elevado ao cargo de desembargador vindo diretamente de uma Comarca do interior do Estado, e ainda tendo exercido sua desembargadoria por mais tempo, dentre todos os membros do Poder Judiciário de Alagoas. Publicou as obras: Como Apliquei o Direito no Tribunal de Justiça de Alagoas; Alguns Acórdãos e Votos Proferidos - 1959 a 1982, Grafitex Maceió - 1982, em três volumes. Patrono da Comarca de Girau de Ponciano, pois, homenageado com a colocação de seu nome no frontispício do prédio da justiça estadual dessa cidade, onde constam as insígnias: Fórum Des. José Marçal Cavalcanti.



DESEMBARGADOR  
**JOSÉ FAUSTINO  
DE MIRANDA**



#### 47. Desembargador

### JOSÉ FAUSTINO DE MIRANDA

Alagoano, natural de Porto Calvo, nascido no dia 11 de janeiro de 1893. Bacharelou-se no curso de Ciências Jurídicas e Sociais da Faculdade de Direito de Recife, na turma de 1921. Na sequência, sua primeira investidura no cargo de Juiz de Direito se deu na Comarca de Água Branca, para onde foi nomeado em 07.08.1940, por ato do Interventor Osman Loureiro de Farias, tendo assumido a sua judicatura em ato solene de posse e compromisso ocorrido no dia 08.08.1940, sob o comando do Desembargador Augusto de Oliveira Galvão, então Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas. Seguiu sua trajetória funcional assumindo sua titularidade de Juiz de Direito. Adiante foi removido para atuar na Comarca de Pão de Açúcar, sob ato de nomeação de 12.02.1943, tomando posse na mesma data, ali permanecendo até ser removido para assumir a Comarca de Coruripe, para a qual foi nomeado em 15.01.1944; removido para a Comarca do Pilar por ato de 26.11.1946; promovido por antiguidade para a 5ª vara da Comarca de Maceió, de 3ª entrância, tomando posse no dia 25.11.1955; removido para a 2ª vara da Comarca de Maceió, por ato de 23.04.1957. Por fim, foi nomeado Desembargador, por ato de 24.04.1962, do então Governador Luiz de Souza Cavalcante, tomando posse em 02.05.1962 no Tribunal de Justiça de Alagoas, em ato solene sob a presidência do Desembargador Antonio César de Moura Castro. Aposentou-se em 04.03.1963, dos quais 23 anos como magistrado e faleceu no 15.03.1982, no dealbar dos seus 89 anos de idade.

DESEMBARGADOR

**LUIZ DE OLIVEIRA  
SOUZA**



#### 48. Desembargador

### LUIZ DE OLIVEIRA SOUZA

Alagoano, natural de Palmeira dos Índios, nascido no dia 02 de Fevereiro de 1917, filho de Luís Ferreira Sousa e de Emília de Oliveira Sousa, concluiu o curso superior na Faculdade de Direito de Alagoas, na turma de 1948. Exerceu a função de Adjunto de Promotor junto à Comarca de Maceió no ano de 1951. Na sequência, sua primeira investidura no cargo de Juiz de Direito se deu na Comarca de Major Izidoro, para onde foi nomeado em 27.04.1953, por ato do Governador Arnon Affonso de Farias Mello, tendo assumido a sua judicatura em ato solene de posse e compromisso ocorrido no dia 28.04.1953, sob o comando do Desembargador Augusto de Oliveira Galvão, então Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas. Seguiu sua trajetória funcional, assumindo sua titularidade de Juiz de Direito. Adiante foi removido para atuar na Comarca de Arapiraca, sob ato de nomeação de 24.09.1953, tomando posse em 10.10.1953, ali permanecendo até ser promovido por antiguidade para a Comarca de Pão de Açúcar, de 2ª entrância para a qual foi nomeado em 05.09.1955, tomando posse no dia 06.09.1955; removido a pedido para Comarca de Santana do Ipanema, por ato de 20.03.1956, tomando posse no dia 04.04.1956; promovido por merecimento para a 3ª vara da Comarca de Maceió, de 3ª entrância, por ato de 29.10.1959, tomando posse no dia 30.10.1959. Por fim, foi nomeado Desembargador, por ato de 07.11.1962, do então Governador Luiz de Souza Cavalcante, tomando posse em 09.11.1962 no Tribunal de Justiça de Alagoas, em ato solene sob presidência do Desembargador Antonio César de Moura Castro. Foi eleito Vice-Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas no período de 23.04.1974 a 13.04.1977; Presidente do TJAL no período de 13.08.1981 a 01.02.1985; na magistratura Eleitoral



foi eleito por três vezes para Vice-Presidente do TRE/AL nos períodos de 01.06.1966, 31.05.1968 e 14.04.1970, ocasião em que também exerceu a função de Corregedor Eleitoral. Presidente da Associação Alagoana de Magistrados - ALMAGIS, nos biênios de 1967/1968 e 1968/1969. Aposentou-se por ato de 03.02.1987 depois de mais de 34 anos de atividade na magistratura, e faleceu no dia 16 de abril de 2001, no dealbar dos seus 84 anos de idade.



DESEMBARGADOR

**ERNANDI LOPES DORVILLÉ**



#### 49. Desembargador

### ERNANDI LOPES DORVILLÉ

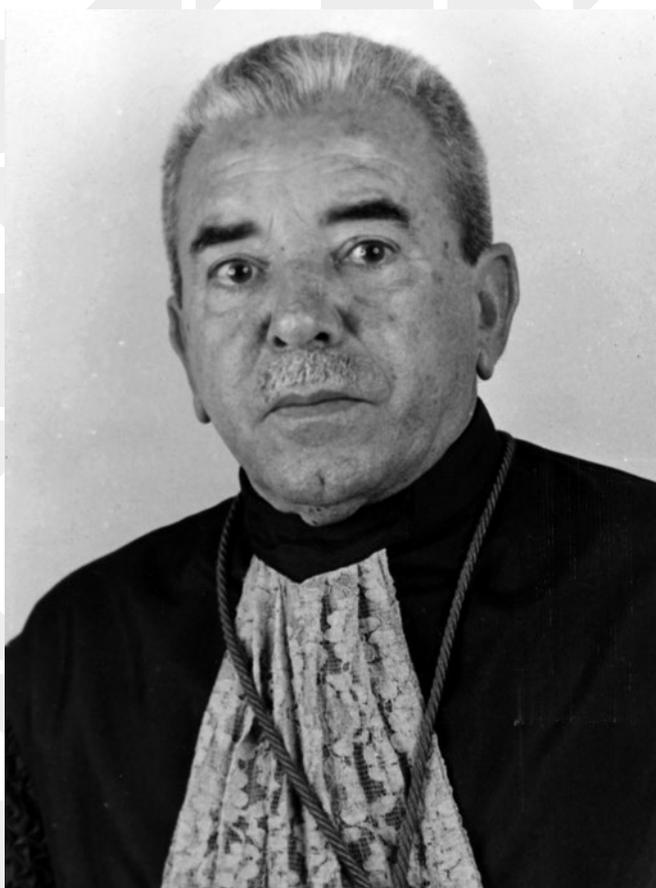
Alagoano, natural de Marechal Deodoro, nascido no dia 02 de junho de 1919, filho de Arthur Charles Dorvillé e de Maria Lopes Dorvillé, concluiu o curso de Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito de Recife, na turma de 1948. Exerceu atividade de Juiz Municipal no termo de Piranhas, por ato de 08.10.1949; Juiz Municipal no termo de Porto de Pedras, por ato de 02.06.1951. Na sequência, sua primeira investidura no cargo de Juiz de Direito se deu na Comarca de Mata Grande, para onde foi nomeado em 13.08.1952, por ato do Governador Arnon Affonso de Farias Mello, tendo assumido a sua judicatura em ato solene de posse e compromisso ocorrido no dia 21.08.1952, sob o comando do Desembargador Augusto de Oliveira Galvão, então Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas. Seguiu sua trajetória funcional assumindo sua titularidade de Juiz de Direito. Adiante foi promovido por merecimento para atuar na Comarca de Coruripe, de 2ª entrância, sob ato de nomeação de 11.09.1953, tomando posse em 14.09.1953, ali permanecendo até ser removido a pedido para assumir a Comarca de São Miguel dos Campos, para a qual foi nomeado em 02.01.1955, tomando posse em 08.01.1955; promovido por merecimento para 5ª vara da Comarca de Maceió, 3ª entrância, por ato de 02.07.1957, tomando posse em 04.07.1957; removido a pedido para a 3ª vara da capital, por ato de 01.08.1957, tomando posse em 05.08.1957; removido a pedido para a 1ª vara da capital, por ato de 03.10.1959, tomando posse no dia 05.10.1959. Por fim, foi nomeado Desembargador, por ato de 21.11.1962, do então Governador Luiz de Souza Cavalcante, tomando posse em 17.12.1962 no Tribunal de Justiça de Alagoas, em ato solene sob a presidência do Desembargador Antonio César de Moura Castro; Corregedor Geral do Tribunal de Justiça de Alagoas nos períodos de 27.10.1966 a 17.03.1970 e 29.10.1974 a 23.03.1977; na magistratura eleitoral foi eleito Juiz Efetivo pela classe dos juízes de direito, de 16.04.1959 a 18.12.1962;



Juiz Efetivo pela classe dos desembargadores, de 14.04.1970 a 14.04.1972, e de 15.05.1972 a 12.05.1974, ocasião em que foi eleito Presidente do TRE/AL. Presidente do TJAL nos períodos de 13.03.1970 a 12.03.1974 e de 09.03.1977 a 01.03.1979. Presidente da Associação Alagoana de Magistrados - ALMAGIS, nos biênios de 1959/1960 e 1960/1961. Patrono das Comarcas de Porto de Pedras, Marechal Deodoro e União dos Palmares, pois, homenageado com a colocação de seu nome nos frontispícios dos prédios da justiça estadual dessas cidades, onde constam as insígnias: Fórum Des. Ernandi Lopes Dorvillé. Homenageado com o Título de Cidadão Honorário de Porto de Pedras. Aposentou-se em 10.05.1979 depois de mais de 46 anos de atividade, dos quais 27 anos como magistrado. Faleceu no dia 26 de julho de 1995, no dealbar dos seus 76 anos de idade.



DESEMBARGADOR  
**PAULO DA ROCHA  
MENDES**



## 50. Desembargador

### PAULO DA ROCHA MENDES

Alagoano, natural de Maceió, nascido em 01 de agosto de 1929, filho de Luiz dos Reis Mendes e Anna Rocha Mendes, concluiu os cursos primário, ginásial e científico no Colégio Batista Alagoano, serviu ao exército brasileiro em 1950, como aluno do Curso de Preparação de Oficiais da Reserva. Graduou-se em Direito ao concluir o curso de Ciências Jurídicas e Sociais da Faculdade de Direito de Alagoas, na turma de 1953. Trabalhou no Departamento dos Correios e Telégrafos Nacionais no período de 1952 a 1956. Na sequência foi aprovado no concurso público de Juiz de Direito, sendo nomeado no dia 30 de abril de 1956, por ato do Governador Sebastião Marinho Muniz Falcão, tomando posse no dia 02 de maio de 1956, para sua investidura junto à Comarca de Piranhas, de 1ª entrância, em ato solene presidido pelo Desembargador Domingos Paes Barreto Accioly. Adiante foi promovido por merecimento para a Comarca de Arapiraca, então de 2ª entrância, por ato do governador Sebastião Marinho Muniz Falcão, datado de 22 de maio de 1959, tomando posse em 12.06.1959, sendo removido em seguida para a Comarca de Murici, por ato de 19 de junho de 1959. Foi promovido por merecimento para a 3ª vara da Comarca de Maceió, por ato de 06 de dezembro de 1962, tomando posse em 18.12.1962. Por fim, foi promovido por merecimento para o cargo de Desembargador através de ato do Governador Luiz de Souza Cavalcante, de 28.03.1963, tomando posse em 03.04.1963, em ato solene junto ao Tribunal de Justiça de Alagoas, então sob a presidência do Desembargador Antonio César de Moura Castro. Esteve sempre como membro da 1ª câmara cível TJAL. Teve intensa vida administrativa e funcional, sendo eleito, em 1981, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas, para completar mandato em razão de renúncia do titular. Eleito Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas para o período de 01.02.1985 a 02.02.1987, por sete vezes assumiu o governo do

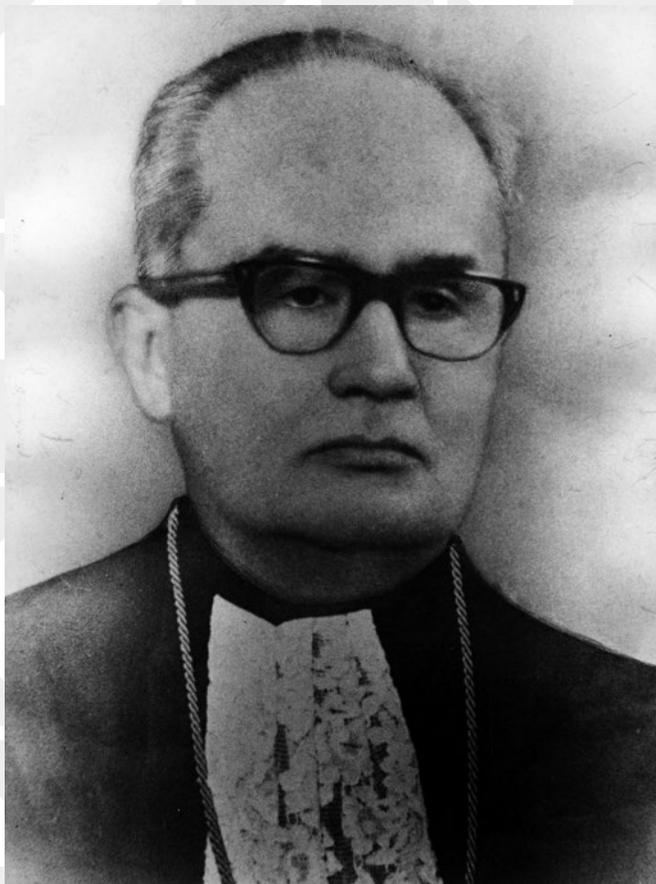


Estado de Alagoas. Foi ainda eleito Corregedor Geral da Justiça de Alagoas, para o biênio 1989/1990. Já magistrado, lecionou na Escola Superior da Magistratura. Teve seu título de aposentadoria assinado pelo então Presidente TJAL, Desembargador Orlando Monteiro Cavalcanti Manso, em 04.05.1999. Faleceu no dia 23 de outubro de 2015. Agraciado com a Medalha do Mérito Eleitoral, do TRE-AL, em 2005. Patrono da Comarca de Cacimbinhas, pois, homenageado com a colocação de seu nome no frontispício do prédio da Justiça Estadual dessa cidade, onde constam as insígnias: Fórum Des. Paulo da Rocha Mendes. Ademais, exerceu judicância por longos 43 anos, dos quais 36 como Desembargador.



DESEMBARGADOR

**OSVALDO DE MIRANDA  
BARROS**



## 51. Desembargador

### OSVALDO DE MIRANDA BARROS

Natural do Estado de Alagoas. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito do Recife, na turma de 1928. Exerceu a função de Juiz Municipal na Comarca de Piranhas; Juiz Municipal da Comarca de Maragogi, por ato de 14.07.1933, tomando posse em 29.07.1933; da Comarca de Igreja Nova, por ato de 12.05.1937, tomando posse em 15.05.1937; Juiz Municipal da Comarca de Limoeiro de Anadia, por ato de 07.07.1941. Sua primeira investidura no cargo de Juiz de Direito se deu na Comarca de Passo de Camaragibe, para onde foi nomeado em 16.07.1945, tomando posse em 21.07.1945, por ato do Interventor Ismar de Góis Monteiro, sob o comando do Desembargador Manoel Xavier Accioly, então Presidente do Tribunal Superior. Seguiu sua trajetória funcional, assumindo sua titularidade de Juiz de Direito, sendo adiante removido para atuar na Comarca de Anadia, por ato de 11.12.1946; Comarca de Rio Largo, por ato de 12.12.1952, tomando posse e entrando em exercício no dia 15.12.1952; promovido pelo critério de merecimento para a Comarca de Penedo, por ato de 31.10.1958, tomando posse em 25.11.1958; removido para a 5ª Vara da Comarca de Maceió, por ato de 02.06.1959, tomando posse em 16.06.1959; removido para a 4ª Vara da Comarca de Maceió, por ato de 05.10.1959, tomando posse em 08.10.1959. Foi promovido ao cargo de Desembargador, por ato de 13.12.1965 do Governador Luiz de Souza Cavalcante, tomando posse em 17.12.1965, junto ao Tribunal Superior, em ato solene sob o comando do Desembargador Presidente Antonio César de Moura Castro. Deixou como legado a seguinte obra: O Sentido da Nova Constituição (trabalho apresentado à Congregação da Faculdade de Direito de Alagoas para o concurso de Direito Público e Constitucional), Maceió, 1939. Faleceu no dia 05 de março de 1976.

DESEMBARGADOR

**BENEDITO BARRETO  
ACCIOLY**



## 52. Desembargador

### **BENEDITO BARRETO ACCIOLY**

Alagoano, natural de Maceió, nascido no dia 23 de dezembro de 1922, filho de Dioclecio Xavier Accioly e Elvira Barrêto Accioly, concluiu o curso primário no Colégio Diocesano de Maceió (Marista), e os cursos ginásial e científico no Colégio Guido de Fontgalland. Graduou-se em Ciências Jurídicas na Faculdade de Direito de Alagoas na turma de 1951. Foi funcionário do extinto Banco de Alagoas no período de 1942 a 1950. Foi convocado para o serviço do exército junto ao 59º BIMtz, servindo de 1942 a 1945. Em 1950 foi admitido no Bank Of London & South América Ltda. Na sequência, foi aprovado em concurso público para Juiz de Direito, sendo nomeado por ato do governador Arnon de Mello, em 08.05.1953, e tomando posse no dia 15 de maio de 1953, quando passou a exercer sua judicatura junto à Comarca de São Braz, de 1ª entrância, sendo sua primeira investidura junto ao Poder Judiciário de Alagoas, então sob a presidência do Desembargador Augusto Galvão. Adiante, sendo removido para a Comarca de Quebrangulo por ato de nomeação datado de 08.04.1954, tomou posse no dia 04 de maio de 1954; promovido por merecimento para a Comarca de Água Branca por ato de nomeação datado de 03.06.1955, tomou posse no dia 13.06.55; removido para a Comarca de Porto Calvo, então de 2ª entrância, por ato de 12.08.1955, tomou posse em 19.08.1955; respondeu pela Comarca de Passo de Camaragibe em 1956; removido a pedido para a Comarca de Atalaia em 13.03.1961, tomou posse em 18.03.1961; promovido por merecimento à 3ª entrância por ato de 02.05.1963, assumiu a titularidade da 1ª vara de Maceió, ao tomar posse em 03.05.1963; exerceu a função de Diretor do Fórum da Capital em 1966; lecionou na Escola Superior da Magistratura; eleito juiz Efetivo do Tribunal Regional Eleitoral na classe dos Juízes, para o período de 19.06.1963 a 09.02.1966, e na classe dos Desembargadores de 16.04.1974 a 16.04.1978, e 15.12.1988 a 15.12.1992; eleito Vice-Presidente do TRE-AL em 05.06.1974, 03.06.1976 e em 15.12.1988; assumiu a presidência do TRE/AL no período de 07.02.1991 a 16.12.1992. Esteve

como Presidente da Associação Alagoana de Magistrados - ALMAGIS, de 1966 a 1967. Por fim, foi promovido por merecimento ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça de Alagoas por ato do Interventor Federal, Gal. João José Batista Tubino, em data de 07.02.1966, tomando posse em 10.02.1966, passando a integrar a 1ª Câmara cível TJAL; eleito Vice-Presidente do TJAL, para o período de 23.05.1967 a 07.04.1970; e também no biênio de 1984/1986; eleito e empossado na função de Corregedor Geral do TJAL, atuou em vários biênios, eleito em: 17.03.1970; 21.03.1972; 23.03.1977; 17.03.1978; 21.12.1979 e 05.10.1982; eleito Presidente do TJAL para o período de 12.03.1974 a 09.03.1977. Foi agraciado pelo Governo do Estado de Alagoas com a Medalha Comemorativa dos 150 da Independência do Brasil - 1972; em 1974 recebeu o Título de Grande Colaborador da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Alagoas, e a Medalha Comemorativa da TELASA/SA - Telecomunicações de Alagoas S/A; eleito, em 1985, Presidente de Honra dos Ex-combatentes do Brasil, Seccional Alagoas. Publicou artigos de doutrina na Revista Forense/RJ e na Revista Letras Jurídicas/AL. Teve seu Título de Aposentação assinado pelo então Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas Desembargador Gérson Omena, em 18 de dezembro de 1992, após quase 40 anos de judicatura, dos quais 26 anos no cargo de Desembargador. Faleceu em Maceió no dia 05.04.2001.



DESEMBARGADOR

**ANTHERO MONTENEGRO  
MEDEIROS**



### 53. Desembargador

#### **ANTHERO MONTENEGRO MEDEIROS**

Alagoano, natural de Maceió, nascido no dia 19 de agosto de 1915, filho de Oscar Talismã de Medeiros e Olívia Montenegro Medeiros. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito do Recife, na turma de 1939. Exerceu o cargo de Promotor de Justiça nas Comarcas do Pilar, São José da Laje, Penedo e Maceió. Eleito Vice Presidente para a gestão 1959/1961, e depois Presidente para o biênio 1965/1966, da Associação dos Magistrados e Membros do Ministério Público do Estado de Alagoas - AMMMPEA (atual Associação Alagoana de Magistrados - ALMAGIS). Ascendeu ao cargo de Desembargador na vaga do quinto constitucional destinado ao Ministério Público Estadual, por ato de 07.02.1966, do Interventor Gal. João José Batista Tubino, tomando posse em 10.02.1966, sob a presidência do Desembargador Edgar Valente de Lima, então Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas. Nomeado Procurador Geral do Estado de Alagoas, por diversas vezes, por ato governamental, nas gestões e governos do Governador Arnon de Mello, ato de 30.11.1954 e tomando posse em 01.02.1954; e do Governador Muniz Falcão, por ato de 23.12.1957, tomando posse em 28.12.1957 e por ato de 02.02.1961, tomando posse em 06.02.1961 (art. 190 da Lei 1674/52 e art. 12, III da Lei nº 1806/54). Obra: Da Intervenção do Ministério Público no Interrogatório Penal, Maceió - 1959 (na revista Letras Jurídicas, editada pela Associação dos Magistrados Alagoanos - ALMAGIS). Patrono da Comenda Anthero Montenegro, da Associação do Ministério Público de Alagoas - AMPAL. Faleceu em Maceió, aos 50 anos de idade, no dia 26.03.1966 - (ascendeu ao cargo na vaga do quinto constitucional destinado ao Ministério Público, sendo o Desembargador que menos tempo atuou no Tribunal de Justiça de Alagoas, empossado em 10 de fevereiro de 1966, veio a falecer no dia 26 de março de 1966).

DESEMBARGADOR

**JOSÉ AUGUSTO  
TENÓRIO COSTA**



## 54. Desembargador

### JOSÉ AUGUSTO TENÓRIO COSTA

Alagoano, nascido no dia 30 de janeiro de 1922, filho de Augusto Pereira da Costa. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito de Alagoas, na turma de 1948. Aprovado em concurso público para o cargo de Promotor de Justiça, foi nomeado para a Comarca de Coruripe, em 02 de março de 1950. Na sequência foi aprovado em concurso público para Juiz de Direito, sendo nomeado por ato do governador Arnon Affonso Farias de Mello, em 01.09.1952, tomando posse no dia 08 de setembro de 1952, passando a exercer sua judicatura junto à Comarca de Quebrangulo, de 1ª entrância, sendo sua primeira investidura junto ao Poder Judiciário de Alagoas, então sob a presidência do Desembargador Augusto de Oliveira Galvão. Adiante, foi promovido por antiguidade para a Comarca de Água Branca por ato de nomeação datado de 03.03.1954, ali tomando posse no dia 09 de março de 1954; promovido por merecimento para a Comarca de Atalaia por ato de nomeação datado de 24.05.1954, tomou posse no dia 31.05.1954; promovido para a Comarca de Penedo, por ato de 30.01.1961, tomou posse em 02.02.1961; promovido para 3ª entrância, assumiu a titularidade da 5ª vara da Comarca de Maceió. Por fim, foi promovido por antiguidade ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça de Alagoas por ato do Interventor Federal, Gal. João José Batista Tubino, em data de 17.03.1966, tomando posse em 18.03.1966, sob a presidência do desembargador Antonio César de Moura Castro. Foi eleito Juiz Efetivo para a classe dos juízes de direito junto do Tribunal Regional Eleitoral, para o período de 12.09.1963 a 18.03.1966. Faleceu no dia 28.01.1985.

DESEMBARGADOR

**HÉLIO ROCHA CABRAL  
DE VASCONCELOS**



## 55. Desembargador

### HÉLIO ROCHA CABRAL DE VASCONCELOS

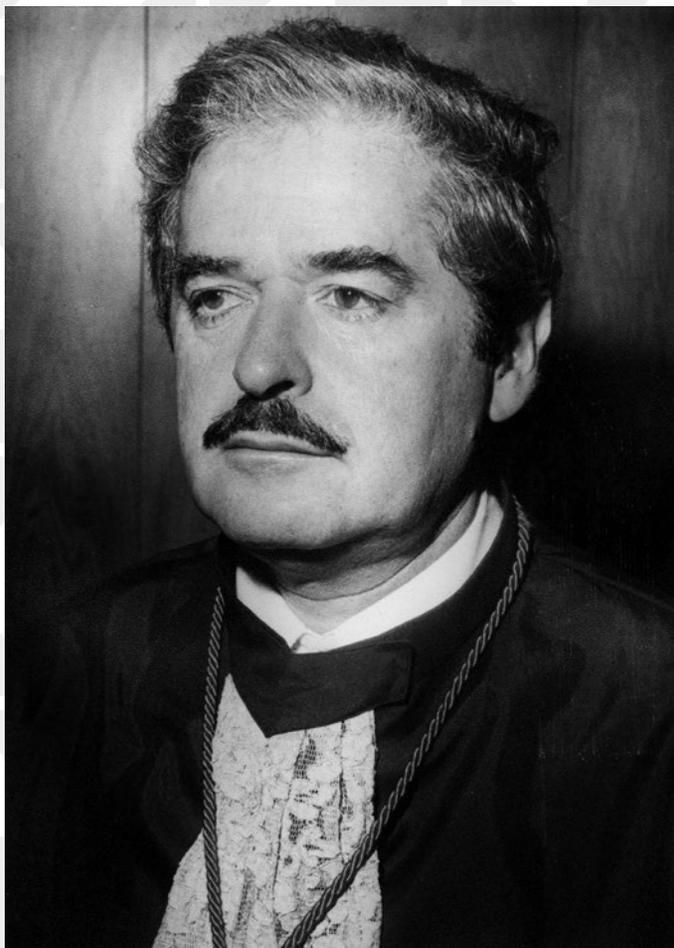
Alagoano, natural de Santana do Ipanema, nascido em 09.03.1926, filho de Octávio Cabral de Vasconcelos e Maria da Glória Rocha Cabral de Vasconcelos. Frequentou o curso secundário do Colégio Diocesano de Maceió - Irmãos Marista, serviu ao exército brasileiro junto ao CPOR - Centro de Preparação de Oficiais da Reserva, na unidade de Recife/PE. Graduou-se em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito de Alagoas na turma de 1952, onde também cursou Filosofia e participou ainda do Curso de Doutorado em Direito. Foi nomeado Adjunto de Promotor da Comarca de Santana de Ipanema, em 13.04.1951. Na sequência, foi aprovado em concurso do Ministério Público de Alagoas sendo nomeado em 25.03.1954, para atuar na Comarca de Capela, por ato do então Governador Arnon de Mello. Promovido para 2ª entrância em 28.11.1961, passou a atuar na Comarca de Porto Calvo; promovido para a Comarca de Penedo em 25 de março de 1966. Nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça de Alagoas, para ocupar a vaga cabível a membro do Ministério Público, por ato do Interventor Federal João José Batista Tubino, datado de 25.08.1966, tomou posse em 26.08.1966, passando a integrar inicialmente a 2ª câmara cível, depois a câmara criminal; eleito Corregedor Geral da Justiça em 29.10.68 e em 26.03.1974; Vice-Presidente do TJAL de 07.04.1970 a 23.04.1974; Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas de 01.02.1993 a 01.02.1995; Juiz Efetivo TRE/AL, pela classe dos Desembargadores de 04.06.1974 a 04.06.1978, e de 02.02.1987 a 02.02.1991; Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de 05.06.1974 a 04.06.1978, e de 15.12.1988 a 02.02.1991; Vice-Presidente do TRE de 16.07.1988 a 15.12.1988; Professor na cadeira de Direito Judiciário Penal junto à Universidade Federal de Alagoas - UFAL; em 1953, esteve no comando da Delegacia de Ordem Política Social Investigações e Capturas; Secretário do Governo Estadual

de Arnon de Mello; também Secretário dos Negócios do Interior, Justiça e Segurança Pública do Governo de Alagoas - 1954; em 1950 figura como suplente de Deputado Estadual; Prefeito Municipal de Santana de Ipanema de 1955 a 1959; Membro da Associação dos Diplomados pela Escola Superior de Guerra - ADESG; Assistente Jurídico da Companhia de Desenvolvimento de Alagoas - CODEAL; Secretário do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Alagoas; Secretário da Associação dos Municípios Alagoanos; membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, tendo ocupado a cadeira 09, cujo patrono é o magistrado e escritor Alberto Juvenal do Rego Lins; membro da Associação Alagoana de Imprensa; Sócio Efetivo da Comissão Alagoana de Folclore; e Professor da Escola Superior da Magistratura. Foi agraciado com as seguintes medalhas e comendas: Medalha do Centro Literário Recreativo Onildo Nepomuceno; Medalha do Sesquicentenário da Independência do Brasil- 1972; Medalha do Mérito Eleitoral Frei Caneca TRE/PE; Medalha do Mérito Eleitoral Des. Barreto Cardoso TRE/AL; Medalha do Centenário do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas - 1969; Medalha dos 40 anos da Justiça Eleitoral; Medalha do Sesquicentenário de Maceió - 1965; Medalha do 1º Aniversário da Empresa de Telecomunicações de Alagoas - TELASA, em 1974. Publicou as seguintes obras: O Valor do Laudo é apenas Opinativo; Da Instrução Provisória - Maceió, 1997 - SERGASA; Um processo Lesivo da Citação; Minha Ação no IV Congresso dos Municípios; Criação de Municípios; Presença de um Problema num Quinquênio Administrativo; Direito Municipal sua autonomia científica e didática; Tribunal de Justiça, Maceió - 1980, FUNTED; Ensaio sobre a Problemática das Secas - 1983; O Ministério Público na contextura Nacional, Maceió - 2000. Escreveu em várias revistas jurídicas e em outros periódicos locais. Postou-se como aguerrido arauto da cultura e da memória judiciária, chegando a promover pesquisas sobre a história do judiciário alagoano, instalando um memorial no Tribunal de Justiça de Alagoas, o qual depois foi desativado. Patrono da Comarca de Santana de Ipanema, pois, homenageado com a colocação do seu nome no frontispício do prédio da justiça estadual, onde constam as

insígnias: Fórum Des. Hélio Rocha Cabral de Vasconcelos. Homenageado, ainda, tem seu nome no Memorial do Ministério Público de Alagoas. Aposentou-se, em maio de 1996, depois de longa e propícia vida intelectual, afeito a constantes leituras e estudos históricos. Faleceu em Maceió no dia 10.06.2010.

DESEMBARGADOR

**TELMO GOMES DE MELO**



## 56. Desembargador

### TELMO GOMES DE MELO

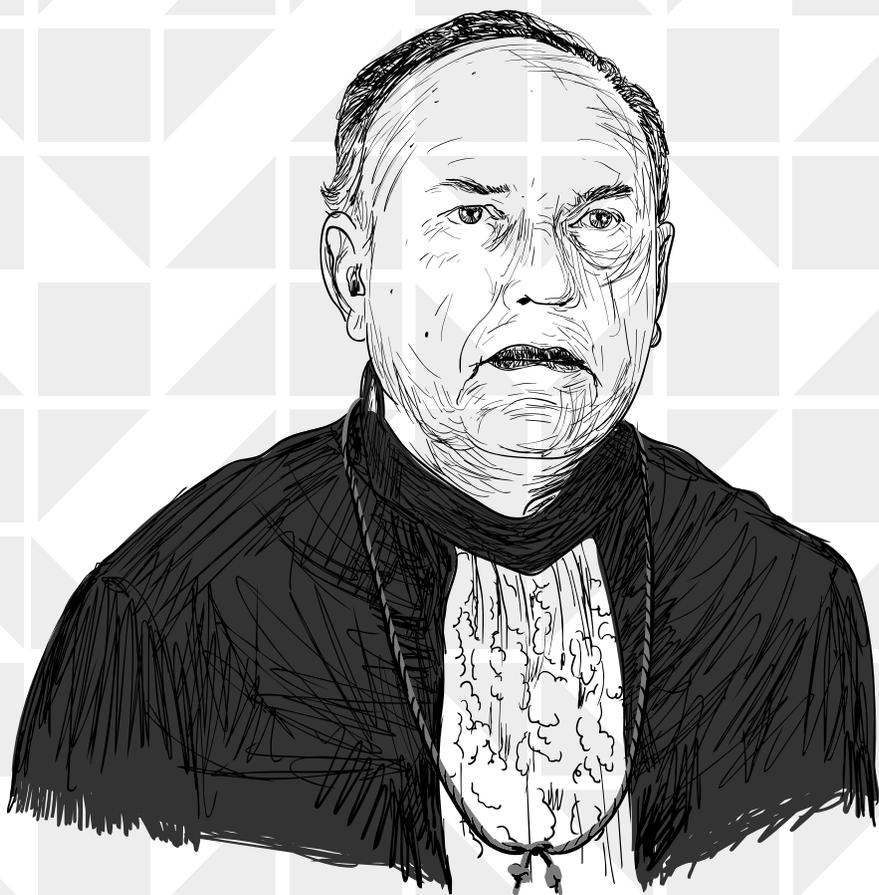
Alagoano, natural de Capela, nascido no dia 27.06.1930, filho de Hercílio Gomes de Melo e Izabel Toledo de Melo. Atuou como Adjunto de Promotor de Justiça junto às Comarcas de Pão de Açúcar, de 29.11.1955 a 02.04.1956, e Água Branca de 02.05.1956 a 24.12.1957. Foi diplomado em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito de Alagoas, na turma de 1956. Na sequência, foi aprovado em concurso público para Juiz de Direito, sendo nomeado por ato do Governador Sebastião Marinho Muniz Falcão, de 19.12.1957, assinando Termo de Posse e Compromisso no dia 20 de dezembro de 1957, passando a exercer sua judicatura junto à Comarca de São Braz, de 1ª entrância, sendo sua primeira investidura junto ao Poder Judiciário de Alagoas, então sob a presidência do Desembargador Merveu Cunha de Oliveira Mendonça. Adiante, foi promovido por merecimento para a Comarca de Traipu, por ato governamental de 12.10.1964, ali tomando posse no dia 17 de novembro de 1964; também por ato governamental datado de 10.03.1965, foi removido para a Comarca de Pão de Açúcar, tomando posse e assumindo a titularidade da Comarca em 15.03.1965; removido a pedido por ato governamental de 04.09.1967, para a Comarca de Viçosa, tomando posse e assumindo o exercício no dia 06.09.1967; promovido por ato governamental de 19.02.1971, tomou posse em 24.02.71, entrando em exercício junto à 9ª vara da Comarca de Maceió, tendo sido logo em seguida removido para a 4ª vara de Maceió, onde tomou posse no dia 11.03.1971. Atuou no Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas- TRE/AL, como Juiz Efetivo na classe dos desembargadores, de 03.05.1978 a 16.12.1980, ocupando ainda a Vice-Presidência em 07.06.1978 e em

04.06.1980. Por fim, foi promovido por merecimento ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça de Alagoas por ato do Governador Divaldo Suruagy, datado de 20.08.1975, tomando posse em 26.08.1975. Foi eleito Vice-Presidente do TJAL em 30.03.1977, sendo reeleito e permanecendo na função até renunciar a seu mandato em 14.11.1978. Eleito para Corregedor Geral de Justiça TJAL em 23.11.1980, tomou posse em 02.02.1981, atuando no biênio 1981/1982. Presidente da Associação Alagoana de Magistrados - ALMAGIS, nos biênios de 1977/1978, 1979/1980, e 1981/1982. Patrono da Comarca de São Brás, pois, homenageado com a colocação do seu nome no frontispício do prédio da justiça estadual, onde constam as insígnias: Fórum Des. Telmo Gomes de Melo. Depois de longa e propícia vida intelectual, veio a falecer em Maceió no dia 10.03.1987.



DESEMBARGADOR

**ERALDO DE CASTRO  
VASCONCELOS**



## 57. Desembargador

### ERALDO DE CASTRO VASCONCELOS

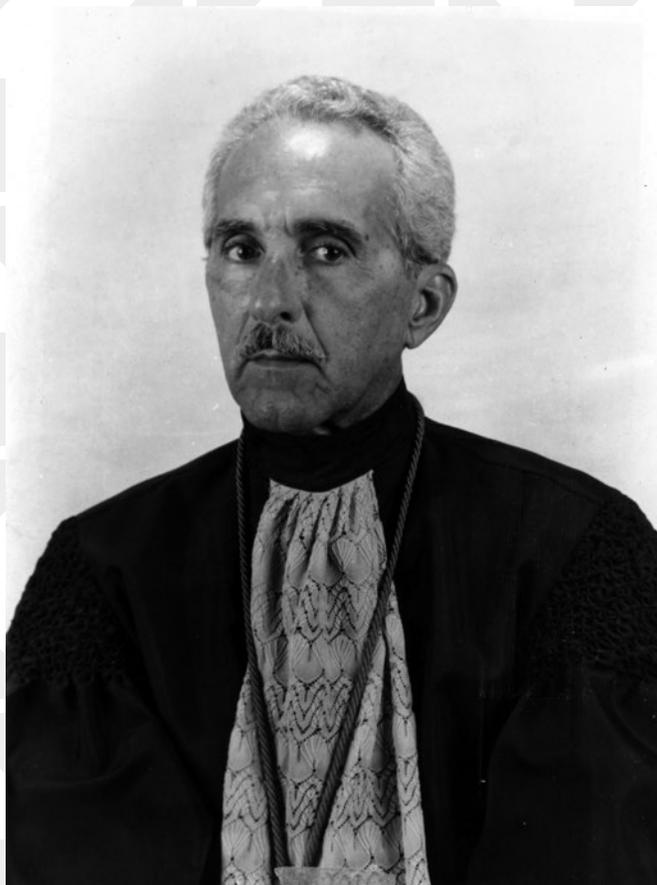
Alagoano, natural da cidade de Viçosa, nascido no dia 20 de junho de 1922, filho de Adolpho Soares de Vasconcelos e Rosa Castro de Vasconcelos. Concluiu o curso primário no Grupo Escolar 13 de Outubro - Viçosa/AL, e o curso secundário no Liceu Alagoano, em Maceió. Bacharel em História pela Universidade Federal de Alagoas, graduando-se também em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Alagoas, na turma de 1949. Exerceu a função de Técnico em Contabilidade, foi Diretor da Divisão de Assistência aos Municípios e da Divisão de Cooperativismo do - DSP. Atuou ainda como Assistente Jurídico do Departamento de Assistência ao Cooperativismo. Professor de português e de história. Aprovado em concurso da Faculdade de Economia da UFAL, para a cadeira Instituições do Direito Privado. Professor titular de Direito Civil do Centro de Estudos Superiores de Maceió - CESMAC. Quando magistrado, atuou como professor da Escola Superior da Magistratura. Inicialmente foi aprovado em concurso para Promotor Público. Na sequência também aprovado em concurso público para Juiz de Direito, sendo nomeado por ato do Governador Arnon de Mello em 03.09.1952. Tomando posse em 04.09.1952, passou a exercer sua judicatura junto à Comarca de Maragogi de 1ª entrância, sendo, pois, sua primeira investidura de magistrado no Poder Judiciário de Alagoas, então sob a presidência do Desembargador Augusto Galvão. Promovido por merecimento em 25.09.1953, para 2ª entrância junto à Comarca de Porto Calvo, tomou posse em 26.09.1953; respondeu pela Comarca de Porto de Pedras por ato de 12.11.1953; removido a pedido em 01.07.1955, para a Comarca de Palmeira dos Índios, tomando posse no dia 07.07.1955; removido por antiguidade para a 3ª entrância, em 02.08.1963, tomando posse junto à Comarca de Penedo em 26.08.1963; removido a pedido em 30.12.1964, para a 3ª vara da Comarca de Maceió

de 3ª entrância, tomando posse em 31.12.1964; respondeu pela 7ª vara de Maceió por ato de 19.01.1971; Juiz efetivo TRE/AL pela classe dos juizes de direito de 27.11.1967 a 27.11.1971; Juiz Efetivo pela classe dos Desembargadores TRE/AL, de 05.06.1978 a 05.06.1982; presidente do Tribunal Regional Eleitoral de 09.06.1978 a 05.06.1982. Por fim, foi promovido ao cargo de Desembargador TJAL, sendo nomeado por ato do Governador Afrânio Salgado Lages, em 09.02.1976, tomando posse no dia 17.02.1976; eleito Corregedor Geral da Justiça para o biênio 1983/1984; eleito Presidente TJAL para período de 02.02.1987 a 01.02.1989. Homenageado com a Comenda Eustáquio Gomes de Melo, concedida pela Prefeitura de Maceió; Medalha Francisco Xavier dos Reis Lisboa TJMA; Medalha do Mérito Judiciário Conselheiro João Alfredo Oliveira TRT 6ª Região; Medalha do Sesquicentenário de Maceió - 1965; Medalha do 20º Aniversário da Universidade Federal de Alagoas; Comenda Senador Rui Palmeira pelo 74º Aniversário do Jornal de Alagoas; Medalha Sócio Honorário Ministro Antonio de Souza Martins, pela Associação Piauiense de Magistrados. Publicou as obras “O juiz dos nossos dias” Maceió - 1991, Magistratura Alagoana - dados Estatísticos, Maceió - 1992 (por ocasião das comemorações do 1º Centenário do Tribunal de Justiça de Alagoas), além de diversos trabalhos de doutrina jurídica na Revista Letras Jurídicas, editada pela Associação Alagoana de Magistrados. Ademais, após longos 40 anos de judicatura, destes 16 como desembargador, recebeu seu título de aposentadoria em 16.06.1992, ato da lavra do então Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas Desembargador Gérson Omena Bezerra, publicado em 24.12.1992. Faleceu em 15 de novembro de 2003. Patrono da Comarca de Igaci, pois, homenageado com a colocação do seu nome no frontispício do prédio da justiça estadual dessa cidade, onde constam as inscrições: Fórum Des. Eraldo de Castro Vasconcelos.



DESEMBARGADOR

**GÉRSON OMENA BEZERRA**



## 58. Desembargador

### GÉRSON OMENA BEZERRA

Alagoano, natural de Maceió, nascido no dia 21 de janeiro de 1927, filho de João Omena de Andrade e Djanira Bezerra Omena. Concluiu os cursos primário e ginásial no Colégio Batista Alagoano e o secundário no Colégio Estadual de Alagoas. Em 1948 concluiu o curso de Contabilidade na Escola Técnica de Alagoas. Serviu ao exército na unidade do 20º BC, hoje 59º BIMtz, junto ao Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva - NPOR. Participou do Curso de Doutorado promovido pela Faculdade de Direito de Alagoas, concluindo-o em 1949; diplomado pela Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Alagoas, licenciando-se em Geografia e História na turma de 1962; graduado em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito de Alagoas, na turma de 1952; em 1970, fez especialização em História do Direito na Universidade Federal de Alagoas. Exerceu o cargo de 1º Delegado Auxiliar de Polícia da Capital. Na sequência foi aprovado em concurso público para Juiz de Direito, sendo nomeado por ato do Governador Sebastião Marinho Muniz Falcão, datado de 02.06.1960, para atuar junto à Comarca de Piranhas de 1ª entrância, sendo sua primeira investidura de magistrado no Poder Judiciário de Alagoas, então sob a presidência do Desembargador Edgar Valente de Lima, que conduziu o ato solene de posse no dia 04.06.1960. Foi removido em 08.07.1960, para a Comarca de Major Izidoro, tomando posse em 23.07.1960; promovido por merecimento em 22.05.1963 para a Comarca de São Luiz do Quitunde de 2ª entrância, tomando posse em 28.05.1963; removido a pedido em 04.11.1963, para a Comarca de Palmeira dos Índios, de 2ª entrância, tomando posse no dia 05.11.1963; por ato do Interventor Federal João José Batista Tubino, datado de 18.03.1966, foi promovido para a Comarca de Penedo, de 3ª entrância, tomando posse em 21.03.1966; removido ainda por ato desse Interventor, datado de 05.04.1966, para a 1ª vara Comarca de Maceió, tomando posse em 12.04.1966. Adiante foi promovido por merecimento a Desembar-

gador por ato do Governador Divaldo Suruagy, datado de 20.06.1977, tomando posse no Tribunal de Justiça de Alagoas em 22.06.1977, e integrando a 2ª câmara cível. Exerceu a Vice-Presidência do TJAL de 30.11.1978 a 02.12.1980, exercendo ainda as funções de Presidente TJAL de 01.02.1991 a 01.02.1993, e as de Corregedor Geral da Justiça de 01.02.1985/1986. Exerceu as funções de juiz eleitoral da 3ª ZE, de 1970 a 1972; eleito em 21.11.1978 e reeleito em 27.11.1979 para Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral; eleito Presidente TRE/AL para o período de 06.06.1982 a 29.01.1985. Exerceu cadeiras junto ao magistério superior lecionando Direito internacional Público na Universidade Federal de Alagoas, e na Escola Superior da Magistratura. Publicou as seguintes obras: Direitos e Deveres dos Estados no Direito Internacional Público, Maceió - 1973; Mar Territorial, Maceió - 1974; A Extradicação, Maceió - 1974. Agraciado com a Medalha do Mérito Eleitoral Des. Barreto Cardoso TRE/AL - 2005. Recebeu seu Título de Aposentação da lavra do então Presidente do Tribunal de Justiça e Alagoas, Desembargador Jairon Maia Fernandes, datado de 14.01.1997, contando à época com de 37 anos de judicatura, dos quais 20 como Desembargador. Faleceu no dia 20.07.2012, no dealbar dos seus 75 anos. Patrono da Comarca de Traipu, pois, homenageado com a colocação do seu nome no frontispício do prédio da justiça estadual dessa cidade, onde constam as inscrições: Fórum Des. Gerson Omena Bezerra.



DESEMBARGADOR  
**JOSÉ AGNALDO DE  
SOUZA ARAÚJO**



## 59. Desembargador

### JOSÉ AGNALDO DE SOUZA ARAÚJO

Alagoano, natural de Coruripe, nascido no dia 17.09.1932, filho de Manoel Mendonça Araújo e Maria de Carvalho Souza Araújo. Diplomou-se em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito de Alagoas, na turma de 1955. Exerceu várias profissões, a exemplo de Inspetor Geral de Ensino Primário, nos idos de 1955, e a função de Avaliador junto ao Fórum da Comarca de Maceió, em 1959; Adjunto de Promotor junto à Comarca da Capital, mediante nomeação em 04.02.1960. Na sequência foi aprovado em concurso público para Juiz de Direito, sendo nomeado por ato do Governador Sebastião Marinho Muniz Falcão, datado de 22.03.1960, para atuar junto à Comarca de Batalha de 1ª entrância, sendo sua primeira investidura de magistrado no Poder Judiciário de Alagoas, então sob a presidência do Desembargador Edgar Valente de Lima, que conduziu o ato solene de posse e compromisso, ocorrido no dia 28.03.1960. Promovido por merecimento em 26.06.1963, para a Comarca de Traipu de 2ª entrância, tomou posse em 02.07.1963; removido em 24.12.1963 para a Comarca de São Luiz do Quitunde; promovido por merecimento em 04.07.1966, para a Comarca de Penedo de 3ª entrância, tomou posse em 05.07.1966; removido a pedido para a 5ª vara de Maceió, em 27.12.1966; removido em 31.10.1967 para a 3ª vara de Maceió; removido em 06.12.1967 para a 4ª vara da Comarca de Maceió; removido para 7ª vara por ato de 18.01.1971, tomou posse em 19.01.1971 - unidade judiciária esta muito demandada por ser a única a absorver todos os casos relacionados com a causa da criança e do adolescente, naquele período, então muito conhecida, pois, denominada de Vara do Juizado de Menores. Por ato do então Governador Guilherme Gracindo Soares Palmeira, datado de 16.05.1979, foi promovido por merecimento ao cargo de Desembargador, para compor a 1ª câmara cível, tomando posse 18.05.1979, junto ao Tribunal de Justiça de Alagoas, então sob a presidência do Desembargador Benedito Barreto Accioly. Exerceu

intensa atividade funcional e administrativa, sendo eleito Corregedor Geral da Justiça em sessão plenária de 19.12.1986, para o biênio 1987/1988, assumindo o encargo em 02.02.1987; eleito Vice-Presidente TJAL para o biênio 1989/1990; eleito Presidente TJAL, para o período de 02.02.1995 a 02.02.1997. Exerceu ainda as funções de Juiz Eleitoral da 3ª ZE da Capital de 1967 a 1970; da 1ª ZE da capital no biênio 1970/1971; Juiz Efetivo TRE/AL, pela classe dos juizes de direito de 1971 a 1973; Juiz Efetivo TRE/AL, pela classe dos desembargadores de 1982/1986, de 1991/1994, e de 1997/2001; eleito Presidente TRE/AL para o período de 05.12.1985 a 13.06.1986, e de 17.12.1992 a 08.12.1994. Exerceu atividade docente lecionando em Cursos para Formação de Magistrados, pela Escola Superior da Magistratura; lecionou Direito Usual e Ciências Sociais junto à Escola Técnica de Comércio de Alagoas; ainda esteve à frente da cadeira de Direito Civil junto ao Centro de Estudos Superiores de Maceió - CESMAC. Membro fundador da então Associação Brasileira de Juizes de Menores. Por fim, como gestor do Poder Judiciário de Alagoas, empreendeu a 1ª etapa do importante Projeto Justiça Itinerante, além de implantar, nas Comarcas de Arapiraca e da Capital, as unidades de Juizados Especiais Cíveis e Criminais, também empreendendo gestão para a criação do FUNJURIS - Fundo Especial de Modernização do Poder Judiciário. Foi agraciado com a Medalha Nacional do Mérito Mello Mattos - Apóstolo da Infância - cujo título honorífico lhe foi concedido pela forte e produtiva atuação no então Juizado de Menores da Capital; Título de Imortal Benemérito da Sociedade Alagoana - pela Fundação Educacional Jayme de Altavila - FEJAL; Medalha do Mérito Eleitoral Desembargador Barreto Cardoso - TRE/AL. Encerrou sua vida pública marcando os anais da história judiciária de Alagoas por haver empreendido ato de singular bravura, ao suprir a carência de Juizes de Direito em Alagoas, reinante naquela década de 1990, pois que já grassavam 13 anos sem realização de concurso público para preenchimento das vacâncias do cargo de Juiz de Direito, então existentes em dezenas de Comarcas alagoanas, tendo em 26.09.1995, de uma só lanceada oficial, nomeado todos os aprovados nesse certame. Recebeu seu

Título de Aposentação por ato nº 174/2002 TJAL, de 11.09.2002, da lavra do então Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas Desembargador José Fernando Lima Souza, quando já contava 42 anos de judicatura, dos quais 23 como Desembargador. Ocupante da Cadeira 33 na Academia Alagoana de Letras e Artes de Magistrados - AALAMAGIS. Patrono das Comarcas de Batalha e São Sebastião, além de uma ala do Juizado da Infância e da Juventude de Maceió, pois, homenageado com a colocação do seu nome no frontispício dos prédios da justiça estadual dessas cidades, e da unidade do referido juizado, onde constam as insígnias: Fórum Des. José Agnaldo de Souza Araújo.

DESEMBARGADOR

**PAULO DE ALBUQUERQUE**



## 60. Desembargador

### PAULO DE ALBUQUERQUE

Alagoano, natural de Maceió, nascido no dia 27 de Abril de 1919, filho de Severino de Albuquerque Filho e Francisca Noêmia da Silveira Albuquerque. Serviu ao exército brasileiro, em 1937. Atuou como serventuário junto ao 3º Ofício da Capital de 1941/1942. Concluiu os estudos secundários em Maceió, no Colégio Liceu Alagoano, onde também lecionou. Diplomou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife, na turma de 1942. Exerceu o cargo de Procurador Geral do Estado de Alagoas; de Conselheiro da OAB/AL; Consultor do Serviço Social da Indústria - SESI; Secretário do Serviço Social do Comércio - SESC/SENAC; Secretário Geral da Federação das Indústrias do Estado de Alagoas - FIEA; compôs o primeiro plantel de professores da Escola Superior da Magistratura - ESMAL; Membro do Conselho Estadual de Educação; Membro do Conselho Penitenciário da Secretaria de Segurança Pública de Alagoas de 1970/1983; Presidente do Instituto dos Advogados em Alagoas; ocupou a cadeira 23 da Academia Alagoana de Letras e esteve como professor catedrático da Universidade Federal de Alagoas - UFAL de 1961/1968. Publicou as obras: Considerações Pré-históricas sobre o Homo Brasiliensis, Maceió - 1943; Teoria Geral da História, Maceió - 1951; Estrutura da Paz Mundial, Maceió - 1956, além de diversos trabalhos de doutrinas em periódicos especializados, a exemplo da Revista Letras Jurídicas, editada pela Associação Alagoana de Magistrados - ALMAGIS, e também escrevia para o Suplemento Literário do Jornal de Alagoas. Esteve como Juiz do TRE/AL, na classe dos desembargadores de 1985/1987. Exerceu a Vice-Presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, quando eleito

em 05.02.1985 e em 17.06.1986. Foi, no dia 23.02.1983, nomeado para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça de Alagoas, por ato do Governador em exercício Theobaldo Vasconcelos Barbosa na vaga destinada para a classe dos advogados, e investido do respectivo cargo em ato solene de posse e compromisso ocorrido no dia 24.02.1983, sob a presidência do Desembargador Luiz de Oliveira Sousa. Recebeu seu Título de Aposentação por ato de 14.04.1989, da lavra do então Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas, Desembargador José Marçal Cavalcanti, quando já contava 43 anos de serviço, dos quais 06 anos como Desembargador TJAL. Faleceu nesta capital no dia 17 de junho de 2003, quando já contava 84 anos de idade. Patrono da Comarca de Matriz de Camaragibe, pois, homenageado com a colocação do seu nome no frontispício do prédio da justiça estadual dessa cidade, onde constam as insígnias: Fórum Des. Paulo de Albuquerque.



DESEMBARGADOR

**JAIRON MAIA FERNANDES**



## 61. Desembargador

### **JAIRON MAIA FERNANDES**

Alagoano, natural de Branquinha, nascido no dia 05 de Janeiro de 1934, filho de João Fernandes Lins e Julieta Maia Fernandes. Coursou o primário no Grupo Escolar D. Pedro II e no Externato São José, e os cursos ginásial e colegial concluiu no Liceu Alagoano, todos em Maceió. Serviu ao exército brasileiro junto ao Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva - NPOR, de 1954/1955. Sagrou-se exímio atleta na sua juventude.. Exerceu a função de Comissário de Vigilância de Menores junto à Comarca de Maceió. Concluiu curso superior na Faculdade de Direito de Alagoas, na turma de 1960. Nomeado Promotor Adjunto da Comarca do Pilar, nos idos de 10.10.1959 a 22.04.1964, atuando em igual função junto à Comarca de Coruripe, entre 1960 e 1964. Na sequência foi aprovado em concurso público para Juiz de Direito, sendo nomeado por ato do Governador Luiz de Souza Cavalcante, datado de 22.04.1964, para atuar junto à Comarca de Piranhas de 1ª entrância, sua primeira investidura de magistrado no Poder Judiciário de Alagoas, então sob a presidência do Desembargador Antonio César de Moura Castro, que conduziu o ato solene de posse e compromisso, ocorrido no dia 23.04.1964. Removido a pedido para a Comarca de Maragogi, em 02.07.1964; removido para a Comarca de Porto Calvo, por ato de 11.03.1966; promovido por merecimento para a Comarca de Coruripe, de 2ª entrância, por ato de 10.11.1970, tomando posse em 23.11.1970; removido a pedido para a Comarca de União dos Palmares, por ato de 25.03.1971; promovido por merecimento em 20.02.1976, para a 12ª vara de Maceió, acumulando as funções de Juiz Auditor Militar, por ato de 24.02.1976. Esteve respondendo em diversas Comarcas em períodos distintos, a exemplo de Porto de Pedras, Passo de Camaragibe, Colônia de Leopoldina, Murici e São José da Laje. Promovido para o cargo de Desembargador por ato do Governador Fernando Afonso Collor de Mello, datado de 20.03.1987, tomando posse em 31.03.1987, em ato solene e sob

a presidência do Desembargador Paulo de Albuquerque. Na sua longa vida administrativa e funcional, teve intensa participação na gestão do Poder Judiciário de Alagoas, foi eleito Vice-presidente TJAL, em dois biênios 1987/1988 e 1991/1992; assumiu a Corregedoria Geral de Justiça TJAL no biênio 1993/1994; foi eleito Presidente TJAL, para o biênio 1997/1998, e durante sua gestão inaugurou e entregou à sociedade dois imponentes e modernos edifícios: a sede atual do Tribunal de Justiça e o Fórum da Capital. Atuou como Juiz Eleitoral da 1ª ZE da capital de 1979/1987; Juiz Efetivo TRE/AL pela classe de desembargadores de 1999/2003. Exerceu a Vice-Presidência TRE/AL, em 24.02.1999, e a presidência da mesma corte eleitoral de 21.06.1999 a 08.02.2003. Foi agraciado com o Título de Cidadão Honorário dos Municípios de Maceió, Murici (1997), Porto Calvo e Coruripe, outorgados pelas respectivas Câmaras Legislativas. Recebeu a Medalha do Mérito Mal Floriano Peixoto, concedida pelo Governo Estadual- 1998; Diploma do Mérito Industrial Gustavo Paiva - 1999, pela Federação das Indústrias do Estado de Alagoas; Medalha do Mérito Eleitoral Des. Barreto Cardoso - 2005, e com a Comenda Geral Brindeiro, do IHGAL, em 1997. Patrono das Comarcas de Maceió, Messias, Piranhas e Palmeira dos Índios e São Sebastião, pois, homenageado com a colocação do seu nome no frontispício dos prédios da justiça estadual dessas cidades, onde constam as insígnias: Fórum Des. Jairon Maia Fernandes. Recebeu seu Título de Aposentação por ato nº 894/2003, TJAL, de 16.12.2003, da lavra do Desembargador Presidente Geraldo Tenório Silveira, quando já contava 39 anos de judicatura, dos quais 16 como Desembargador. Faleceu nesta capital no dia 19.05.2020, aos 86 anos de idade.



DESEMBARGADOR

**ANTONIO NUNES DE  
ARAÚJO**



## 62. Desembargador

### ANTONIO NUNES DE ARAÚJO

Alagoano, natural de Piranhas, nascido no dia 14 de novembro de 1922, filho de José Nunes de Araújo e Tercila Nunes de Souza. Estudou no Colégio Diocesano de Penedo e ainda no Colégio Tobias Barreto em Aracaju/SE. Graduou-se em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito de Alagoas, na turma de 1952. Teve experiência na política ao ser Prefeito da sua cidade Piranhas, no exercício de 1951 a 1955. Na sequência foi aprovado em concurso público para Juiz de Direito, sendo nomeado por ato do Governador Arnon de Mello, datado de 12.12.1955, para atuar junto à Comarca de Água Branca de 1ª entrância, sendo sua primeira investidura de magistrado no Poder Judiciário de Alagoas, então sob a presidência do Desembargador Domingos Paes Barreto Cardoso, que conduziu o ato solene de posse e compromisso, ocorrido no dia 16.12.1955. Removido para a Comarca de Limoeiro de Anadia por ato de 26.06.1959, tomando posse no dia 31.07.1959; promovido para a Comarca de Coruripe de 2ª entrância, por ato de 05.06.1965, onde tomou posse no dia 15.06.1965; por ato de 11.11.1965, foi removido para a Comarca de Santana de Ipanema, tomando posse em 11.11.1965; removido para a Comarca de São Luiz do Quitunde, através de ato de 01.08.1966, do Interventor Federal Gal. João José Batista Tubino, ali tomando posse no dia 03.08.1966; promovido para a Comarca de Penedo, de 3ª entrância, em 25.05.1970, ali tomando posse no dia 24.06.1970; removido e titularizado junto a 6ª vara de Maceió, através de ato de 19.01.1971, tomando posse em 20.01.1971; removido e titularizado na 10ª vara de Maceió, por ato de 26.06.1984, tomando posse



em 04.07.1984; respondeu acumulando diversas varas em períodos distintos: na 5ª em 1972, na 1ª vara em 1975, e nas 7ª e 10ª varas em 1976. Foi promovido, por antiguidade, para o cargo de Desembargador, através de ato do Governador Fernando Collor, datado de 28.04.1987, tomando posse em 28.04.1987, junto ao Tribunal de Justiça de Alagoas, então sob a presidência do Desembargador Eraldo de Castro Vasconcelos. Coroou sua vida de magistrado ao ser eleito Corregedor Geral da Justiça em sessão plenária de 18.12.1990, para o biênio 1991/1992, permanecendo no cargo até se aposentar em 11.11.1992. Agraciado com a Medalha do Mérito Eleitoral, Des. Barreto Cardoso, TRE-AL, em 2005. Teve seu Título de Aposentadoria assinado pelo então Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas Desembargador Gérson Omena, quando já contava 37 anos de exercício na magistratura alagoana. Faleceu no dia 26 de maio de 2016, aos 94 anos.



DESEMBARGADOR

**ORLANDO MONTEIRO  
CAVALCANTI MANSO**



### 63. Desembargador

#### ORLANDO MONTEIRO CAVALCANTI MANSO

Alagoano, natural de Maceió, nascido no dia 24.12.1942, filho de José Cavalcanti Manso e Dagmar Monteiro Cavalcanti Manso. Graduiu-se em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Alagoas, na turma de 1966. Na sequência foi aprovado em concurso público para Juiz de Direito, sendo nomeado por ato do Governador Lamenha Filho, datado de 13.03.1968, para atuar junto à Comarca de Igreja Nova, de 1ª entrância, sendo sua primeira investidura de magistrado no Poder Judiciário de Alagoas, então sob a presidência do Desembargador Olavo Accioly de Moraes Cahet, que conduziu o ato solene de posse e compromisso, ocorrido no dia 14.03.1968. Removido por permuta em 05.10.1970, para a Comarca de Marechal Deodoro, tomou posse no dia 12.10.1970; promovido por merecimento para a Comarca de Capela, através do ato datado de 02.10.1975, ali tomando posse em 06.10.1975; promovido por merecimento para 3ª entrância, por ato datado de 19.04.1978, tomando posse junto a 14ª vara da Comarca de Maceió, e assumindo o exercício do seu cargo de Juiz de Direito de 3ª entrância em 08.05.1978. Promovido por merecimento para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça de Alagoas, através de ato do Governador Fernando Afonso Collor de Mello datado de 13.10.1987, tomou posse solene em 14.10.1987, diante do então Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas Desembargador Eraldo de Castro Vasconcelos - sendo este o último desembargador a ser nomeado por ato governamental, tendo em vista a edição de nova legislação. Eleito Vice-Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas, para o biênio 01.02.1995 a 03.02.1997, iniciou sua gestão no dia 01.02.1995. Na última sessão plenária de dezembro de 1996, foi eleito Corregedor Geral da Justiça, para o

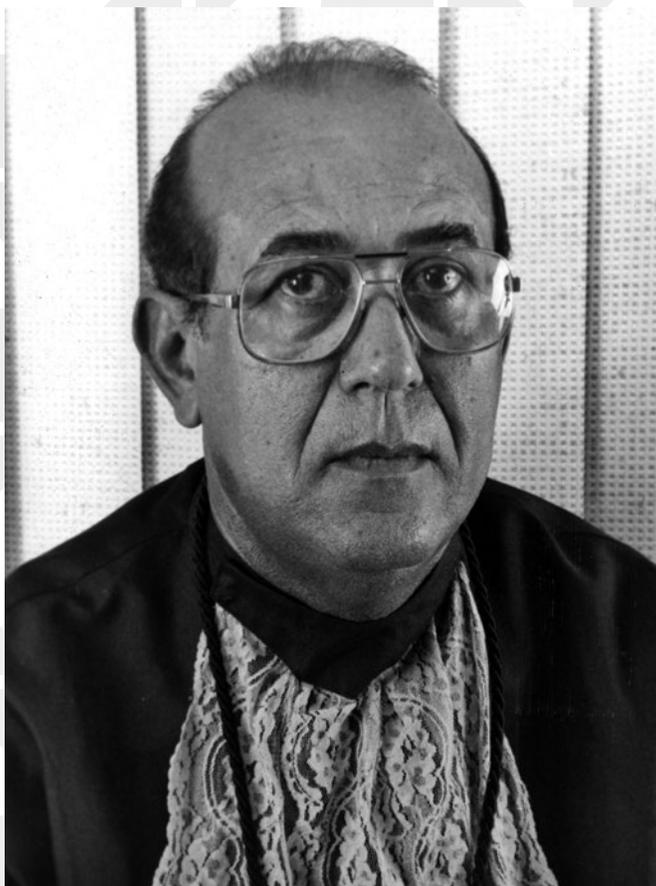


biênio 1997/1998. Eleito Presidente TJAL, por ato de 15.12.1998, tomou posse em 05.02.1999, permanecendo até 05.02.2001. Diretor Geral da Escola Superior da Magistratura, onde também lecionou. Membro dos diplomados da Associação da Escola Superior de Guerra - ADESG. Recebeu título de Cidadão Honorário dos municípios de Campo Alegre, Capela, Igreja Nova, Junqueiro e São José da Tapera, todos outorgados pelas respectivas Câmaras Municipais. Agraciado com a Medalha do Sesquicentenário de Maceió - 1989, pela Prefeitura de Maceió; Comenda Desembargador Mário Guimarães, pela Câmara Municipal de Maceió. Através dos recursos captados pelo Fundo Especial de Modernização do Poder Judiciário - FUNJURIS, empreendeu a construção de vários dos edifícios sedes das Comarcas alagoanas, a exemplo do Fórum de Paripueira; Fórum de Cajueiro; Fórum de Junqueiro; Fórum de Feira Grande; Fórum de Campo Alegre; Fórum de Igreja Nova; Fórum de São José da Tapera; Fórum de Porto Real do Colégio; Fórum de Santana de Ipanema; Fórum de Maceió; Fórum do Campus Universitário da UFAL. Ocupante da Cadeira 31 na Academia Alagoana de Letras e Artes de Magistrados - AALAMAGIS. Teve seu título de aposentadoria assinado pelo Desembargador Jairon Maia Fernandes, através de Ato nº 606/TJAL, datado de 19 de dezembro de 2012. Patrono da Comarca de Igreja Nova, pois, homenageado com a colocação do seu nome no frontispício dos prédios da justiça estadual dessa cidade, onde constam as insígnias: Fórum Des. Orlando Monteiro Cavalcanti Manso.



DESEMBARGADOR

**JOSÉ FERNANDO LIMA  
SOUZA**



## 64. Desembargador

### JOSÉ FERNANDO LIMA SOUZA

Alagoano, natural de Major Izidoro, nascido no dia 03 de julho de 1937, filho de Aprígio Francisco Souza e Alcina Lima Souza. Desde o começo de sua vida profissional, exerceu múltiplas atividades públicas, iniciando como Escriurário concursado do quadro do Poder Executivo Estadual; Adjunto de Promotor de Justiça da Comarca de Mata Grande; Vereador pelo município de Jaramataia; Procurador Geral da Prefeitura de Maceió; Consultor da extinta Autarquia Municipal, SUMOV; Consultor da Autarquia Municipal, IPAM; Coordenador Jurídico da Fundação Estadual, FIPLAN; Professor na Cadeira de Processo Penal, junto ao Centro de Estudos Superiores de Maceió - CESMAC; Professor Adjunto do Departamento de Direito da Universidade Federal de Alagoas; Professor de Direito Penal, Processual Penal, e de Direito Eleitoral; Consultor Jurídico da Caixa Beneficente da Polícia Militar de Alagoas; Membro do Conselho Penitenciário de Alagoas; Professor da Escola Superior da Magistratura; Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Alagoas. Graduou-se em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Alagoas, na turma de 1962. Pós-graduado com Doutorado concluído em 1965, e participando ainda de curso de extensão para Aperfeiçoamento em Direito Penal, ambos na Universidade Federal de Alagoas - UFAL; e Advogado Militante de Escol, por várias décadas. Todo esse cabedal de conhecimentos e experiências profissionais, mormente em área jurídica, conduzi-o ao resultado de triunfar para representar a classe dos juristas, no cargo de Juiz Efetivo TRE/AL, de 16.11.1970 a 16.11.1972 e 03.09.1973 a 03.09.1975; e em 04.04.2003, Juiz Efetivo pela classe dos desembargadores; eleito Vice-Presidente TRE/AL, de fevereiro a junho de 1999, e ainda de 04.04.2003 a 22.06.2005; Corregedor Eleitoral 25.05.2004 a 22.06.2005, também Presidente dessa Corte Eleitoral de 22.06.2005 a

30.03.2007 e, com o mesmo êxito e sob critérios e parâmetros legais, supriu a vaga do 5º constitucional TJAL, reservada aos advogados, passando a compor o plantel da Corte de Justiça do Poder Judiciário de Alagoas. No dia 01.06.1989, foi nomeado para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça de Alagoas, e investido do respectivo cargo em ato solene de posse e compromisso ocorrido no dia 02.06.1989, sob a presidência do Desembargador José Marçal Cavalcanti. Esteve em várias oportunidades à frente de funções gestoras junto ao TJAL, sendo eleito Vice-Presidente para o período de 01.02.1993 a 01.02.1995; Corregedor Geral da Justiça no biênio 1995/1996; e Presidente TJAL no período de 05.02.2001 a 31.01.2003. Eleito Presidente do Colégio Nacional de Corregedores de Justiça. Agraçado com a Medalha do Mérito Militar, pela Polícia Militar de Alagoas e Corpo de Bombeiros Militar, além da Medalha do Tribunal do Trabalho da 19ª Região. Patrono da Escola Superior da Magistratura de Alagoas, e ainda Patrono das Comarcas de Canapi, Major Izidoro e Olho D'água das Flores, pois, homenageado com a colocação do seu nome no frontispício dos prédios da justiça estadual dessas cidades, onde constam as insígnias: Fórum Des. José Fernando Lima Souza. Recebeu seu Título de Aposentação por Ato nº 357/2007 TJAL, de 28.06.2007, da lavra do Desembargador Presidente José Fernandes de Hollanda Ferreira, quando já contava 47 anos de vida profissional, dos quais 18 no cargo de Desembargador. Faleceu nesta capital no dia 04.03.2014, aos 77 anos de idade.



DESEMBARGADOR  
**AYRTON TENÓRIO  
CAVALCANTE**



## 65. Desembargador

### AYRTON TENÓRIO CAVALCANTE

Alagoano, natural de Quebrangulo, nascido no dia 03 de dezembro de 1926, filho de José Tenório de Albuquerque e Maria Cavalcante de Albuquerque. Bacharelou-se, concluindo o curso superior na Faculdade de Direito de Alagoas, na turma de 1953. Exerceu atividades junto ao Departamento de Viação e Obras Públicas do Município de Maceió. Na sequência, sua primeira investidura no cargo de Juiz de Direito se deu na Comarca de Igreja Nova, para onde foi nomeado por ato de 18.08.1954, do Governador Arnon de Mello, tendo assumido a sua judicatura em ato solene de posse e compromisso ocorrido no dia 19.08.1954, sob o comando do Desembargador Augusto de Oliveira Galvão, então Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas. Seguiu sua trajetória funcional, assumindo a titularidade de Juiz de Direito, sendo removido para atuar na Comarca de Colônia Leopoldina, sob ato de nomeação de 04.12.1954, tomando posse em 16.12.1954, ali permanecendo até ser removido para a Comarca de Porto Real do Colégio, por ato de 20.04.1955, tomando posse em 24.04.1955 - acumulando, em outubro de 1956, com a Comarca de União dos Palmares; removido para a Comarca de Maragogi, por ato de 12.01.1961; promovido pelo critério de antiguidade para a Comarca de Traipu, de 2ª entrância, por ato de 24.03.1964, tomando posse no dia 30.03.1964; removido para a Comarca de Porto Calvo, por ato de 24.08.1964, com posse e exercício em 01.09.1964; removido para a Comarca de São José da Laje, por ato de 07.02.1966, tomando posse no dia 01.03.1966; promovido para a 2ª vara da Comarca de Maceió, de 3ª entrância, por ato de 03.07.1975, tomando posse e assumindo sua titularidade no dia 04.07.1975. Por fim, foi nomeado Desembargador, por ato de 18.08.1992, tomando posse em 19.08.1992, junto ao Tribunal de Justiça de Alagoas, em ato solene sob a presidência do Desembargador Gerson Omena Bezerra. Como Juiz Convocado, substituiu o Desembargador Alfredo Gaspar de Oliveira Mendonça em

24.11.1976. Na magistratura eleitoral, foi eleito Juiz Efetivo, junto ao Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas pela classe dos juizes de direito, para os períodos de 04.09.1979 a 15.09.1983, e de 17.12.1992 a 03.12.1996. Homenageado com o Título de Cidadão Honorário da cidade São José da Laje, pela Câmara Municipal - Decreto nº 03/1972. Agraciado com a Medalha do Mérito Eleitoral Des. Barreto Cardoso TRE-AL, em 2005, e com a Comenda do Mérito Marechal Deodoro da Fonseca, do Governo de Alagoas, em 2011. Recebeu seu Título de Aposentação por ato de 03.12.1996, do Desembargador José Agnaldo de Souza Araújo, então Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas, após 42 anos de atividade como magistrado. Faleceu nesta capital, no dia 03.04.2006, aos 79 anos de idade.



DESEMBARGADOR  
**GERALDO TENÓRIO  
SILVEIRA**



## 66. Desembargador

### GERALDO TENÓRIO SILVEIRA

Alagoano, natural de Chã Preta, nascido no dia 04 de setembro de 1934, filho de Simplício Olavo da Silveira e Nair Tenório Silveira. Bacharelou-se, tendo concluído o curso superior na Faculdade de Direito de Alagoas, na turma de 1961. Na sequência, sua primeira investidura no cargo de Juiz de Direito se deu na Comarca de Porto de Pedras, para onde foi nomeado em 26.09.1963, por ato do Governador Luiz de Souza Cavalcante, tendo assumido a sua judicatura em ato solene de posse e compromisso ocorrido no dia 01.10.1963, sob o comando do Desembargador Antônio César de Moura Castro, então Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas. Seguiu sua trajetória funcional assumindo sua titularidade de Juiz de Direito. Adiante foi removido para atuar na Comarca de Quebrangulo, sob ato de nomeação de 04.05.1966, tomando posse em 06.05.1966, ali permanecendo até ser promovido por merecimento para assumir a Comarca de Anadia, de 2ª entrância, para a qual foi nomeado em 02.10.1967, tomando posse em 03.10.1967; promovido por antiguidade para a 8ª vara da Comarca de Maceió, de 3ª entrância, por ato de 30.07.1976, tomando posse no dia 03.08.1976; removido para a 14ª vara da Comarca de Maceió, por ato de 30.08.1976; removido para a 10ª vara, em 29.09.1977; removido para 7ª vara da Comarca de Maceió, por ato de 06.06.1979; assumiu o exercício da 14ª vara da Comarca de Maceió, em 1990. Por fim, foi nomeado Desembargador, por ato de 17.11.1992, tomando posse em 18.11.1992, junto ao Tribunal de Justiça de Alagoas, em ato solene sob a presidência do Desembargador Gérson Omena Bezerra. Foi eleito Vice-Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas no período de 05.02.2001 a 14.02.2003; e Presidente do TJAL no período de 14.02.2003 a 03.09.2004. Na magistratura eleitoral, foi eleito Juiz Efetivo pela classe dos juízes de direito, para o período de 16.08.1990 a 17.11.1992; eleito Juiz Efetivo pela classe dos desembargadores, para o período de 19.06.1995 a 19.06.1999; e Presidente do TRE-AL

de 26.02.1997 a 19.06.1999. Esteve como Presidente da Associação dos Magistrados de Alagoas - AMAL, para o biênio de 1987/1989. Agraciado com o Diploma de Honra ao Mérito do Movimento Brasileiro de Alfabetismo - MOBRAL, em 1972; medalha Amigo da Polícia Militar de Alagoas, em 1982; medalha Grão Cruz da Ordem do Mérito - Ministro Silvério de Araújo Jorge pelo TRT 19ª Região, em 1996; medalha Floriano Peixoto pelo governo de Alagoas, em 1998; medalha do Mérito da Proteção Integral pela Associação Brasileira de Magistrado e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude, em 1997; medalha do Mérito Eleitoral Des. Barreto Cardoso, em 2005. Patrono da Comarca de Anadia, pois, homenageado com a colocação de seu nome no frontispício do prédio da justiça estadual dessa cidade, onde constam as insígnias: Fórum Des. Geraldo Tenório Silveira. Aposentou-se em 02.09.2004 depois de 41 anos como magistrado. Faleceu no 07.03.2017, no dealbar dos seus 83 anos de idade.



DESEMBARGADOR

**DANILO ANTONIO BARRETO  
ACCIOLY**



## 67. Desembargador

### DANILO ANTONIO BARRETO ACCIOLY

Alagoano, natural de Maceió, nascido no dia 13.06.1933, filho de Dioclécio Xavier Accioly e Elvira Barreto Accioly, diplomou-se em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito de Alagoas, na turma de 1959. Professor titular da cadeira de Direito Processual Civil, do Centro de Estudos Superiores de Maceió - CESMAC. Patrono da Turma de formandos/1990, da Faculdade de Direito do CESMAC. Presidiu a então Associação de Magistrados de Alagoas - AMAL - hoje, Associação Alagoana de Magistrados - ALMAGIS, no período de 1982 a 1991. Assumiu a Vice-Presidência da Associação Brasileira de Magistrados - AMB. É o Patrono da cadeira 23 da Academia Alagoana de Letras e Artes de Magistrados - AALAMAGIS, atualmente ocupada pela magistrada Ana Florinda Mendonça da Silva Dantas. Na sequência foi aprovado em concurso público para Juiz de Direito, sendo nomeado por ato do Governador Lamenha Filho, datado de 23.10.1967, para atuar junto à Comarca de Água Branca, de 1ª entrância, sendo sua primeira investidura de magistrado no Poder Judiciário de Alagoas, então sob a presidência do Desembargador Olavo Accioly de Moraes Cahet, que conduziu o ato solene de posse e compromisso, ocorrido no dia 25.10.1967. Removido a pedido em 23.11.1967, para a Comarca de Paulo Jacinto, de 1ª entrância; promovido por merecimento para a 2ª vara da Comarca de Arapiraca, de 3ª entrância através do ato datado de 08.02.1971, assumindo a titularidade junto a essa unidade após assinar Termo de Posse e Compromisso em 15.02.1971, diante do Desembargador Ernandi Lopes Dorvillé, então Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas; promovido por merecimento para 4ª vara da Comarca da capital, por ato de 10.09.1975, assumindo a respectiva titularidade no dia 12.09.1975. Por fim, foi nomeado Desembargador, por ato de 02.02.1993, do então Governador Geraldo Bulhões, tomando posse em 03.02.1993, no Tribunal de Justiça de Alagoas, em ato solene sob a presidência do Desembargador Hélio Rocha

Cabral de Vasconcelos. Teve intensa vida associativa diante dos interesses dos membros da justiça alagoana. Eleito em 09.12.1994, Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral; e como Juiz Efetivo, compôs o plenário do TRE/AL, pela classe dos desembargadores de 07.12.1994 a 04.06.1995. Sempre se portou como um visionário, e se firmou como um dos primeiros magistrados alagoanos a migrar da máquina de datilografar para o computador, sendo, pois, um arauto em defesa do uso da tecnologia nos trabalhos forenses. Possuía uma fabulosa biblioteca. Patrono da cadeira 23 da Academia Alagoana de Letras e Artes de Magistrados - AALAMAGIS. Faleceu aos 62 anos, nesta capital, no dia 04.06.1995, em pleno exercício do cargo de Desembargador, quando já contava 28 anos de magistratura.



DESEMBARGADOR

**ADALBERTO CORREIA  
DE LIMA**



## 68. Desembargador

### ADALBERTO CORREIA DE LIMA

Alagoano, natural de Maceió, nascido no dia 06 de setembro de 1933, filho de Antônio Correia de Lima e Maria Feitosa de Lima. Bacharelou-se, concluindo curso superior na Faculdade de Direito de Alagoas, na turma de 1962. Prestou serviços à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no período de 1960/1963; prestou serviço à Gazeta de Alagoas de 1956/1958; prestou serviços à Petrobrás 1958/1960. Na sequência, sua primeira investidura no cargo de Juiz de Direito se deu na Comarca de Água Branca, para onde foi nomeado em 11.09.1963, por ato do Governador Luiz de Souza Cavalcante, tendo assumido a sua judicatura em ato solene de posse e compromisso ocorrido no dia 13.09.1963, sob o comando do Desembargador Antônio César de Moura Castro, então Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas. Seguiu sua trajetória funcional, assumindo sua titularidade de Juiz de Direito. Adiante foi removido para atuar na Comarca de Colônia de Leopoldina, sob ato de nomeação de 01.07.1966, ali permanecendo até ser promovido por antiguidade para assumir a 2ª vara da Comarca de Palmeira dos Índios, de 2ª entrância para a qual foi nomeado em 03.02.1971, tomando posse em 05.02.1971; foi removido para a 1ª vara da Comarca de Palmeira dos Índios em 06.04.1976, tomando posse em 19.04.1976; promovido para a 8ª vara da Comarca de Maceió, por ato de 08.09.1978, tomando posse em 13.09.1978; removido para 15ª vara da Comarca de Maceió, em 1990. Por fim, foi promovido por merecimento ao cargo de Desembargador, por ato 20.06.1995, tomando posse em 21.06.1995 no Tribunal de Justiça de Alagoas, em ato



solene sob a presidência do Desembargador José Agnaldo Souza Araújo; foi eleito Juiz Efetivo do TRE-AL para o período de 25.11.1992 a 19.06.1995. Foi eleito Vice-Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas no período de 03.02.1997 a 05.02.1999; foi Corregedor Geral da Justiça no biênio 2001/2002. Ocupante da Cadeira 30 na Academia Alagoana de Letras e Artes de Magistrados - AALAMAGIS. Patrono da Comarca de Mata Grande, pois, homenageado com a colocação de seu nome no frontispício do prédio da justiça estadual dessa cidade, onde constam as insígnias: Fórum Des. Alberto Correia de Lima. Aposentou-se em 04.09.2003, por ato nº 800/2003 TJAL, depois de mais de 40 anos de atividade judicante, dos quais 32 anos como Desembargador.



DESEMBARGADOR

**NELSON RODRIGUES  
CORREIA**



## 69. Desembargador

### NELSON RODRIGUES CORREIA

Alagoano, natural de Arapiraca, nascido no dia 04 de dezembro de 1927, filho de Genésio Rodrigues da Silva e Joana Correia Cavalcanti. Bacharelou-se, concluindo o curso superior na Faculdade de Direito de Alagoas, na turma de 1952. Fundou em 20.01.1950, na cidade de Arapiraca/AL, o Ginásio Nossa Senhora do Bom Conselho, sendo depois seu Diretor. Exerceu ainda atividades de docência junto ao Centro de Estudos Superiores de Maceió - CESMAC, lecionando, por muitos anos, Direito Penal. Na sequência, sua primeira investidura no cargo de Juiz de Direito se deu na Comarca de Piranhas, para onde foi nomeado por ato de 13.08.1955, do Governador Arnon de Mello, tendo assumido a sua judicatura em ato solene de posse e compromisso ocorrido no dia 16.08.1955, sob o comando do Desembargador Domingos Paes Barreto Cardoso, então Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas. Seguiu sua trajetória funcional, assumindo sua titularidade de Juiz de Direito, sendo depois removido para atuar na Comarca de Piaçabuçu, sob ato de nomeação de 24.03.1956, posse e exercício em 12.04.1956; removido para a Comarca de Igreja Nova, por ato de 15.07.1965, posse e exercício em 27.07.1965; promovido para a Comarca de Passo de Camaragibe, de 2ª entrância, por ato de 25.03.1966, tomando posse em 13.04.1966; removido por permuta para a Comarca de Traipu por ato de 08.09.1967, posse e exercício em 08.10.1967; removido a pedido para a Comarca de Viçosa, por ato de 08.03.1971; promovido pelo critério de antiguidade por ato de 29.03.1976, para a 15ª vara da Comarca de Maceió, tomando posse em 01.04.1976; removido, assumiu o exercício da 9ª vara de Maceió, em 1990, ali permanecendo na titularidade dessa unidade, até ser nomeado Desembargador, por ato de 10.12.1996, tomando posse em 12.12.1996, junto ao Tribunal de Justiça de Alagoas, em ato solene sob a presidência do Desembargador José Agnaldo de Souza Araújo. Na magistratura eleitoral, foi eleito Juiz Efetivo, junto ao



Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas pela classe dos juizes de direito, para o período de 25.08.1987 a 25.08.1991. Recebeu seu Título de Aposentação, por ato de 03.12.1997, do Desembargador José Agnaldo de Souza Araújo, então Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas, após 42 anos de atividade como magistrado. Obra: deixou no prelo Pesquisas Históricas e Memorialísticas, sobre a cidade de Arapiraca. Faleceu nesta capital, no dia 16 de outubro de 2001, aos 74 anos de idade.



DESEMBARGADOR

**ESTÁCIO LUIZ GAMA  
DE LIMA**



## 70. Desembargador

### ESTÁCIO LUIZ GAMA DE LIMA

Alagoano, natural de Maceió, nascido no dia 07 de junho de 1942, filho de Edgar Valente de Lima e Maria Anunciada Gama de Lima. Bacharelou-se, concluindo curso superior na Faculdade de Direito de Alagoas, na turma de 1966. Na sequência, sua primeira investidura no cargo de Juiz de Direito se deu na Comarca de Porto Real do Colégio, para onde foi nomeado em 16.11.1976 por ato do Governador Divaldo Suruagy, tendo assumido a sua judicatura em ato solene de posse e compromisso ocorrido no dia 22.11.1976, sob o comando do Desembargador Benedito Barreto Accioly, então Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas. Seguiu sua trajetória funcional, assumindo sua titularidade de Juiz de Direito. Adiante foi promovido para atuar na Comarca de União dos Palmares, sob ato de nomeação de 03.10.1979, tomando posse em 04.10.1979, ali permanecendo até ser promovido por merecimento para a 1ª vara da Comarca de Arapiraca, para a qual foi nomeado em 31.12.1985, tomando posse em 03.01.1986; removido a pedido para a 10ª vara da Comarca de Maceió, por ato de 27.05.1987, tomando posse em 03.06.1987; removido para a 19ª vara da Comarca de Maceió, em 1990; removido para 14ª vara da Comarca de Maceió, por ato de 01.12.1992. Por fim, foi nomeado Desembargador, por ato de 04.02.1997, tomando posse em 05.02.1997 no Tribunal de Justiça de Alagoas, em ato solene sob a presidência do Desembargador Jairon Maia Fernandes. Atuou como Corregedor Geral do Tribunal de Justiça de Alagoas no período de 01.02.1993 a 01.02.1995. Foi eleito Vice-Presidente da Associação Alagoana de Magistrados - ALMAGIS, por dois mandatos, e Presidente por três mandatos, no período de 1991/1997; Vice-Presidente do TRE/AL, eleito em 19.06.2007; Presidente do TJAL no período de 11.02.2005 a 01.02.2007. Patrono da Comarca de Porto Real do Colégio, pois, homenageado com a colocação de seu nome no frontispício do prédio da justiça estadual dessa cidade, onde constam as insígnias: Fórum Des. Estácio Luiz Gama de Lima. Agraciado com a Medalha do Mérito Marechal Floriano Peixoto, pelo Governo de Alagoas, em 2008. Aposentou-se em 05.06.2012, por ato 155/2012, depois de mais de 36 anos de atividade como magistrado.

DESEMBARGADOR

**JOSÉ FERNANDES DE  
HOLLANDA FERREIRA**



## 71. Desembargador

### JOSÉ FERNANDES DE HOLLANDA FERREIRA

Alagoano, natural de Maceió, nascido no dia 20.03.1939, filho de José Fernandes de Lôbo Ferreira e Maria Alice de Hollanda Ferreira. Graduiu-se em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL, na turma de 1966. Na sequência foi aprovado em concurso público para Juiz de Direito, sendo nomeado por ato do Governador Antonio Semeão Lamenha Filho, datado de 03.07.1968, para atuar junto à Comarca de Mata Grande, de 1ª entrância, sua primeira investidura como magistrado no Poder Judiciário de Alagoas, então sob a presidência do Desembargador Olavo Accioly de Moraes Cahet, que conduziu o ato solene de posse e compromisso, ocorrido no dia 04.07.1968. Permanecendo até ser removido por ato de 28.08.1970, para a Comarca de Junqueiro, ali tomou posse em 01.09.1970; promovido por merecimento para a Comarca de União dos Palmares, de 2ª entrância por ato de 25.03.1976, tomou posse no dia 27.03.1976; promovido por merecimento para a 5ª vara da Comarca de Maceió, de 3ª entrância por ato de 31.08.1979, tomou posse no dia 03.09.1979. Exerceu a função de Diretor do Fórum da Capital, cuja atuação teve início nos períodos de 03.02.1987 e 26.02.1997. Foi promovido, pelo critério de antiguidade, por ato de 09.12.1997, ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça de Alagoas, passando a compor o plantel da Corte de Justiça do Poder Judiciário de Alagoas, sendo, investido no respectivo cargo em ato solene de posse e compromisso, datado de 10.12.1997, sob a presidência do Desembargador Jairon Maia Fernandes. Eleito Corregedor Geral da Justiça em sessão de 1998, para o biênio 1999/2000. Eleito Presidente TJAL, por ato datado de 07.11.2006, para o período de 01.02.2007 a 02.02.2009. Na magistratura eleitoral foi eleito Juiz Efetivo TRE/AL, pela classe dos juízes de direito, de 07.06.1994 a 09.12.1997, e ainda Juiz Efetivo pela classe dos desembargadores, de 22.06.2001 a 22.06.2005. Esteve como Vice-Presidente TRE/AL, de 22.06.2001 a 21.06.2003. Tomou posse como Presidente do TRE/

AL, para o período de 22.06.2003 a 22.06.2005. Participou, em 1977/1979 e em 1981/1983, da Diretoria da AMAL (atual Associação Alagoana de Magistrados - ALMAGIS). Agraciado em 2005 com a medalha do Mérito Eleitoral Desembargador Barreto Cardoso; e Medalha Marechal Deodoro Ordem do Mérito dos Palmares, Governo do Estado, em 2008. Patrono da Comarca de Teotônio Vilela, pois, homenageado com a colocação do seu nome no frontispício do prédio da justiça estadual dessa cidade, onde constam as insígnias: Fórum Desembargador José Fernandes de Hollanda Ferreira. Recebeu seu Título de Aposentação por ato nº 238/2009, TJAL, de 18.03.2009, da lavra da Desembargadora Elisabeth Carvalho Nascimento, então Presidente do Poder Judiciário de Alagoas, quando já contava 41 anos de judicatura, dos quais 12 como Desembargador.



DESEMBARGADOR

**AUBERINO CORREIA  
BARBOSA**



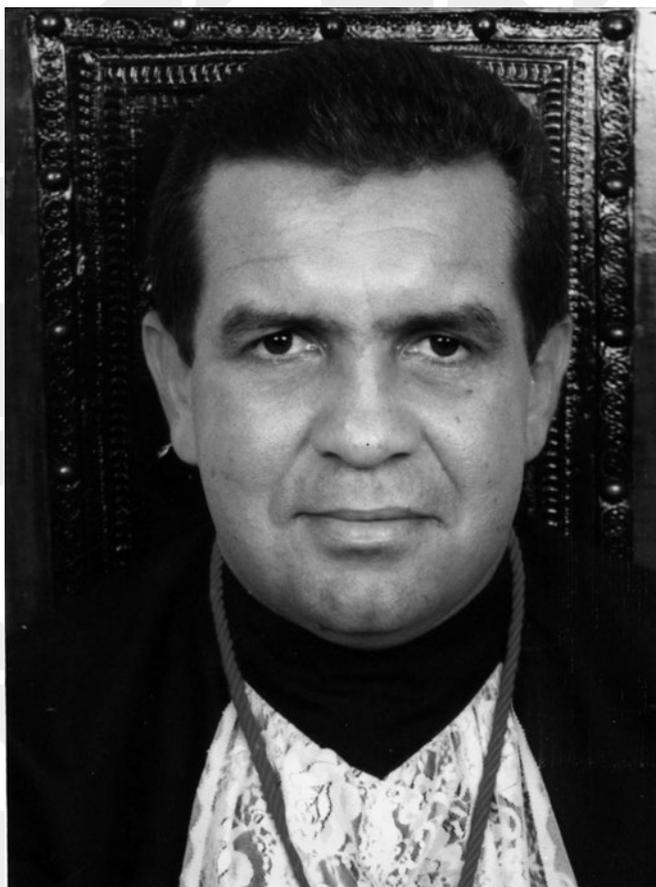
## 72. Desembargador

### AUBERINO CORREIA BARBOSA

Alagoano, natural do Pilar, nascido no dia 03.04.1931, filho de Antonio Correia Barbosa e Antonia Ferreira Barbosa. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Alagoas, na turma de 1962. Atuou como Adjunto de Promotor junto à Comarca de São Miguel dos Campos, por ato de 19.03.1963. Na sequência foi aprovado em concurso público para Juiz de Direito, sendo nomeado por ato do Governador Luiz de Souza Cavalcante, datado de 24.03.1964, para atuar junto à Comarca de Mata Grande, de 1ª entrância, sendo sua primeira investidura de magistrado no Poder Judiciário de Alagoas, então sob a presidência do Desembargador Olavo Accioly de Moraes Cahet, que conduziu o ato solene de posse e compromisso, ocorrido no dia 06.04.1964. Promovido por ato de 15.06.1965, para a Comarca de Limoeiro de Anadia, de 2ª entrância, tomou posse no dia 21.07.1965; promovido por antiguidade para a Comarca de Penedo, através do ato datado de 01.03.1971, ali tomou posse em 02.03.1971; removido para Comarca de Arapiraca, por ato datado de 29.10.1975, tomou posse nesta mesma data, assumindo o exercício do seu cargo; promovido por antiguidade para a 13ª vara (atual 5ª vara criminal da capital) de 3ª entrância por ato de 16.11.1979, tomou posse em 30.11.1979, sendo removido, sucessivamente, e sempre a pedido para as varas: 11ª vara criminal, em 05.06.1981, tomando posse em 17.06.1981 - (esta 11ª vara foi depois denominada 8ª vara criminal, e na sequência denominada 2ª vara de crimes dolosos contra a vida); removido em 10.10.1995, para a 25ª vara de Execuções Penais, tomando posse em 17.10.1995. Promovido por merecimento ao cargo de Desembargador, por ato datado de 10.02.1998, tomou posse solene em 11.02.1998, diante do então Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas, Desembargador Jairon Maia Fernandes. Eleito Vice-Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas, para o biênio de 05.02.1999 a 05.02.2001. Teve seu título de aposentadoria assinado pelo Desembargador José Fernando Lima Souza, em 03.04.2001, depois de contar mais de 50 anos de atividades, destes 37 na magistratura. Faleceu no dia 05.04.2012, aos 81 anos de idade.

DESEMBARGADOR

**WASHINGTON LUIZ  
DAMASCENO FREITAS**



### 73. Desembargador

#### WASHINGTON LUIZ DAMASCENO FREITAS

Alagoano, natural de Piranhas, nascido no dia 30 de agosto de 1958, filho de Rosalvo Machado Freitas e Cacilda Damasceno Freitas. Bacharelou-se, concluindo curso superior de Direito pela Universidade Federal de Sergipe - UFS. Exerceu atividades de Professor em várias unidades de ensino na cidade de Aracaju - SE (1977-1979) e Diretor de unidades escolares em Piranhas e Delmiro Gouveia-AL; Advocacia Cível e Criminal; Adjunto de Promotor de Justiça da Comarca de Delmiro Gouveia-AL (1979-1982); Assessor Jurídico da Fundação Instituto de Desenvolvimento Urbano e Assistência Municipal - FIDAM (1980-1982); Promotor de Justiça, tendo obtido a 1ª colocação no concurso para ingresso na carreira do Ministério Público (1982); Promotor de Justiça das Comarcas de Limoeiro de Anadia, Delmiro Gouveia (1ª entrância), Santana do Ipanema (2ª entrância) e Arapiraca (3ª entrância) - 1982; Presidente do Diretório Municipal do PMDB - Piranhas/AL (1988-1990); Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Piranhas/AL (1989-1990); Deputado Estadual de Alagoas por dois mandatos consecutivos (1991-94 e 1995-98); Secretário de Saneamento e Energia do Estado de Alagoas (1993-1994); e Líder do Governo do Estado de Alagoas na Assembleia Legislativa Estadual em três governos consecutivos (1994-1998). Ascendeu ao cargo de desembargador na vaga do quinto constitucional destinado ao Ministério Público Estadual, por ato de 03.02.1998, tomando posse em 04.02.1998 no Tribunal de Justiça de Alagoas, em ato solene sob a presidência do Desembargador Jairo Maia Fernandes. Foi Corregedor Geral do Tribunal de Justiça de Alagoas no biênio 2005.2006. Presidente do TJAL no período de 04.09.2004 a 10.02.2005 - concluindo a gestão do Presidente Geraldo Tenório Silveira, em razão da sua aposentadoria compulsória; eleito Presidente do

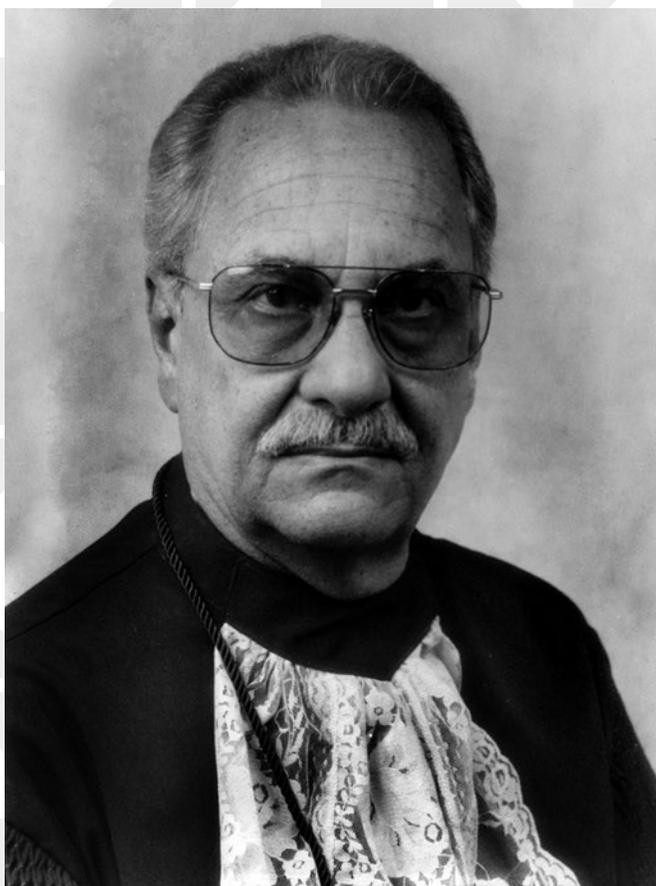


TJAL no biênio 2015/2017. Ocupante da Cadeira 18 na Academia Alagoana de Letras e Artes de Magistrados - AALAMAGIS. Restou homenageado tendo seu nome num logradouro sito no bairro do Farol na Praça Gonçalves Lêdo, nesta capital: Viaduto Washington Luiz Damasceno Freitas; homenageado com o Título de Cidadão Honorário, do Município Senador Rui Palmeira, pela Câmara Municipal, em 2008. Na presente data continua em exercício de seu cargo de Desembargador.



DESEMBARGADOR

**MÁRIO CASADO  
RAMALHO**



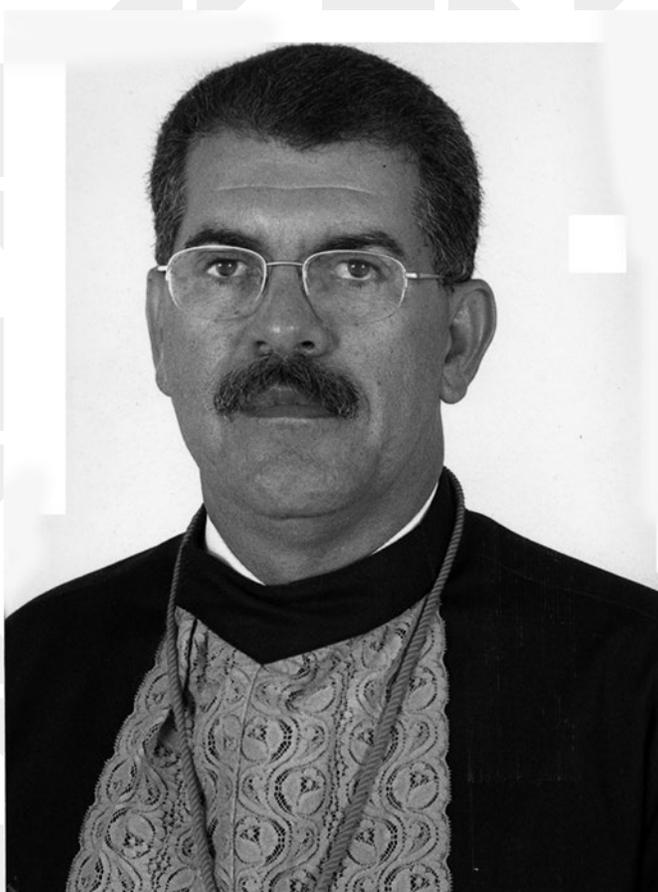
## 74. Desembargador

### MÁRIO CASADO RAMALHO

Alagoano, natural de Maceió, nascido no dia 07 de março de 1941, filho de Rodrigo de Araújo Ramalho e Maria de Lourdes Casado Ramalho. Graduou-se em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Alagoas, na turma de 1965. Nomeado Adjunto de Promotor de Justiça para a Comarca de Atalaia, através de ato de 15.10.1967. Na sequência foi aprovado em concurso público para Juiz de Direito, sendo nomeado por ato do Governador Antonio Semeão Lamenha Filho, datado de 20.02.1968, para atuar junto à Comarca de Água Branca, de 1ª entrância, sendo sua primeira investidura de magistrado no Poder Judiciário de Alagoas, então sob a presidência do Desembargador Olavo Accioly de Moraes Cahet, que conduziu o ato solene de posse e compromisso, ocorrido no dia 21.02.1968. Permanecendo até ser removido por ato de 18.02.1971, para a Comarca de Colônia de Leopoldina, ali tomou posse em 22.02.1971; promovido para a Comarca de Capela, de 2ª entrância por ato de 02.04.1974, tomou posse no dia 03.04.1974; removido a pedido para a Comarca de Atalaia, de 2ª entrância, em 28.08.1975; promovido por merecimento para a 9ª vara da Comarca de Maceió, de 3ª entrância, através de ato datado de 06.07.1981, tomou posse em 08.07.1981, assumiu a 20ª vara da capital, ao ser removido em 1990, e ainda teve exercício na 2ª e 3ª varas de Maceió; de 19.12.1997 a 05.05.1999, esteve exercendo cargo de Juiz Efetivo junto ao Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, na classe de Juízes de Direito. Foi promovido por merecimento para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça de Alagoas, por ato de 05.05.1999, passando a compor o plantel da Corte de Justiça do Poder Judiciário de Alagoa, sendo investido do respectivo cargo em ato solene de posse e compromisso, datado de 06.05.1999, sob a presidência do Desembargador Orlando Rocha Cavalcanti Manso. Eleito Vice-Presidente de 01.02.2007 a 02.09.2009. Faleceu no 23.10.2020, no dealbar dos seus 79 anos de idade.

DESEMBARGADOR

**HUMBERTO EUSTÁQUIO  
SOARES MARTINS**



## 75. Desembargador

### HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS

Alagoano, natural de Maceió, nascido no dia 07 de outubro de 1956, filho de José Martins Filho e Dalva Soares Martins. cursou o primeiro e o segundo graus de ensino no Colégio Marista de Maceió. Bacharelou-se em Direito pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL, na turma de 1979, e em Administração de Empresas pelo Centro de Estudos Superiores de Maceió - CESMAC, na turma de 1980. Promotor de Justiça Adjunto na Comarca de União dos Palmares (1979/1982); exerceu a Advocacia, chegando à Presidência da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Alagoas, nos triênios de 1998/2000 e de 2000/2003; Presidente da Escola Superior de Advocacia - ESAD/OAB-AL, de 1995 a 1998; Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Alagoas, nos biênios de 1991/1993, de 1993/1995 e no triênio de 1995/1998; Procurador do Estado de Alagoas, em 1982/2002; Presidente da Associação dos Procuradores do Estado de Alagoas (1992/1994); Subprocurador Geral do Estado de Alagoas (1989/1990); Conselheiro da Advocacia Geral do Estado de Alagoas (1993/1995); Coordenador da Procuradoria do Patrimônio Imobiliário do Estado de Alagoas (1990); Coordenador da Procuradoria Judicial do Estado de Alagoas (1987); Professor da Universidade Federal de Alagoas - UFAL (nas disciplinas de Direito Penal e Processo Penal); Professor da Escola Superior da Advocacia (OAB-AL), nas cadeiras de Direito Penal e Código de Ética da OAB; Representante da OAB/AL no concurso público de Juiz Substituto do Tribunal de Justiça de Alagoas - TJAL de 1995. Por fim, nomeado Desembargador, na qualidade de representante da classe dos Advogados, por Decreto governamental de 22.03.2002, do Governador Ronaldo Lessa, tomando posse em 25.03.2002, junto ao Tribunal de Justiça de Alagoas, em ato solene sob o comando do Desembargador Presidente José Fernando Lima Souza. Foi Presidente da Câmara Criminal do TJ/AL. Na Magistratura Eleitoral, exerceu as funções de Vice-Presidente do Tri-

bunal Regional Eleitoral de Alagoas, de Corregedor Regional Eleitoral, Diretor da Escola Judiciária Eleitoral e Juiz Efetivo do TRE/AL, nos biênios de 1995/1997 e 1997/1999, e 2005/2006; Membro Efetivo da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM; Presidente da Comissão de Jurisprudência do STJ; Ouvidor do Superior Tribunal de Justiça - STJ, em 2013/2014; Corregedor Geral da Justiça Federal, em 2014; Diretor do Centro de Estudos Judiciários do CJF, em 2014; Vice Presidente do STJ, 2016/2018. Nomeado Ministro do Superior Tribunal de Justiça - STJ em 14.06.2006; Corregedor do Conselho Nacional de Justiça, tomando posse em 27.08.2018; e eleito Presidente do Superior Tribunal de Justiça - STJ, em 27.08.2020 - ainda nesta data no exercício de suas funções. Obras: Consumidor e Seus Direitos, Maceió: UFAL/ESAD - 1991; Direito Civil e Direito Processual Civil, Maceió - 1992; Prisão Domiciliar, no Jornal A Voz do Magistrado, Maceió - 1981; Despacho Interlocutório Misto (Pronuncia), Jornal da OAB/AL - 1991; Osman Loureiro - Uma Vida Dedicada ao Direito, Suplemento do DOE/AL - 1995; Justiça e Responsabilidade Social, Jornal de Alagoas e Suplemento do DOE/AL - 1997; Ada Pelegrini - Uma Vida, um Ideal, Jornal A Gazeta de Alagoas - 1997; Pobreza Política, Gazeta de Alagoas - 1998; Educação, A Gazeta de Alagoas - 1998; Direitos Sociais, A Gazeta de Alagoas - 1998; Poder Judiciário: Justiça e Cidadania, in Revista da ESMAL, ano II, nº 1 - 2003; A Efetividade do Processo e sua Necessária Desordinarização in Jurisprudência Alagoana, Revista do Tribunal de Justiça de Alagoas 19º volume - 2003; e Interpretação Conforme a Constituição do art. 935 do Código Civil. Revitalização da Coisa Julgada. Agraciado com as comendas: Comenda da OAB/Pará, pelos relevantes serviços prestados a advocacia e a cidadania, por ocasião do Colégio de Presidentes da OAB, Belém/PA, 1999; Comenda da Polícia Civil, Estado de Alagoas, 1999; Comenda de Personalidade Top-1999, em Maceió, Quality Marketing e Comunicação, 1999; Comenda Desembargador Mário Guimarães, pelos relevantes serviços prestados à Maceió, pela Câmara Municipal de Maceió, 1999; Comenda The Best of the Best - 2000, promovido pela Quality

Marketing e Comunicação, Maceió/AL, 2000; Comenda Silvério Jorge, pelo Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, 2001; Comenda Jornalista Noaldo Dantas, promovido pela Associação Alagoana de Imprensa, 2001; Comenda de Sócio Benemérito do Instituto Pontes de Miranda, outorgado pelo IPM, 2002; Comenda Professor Arthur Ramos, outorgada pela Prefeitura Municipal do Pilar/AL, 2010; Comenda 2 de Julho - Grau de Honra, concedida pela Sereníssima Grande Loja Maçônica do Estado de São Paulo, 2013; Comenda da Ordem do Mérito Aeronáutico, no Grau de Grande-Oficial, concedida pelo Comando da Aeronáutica – Ministério da Defesa, Brasília/DF, 2013; Comenda Colar do Mérito Judiciário 2018, concedida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul. Campo Grande/MS, 2018; Comenda do Mérito da Escola Judiciária Eleitoral Desembargador José Fernando Lima Souza, concedida pelo Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas. Maceió/AL, 2018; Comenda do Mérito Notarial e Registral, concedida pela Confederação Nacional de Notários e Registradores-CNR, Natal/RN, 2019; Comenda da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho no grau Grande Oficial, concedida pelo Tribunal Superior do Trabalho, Brasília/DF, 2019; Comenda da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho da Bahia Ministro Coqueijo Costa, concedida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, Brasília/DF, 2019; e Comenda da Cidadania Desembargador Jatahy Fonseca, concedida pelo Tribunal Regional Eleitoral da Bahia -TRE-BA, Salvador/BA, 2020. Títulos Honoríficos: Prêmio Melhores da Advocacia Brasileira, Noberto Gauer, São Paulo/SP, 2001; Mérito memorial Desembargador Hélio Cabral, pelos relevantes serviços prestados ao Ministério Público, 2002; título de Cidadão honorário de Jequiá da Praia/AL, aprovado à unanimidade pela Câmara de Vereadores de Jequiá da Praia/AL, 2002; Troféu Anita Garibaldi, Destakes 2002, promovido pelo Instituto Giuseppe e Anita Garibaldi, Bento Gonçalves/RS, 2002; Super Cap de Ouro 2003, conferido pelo Grupo Jornalístico Ronaldo Côrtes, São Paulo/SP, 2003; Título concedido pela Procuradoria Geral do Distrito Federal, pelos relevantes serviços prestados a Advocacia Publica, 2006; Título Sócio Honorário, concedido pelo Instituto

Sergipano de Estudos Tributários, 2007; Troféu Dom Quixote, promovido pela Revista Justiça e Cidadania, Recife/PE, 2007; Título de Cidadão Honorário de Marechal Deodoro, outorgado pela Câmara Municipal de Marechal Deodoro, 2008; Troféu Deputada Ceci Cunha, promovido pelo Jornal Alagoas em Tempo, 2008; Título de Cidadão Honorário do Município do Rio de Janeiro, concedido pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 2010; Título de Cidadão Honorário de Piranhas, concedido pela Câmara Municipal de Piranhas/AL, 2011; Título de Cidadão Baiano, outorgado pela Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, Salvador/BA, 2014; Troféu Mérito da Advocacia Raymundo Faoro, promovido pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Brasília/DF, 2015; Título de Cidadão Honorário de Arapiraca, concedido pela Câmara Municipal de Arapiraca/AL, 2017; Troféu Sancho Pança, concedido pela Confraria Dom Quixote e Revista Justiça e Cidadania, Brasília/DF, 2018; Título de Sócio Honorário da Associação Brasileira de Advogados – ABA, Brasília/DF, 2018; Título de Cidadão Gravataense, concedido pela Câmara Municipal de Vereadores de Gravatá, Gravatá/PE, 2019; Título de Doutor Honoris Causa em Direito, concedido pelo Centro Universitário Facol, Vitória de Santo Antão/PE, 2019; Título de Associado Emérito do Instituto dos Advogados da Bahia, concedido pelo IAB, Salvador/BA, 2019. Medalhas: Medalha do Mérito Advocatício conferida pela Associação da Mulher Advogada de Alagoas, AMAAL; Medalha da Ordem do Mérito Advocatício, conferida pela Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Pará, pelos relevantes serviços prestados à classe dos Advogados Brasileiros, Belém/PA, 1996; Medalha do Mérito Eleitoral Desembargador Domingos Paes Barreto Cardoso, pelos relevantes serviços prestados à Justiça Eleitoral, concedida pelo TRE/AL, 2005; Medalha da Defensoria Pública, outorgada pelo Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de Alagoas, 2007; Medalha do Mérito Judiciário Desembargador Joaquim Nunes Machado, outorgada pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco, 2008; Medalha Comemorativa 20 anos do STJ, conferida pelo Superior Tribunal de Justiça, 2009; Medalha da Ordem do Mérito Naval, conferida pela Marinha do

Brasil, em Brasília/DF, 2009; Medalha do Pacificador, concedida pelo Exército Brasileiro, Brasília/DF, 2009; Medalha Albert Sabin, concedida pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2009; Medalha do Mérito da República Marechal Deodoro da Fonseca, concedida pelo Governo do Estado de Alagoas, Maceió - AL, 2010; Medalha Ordem do Mérito Judiciário Militar, concedida pelo Superior Tribunal Militar, Brasília/DF, 2011; Medalha Ordem do Mérito Militar, concedida pelo Exército Brasileiro, Brasília/DF, 2011; Medalha do Mérito Judiciário Desembargador Moura Castro, concedida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, Maceió/AL, 2011; Medalha da Ordem do Mérito Anhanguera, concedida pelo Governo do Estado de Goiás, Goiânia/GO, 2011; Medalha Miranda Lima, concedida pelo Conselho Tutelar da Medalha Miranda Lima, Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional do Distrito Federal, Brasília/DF, 2012; Medalha Zephyrino Lavenère Machado, concedida pela Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional de Alagoas, Maceió/AL, 2012; Medalha Tiradentes, concedida pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2012; Medalha do Mérito Judiciário do Estado de Roraima, concedida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, Boa Vista/RR, 2013; Medalha do Mérito Judiciário do Distrito Federal e dos Territórios, no grau Grão Colar, concedida pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Brasília/DF, 2013; Medalha do Mérito Judiciário do Estado do Amazonas, concedida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, 2013; Medalha da Ordem do Mérito do Estado do Amazonas, concedida pelo Governo do Estado do Amazonas, 2013; Medalha Colar do Mérito de Contas, concedida pelo Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, 2013; Homenagem prestada pelo Conselho Federal da OAB, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à Advocacia, à Cidadania e à Jurisdição, Brasília/DF, 2014; Medalha Raymundo Faoro, concedida pela Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional de Alagoas, Maceió/AL, 2015; Medalha do Mérito Judiciário Cândido Mendes, concedida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, São

Luís/MA, 2016; Medalha do Mérito Acadêmico, concedida pela Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão - ESMAM, São Luís/MA, 2016; Medalha do Mérito da PGE - Edição Comemorativa dos 50 Anos, concedida pela Procuradoria Geral do Estado da Bahia, Salvador/BA, 2016; Medalha grau Grande Oficial, conferida pelo Conselho da Ordem de Rio Branco, abril/2017; Medalha Frei Caneca, concedida pelo Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, Recife/PE, setembro/2017; Medalha do Mérito Eleitoral da Bahia com Palma, concedido pelo Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, Salvador/BA, outubro/2017; Medalha Mérito Tamandaré, concedida pela Marinha do Brasil, Brasília/DF, dezembro/2017; Medalha do Mérito Eleitoral, concedida pelo Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, Brasília/DF, abril/2018; Medalha do Mérito Eleitoral do Amazonas, concedida pelo Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, Manaus/AM, maio/2018; Medalha do Mérito da Magistratura, concedida pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Maceió/AL, maio/2018; Medalha de Honra ao Mérito Desembargador Décio Antônio Erpen, concedida pelo Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil - (CCOGE), João Pessoa/PB, junho/2018; Medalha Presidente Juscelino Kubitschek, concedida pelo Governo do Estado de Minas Gerais, Diamantina/MG, setembro/2019; Medalha de Mérito Eleitoral Ministro Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto, concedida pelo Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais. Maceió/AL, novembro/2018; Medalha de Mérito do Judiciário Ministro Djaci Falcão, concedida pela Câmara Municipal do Recife, Recife/PE, Dezembro/2018; Medalha do Mérito da Magistratura, concedida pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, Salvador/Ba, Março/2019; Medalha do Mérito Wilton de Oliveira e Souza, concedida pela Associação dos Magistrados da Bahia (Amab), Salvador/BA, Janeiro/2020; Medalha do Mérito Eleitoral Desembargador Jatahy Fonseca, concedido pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, Março de 2020.



DESEMBARGADORA

**ELISABETH CARVALHO  
NASCIMENTO**



## 76. Desembargadora

### ELISABETH CARVALHO NASCIMENTO

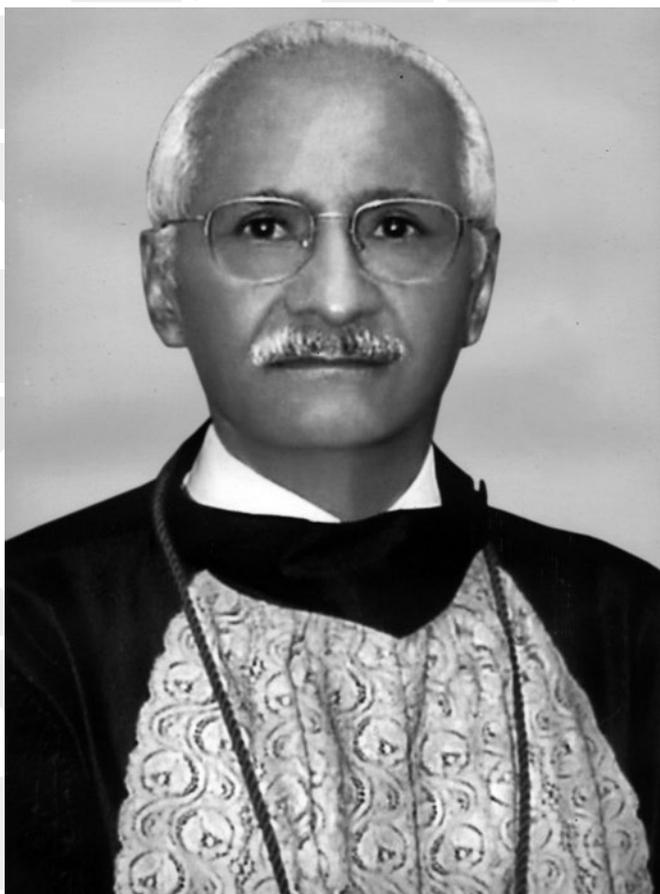
Alagoana, natural de Delmiro Gouveia, nascida no dia 26 de março de 1951, filha de Manoel Simplício Nascimento e Adelaide Carvalho Nascimento. Iniciou os estudos básicos com a Professora Maydée Brandão Marinho, na cidade de Palmeira dos Índios; cursou o Ginásial no Cristo Redentor - 1967; e o científico no Santíssimo Sacramento - 1970. Iniciou o bacharelado na Faculdade de Direito da Universidade Gama Filho no Rio de Janeiro/RJ, concluindo na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Alagoas, na turma de 1975. Primeira mulher magistrada a assumir o cargo de Desembargadora junto ao Tribunal de Justiça de Alagoas. Exerceu a função de Assessora de Divulgação do Departamento de Assuntos Culturais - DAC, da Secretaria da Educação e Cultura de Alagoas - Divulgação do I Festival de Cinema de Penedo, junto aos Órgãos de Comunicação, Turismo e Cultura nas cidades de Fortaleza, Natal, Recife e Aracaju; Promotora de Justiça Adjunta na Comarca de Palmeira dos Índios; Assessora de Administração da Secretária de Agricultura do Estado de Alagoas; Ministrou aulas de Direito Processual Penal no 2º Curso de Formação de Magistrados Escola Superior da Magistratura - ESMAL, do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas; Designada pelo Pleno do TJ/AL, para Diretora-Geral da Escola Superior da Magistratura, em 2005. Foi eleita Vice-Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas, para o período de 11.02.2005 a 01.02.2007; designada pelo Pleno do TJ/AL para Corregedoria, em 2007. Sua primeira investidura no cargo de Juiz de Direito se deu na Comarca de São Brás, acumulando com a Comarca de Traipu, para onde foi nomeada em 07.12.1982, por ato do Governador Theobaldo Vasconcelos Barbosa, tendo assumido a sua judicatura em ato solene de posse e compromisso ocorrido no dia 15.12.1982, sob o comando do De-

sempargador Alfredo Gaspar de Oliveira Mendonça, então Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas. Seguiu sua trajetória funcional, assumindo sua titularidade como Juiz de Direito, sendo removida a pedido para atuar na Comarca de Anadia, sob ato de nomeação de 14.03.1984, tomando posse em 15.03.1984, ali permanecendo até ser promovida por merecimento para assumir a 1ª Vara da Comarca de Penedo, para a qual foi nomeada em 17.11.1987, tomando posse em 18.11.1987; removida a pedido para a 2ª Vara da Comarca de São Miguel dos Campos, por ato de 04.09.1990, tomando posse em 05.09.1990; promovida por merecimento para a Comarca de Maceió, de 3ª entrância, por ato de 12.02.1993, e atuado na 13ª Vara; removida para a 5ª Vara da Capital, em 2000. Por fim, foi promovida por merecimento ao cargo de Desembargadora, por ato de 17.09.2002, tomando posse em 18.09.2002 no Tribunal de Justiça de Alagoas, em ato solene sob a presidência do Desembargador José Fernando Lima Souza. Foi agraciada com as comendas: Raimundo Marinho - Concedida pela Fundação Penedo; Comenda Raimundo Marinho - Concedida pela Câmara Municipal de Penedo; Comenda Luiz Barros Torres - Concedida pela Academia Palmeirense de Letras Ciências e Artes - 2006; Título de Sócia Benemérita da Academia Palmeirense de Letras, Ciências e Artes - 2006; Título de Sócia Efetiva da Academia Palmeirense de Letras, Ciências e Artes - 2008; Comenda Nise da Silveira - Concedida pelo Governo do Estado de Alagoas - 2009; Título de Cidadã Honorária de Palmeira dos Índios - Concedido pela Câmara de Vereadores - 2009; Diploma *Amigo do Batalhão Hermes Ernesto da Fonseca* do 59º BIMtz - 2009; Medalha da Ordem do Mérito Ministro Silvério Fernandes de Araújo Jorge - Concedida pelo Tribunal Regional do Trabalho - 2009; Comenda Comemorativa 80º. Anos - Concedida pelo Conselho Penitenciário de Alagoas - 2009; Medalha do Mérito da República Deodoro da Fonseca - Concedida pelo Governo do Estado de Alagoas - 2009; Comenda Aurélio Buarque de Holanda - Concedida pela Câmara Municipal de Passo de Camaragibe - 2010; Título de cidadã Honorária de Maceió - Concedido pela Câmara de Vereadores de Maceió - 2010; Busto do Marechal Deodoro da Fonseca - Concedido pelo 59º

BIMtz - 2010. Ocupante da Cadeira 14 na Academia Alagoana de Letras e Artes de Magistrados - AALAMAGIS. Foi eleita Vice-Presidente do TRE/AL, para o biênio 2011/2012; e Presidente do TJAL no período de 02.02.2009 a 02.02.2011. Obras: Antologia dos Poetas Alagoanos, Maceió - 1974, além do livro de poesias Da Cor do Passado, Maceió-2008.

DESEMBARGADOR

**ANTONIO SAPUCAIA  
DA SILVA**



## 77. Desembargador

### ANTONIO SAPUCAIA DA SILVA

Alagoano, natural de Murici - tendo sido registrado em Rio Largo, e adotado a cidade do Pilar- nascido no dia 01.06.1938, filho de Alfredo Sapucaia e Maria da Conceição. Fez os estudos primários nas Escolas Reunidas Municipais Presidente Getúlio Vargas e Grupo Escolar Oliveira e Silva, estudou ainda no Ginásio Nossa Senhora do Pilar, todos nesta cidade, e os estudos secundaristas no Colégio Estadual de Alagoas, e na Escola Técnica Dom Jonas Batinga, na cidade de Penedo. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito de Alagoas, na turma de 1966. Atuou como Fiscal de Rendas, no Estado de Alagoas; Diretor Administrativo da Secretaria do Interior e Governo; Secretário de Administração e Negócios Municipais; Secretário de Administração do Estado de Alagoas; filiado ao Sindicato dos Jornalistas, exercendo o jornalismo profissional com muito brilho; Secretário de Redação do Jornal Gazeta de Alagoas; colaborador do Jornal de Alagoas; esteve como Editor e Redator da Revista Jurisprudência do TJAL; e Redator da Revista Letras Jurídicas da Associação Alagoana de Magistrados - ALMAGIS. Na sequência foi aprovado em concurso público para Juiz de Direito, sendo nomeado por ato do Governador Antonio Semeão Lamenha Filho, datado de 05.03.1971, para atuar junto à Comarca de Água Branca, de 1ª entrância, sua primeira investidura como magistrado no Poder Judiciário de Alagoas, então sob a presidência do Desembargador Ernandi Lopes Dorvillé, que conduziu o ato solene de posse e compromisso, ocorrido no dia 08.03.1971, permanecendo até ser removido, por ato de 04.05.1974, para a Comarca de Colônia Leopoldina. Promovido por mere-

cimento para a Comarca de Viçosa, de 2ª entrância, por ato de 06.05.1976, tomou posse no dia 07.05.1976; removido para a Comarca de Atalaia, por ato de 18.02.1982, tomou posse em 01.03.1982; promovido para 3ª entrância, passando pela Comarca de Arapiraca; removido para Comarca de Maceió da 16ª Vara, por ato de 03.04.1990, tomando posse em 04.04.1990; e depois titularizou-se da 2ª Vara da Fazenda Pública Municipal, da Comarca de Maceió; respondeu ainda pelas Comarcas de Paulo Jacinto, Pilar, União dos Palmares e Mata Grande, de 2ª entrância. Foi promovido pelo critério de antiguidade ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça de Alagoas, passando a compor o plantel da Corte de Justiça do Poder Judiciário de Alagoas. Foi investido no respectivo cargo em ato solene de posse e compromisso, datado de 10.09.2003, sob a presidência do Desembargador Geraldo Tenório Silveira. Na magistratura eleitoral, foi eleito Juiz Efetivo pela classe dos desembargadores, para o biênio 2006/2007. Esteve como Vice-Presidente TRE/AL, eleito no dia 22.06.2005; e no período de 03.07.2006 a 16.04.2007. Eleito, tomou posse como Presidente do TRE/AL, para o biênio 2007/2008. Participou, em 1982/1983, da Diretoria da AMAL (atual, Associação Alagoana de Magistrados - ALMAGIS). Vice-Presidente do Instituto dos Magistrados Brasileiros - IMB; Agraciado com a Comenda Mário Guimarães, pela Câmara Municipal de Maceió; Comenda Prof. Arthur Ramos, pela Prefeitura do Pilar; Comenda Presidente José Bento da Cunha Figueiredo, pelo Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, onde ocupava a Cadeira 31, cujo patrono era Hugo de Souza Moreira Jobim, tomando posse no dia 02.12.1999; membro da Academia Alagoana de Letras, tomando posse no dia 05.02.2003; Comenda Ordem do Mérito dos Palmares, pelo Governo de Alagoas; Comenda Cipriano Jucá e Jornalista José Rodrigues de Gouveia, pela Academia Maceioense de Letras; Comenda Antonio Aleixo Paes de Albuquerque, pela Associação Alagoana de Imprensa; Comenda Dênis Agra, pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Alagoas. Formou uma rica biblioteca com raridades de autores alagoanos e nacionais. Instalou o Memorial Desembargador Antonio Sapucaia, na cidade do Pilar. Obras: Casos que Julguei,

Maceió -1981; Costa Rego, Esse Esquecido, Maceió - 1989; Judicando na Fazenda Municipal, 2ª edição, Belo Horizonte - 1977; O legendário Costa Rego, Maceió - 2000; Relembrando Arthur Ramos, Maceió - 2003; Discursos Protocolares, Maceió – 2010. Patrono da Comarca do Pilar, pois, homenageado com a colocação do seu nome no frontispício do prédio da justiça estadual dessa cidade, onde constam as insígnias: Fórum Desembargador Antonio Sapucaia da Silva. Recebeu seu Título de Aposentação por ato nº 141/2008, TJAL, de 30.05.2008, da lavra do Desembargador José Fernandes de Hollanda Ferreira, então Presidente do Poder Judiciário de Alagoas, quando já contava 52 anos de atividade, sendo 37 na magistratura, dos quais cinco anos como Desembargador. Faleceu em 03.10.2019, aos 81 anos de idade.

DESEMBARGADOR  
**SEBASTIÃO COSTA  
FILHO**



## 78. Desembargador

### SEBASTIÃO COSTA FILHO

Alagoano, natural de Maceió, nascido no dia 21.12.1947, filho de Sebastião Costa e Enedina Duarte Pimentel. Bacharelou-se, no curso superior da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, na turma de 1974. Pós-Graduado em Direito Processual Civil pela ESMAL/UFAL, no período de setembro de 2001 a novembro de 2002. Atuou como Chefe Substituto da Seção de Inspeção do Trabalho - SIT-DRT-AL, de 1980/1983; designado para exercer a função de Chefe de Gabinete do Delegado Regional do Trabalho - Portaria nº 30 de 05.06.1983; após foi designado Delegado do Trabalho Substituto. Na sequência, sua primeira investidura no cargo de Juiz de Direito se deu na Comarca de São Brás, de 1ª entrância, para onde foi nomeado por ato de 16.06.1986, do Governador José de Medeiros Tavares, tendo assumido a sua judicatura em ato solene de posse e compromisso ocorrido no dia 17.06.1986, sob o comando do Desembargador Paulo da Rocha Mendes, então Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas. Seguiu sua trajetória funcional, assumindo a titularidade de Juiz de Direito, ao ser removido para atuar na Comarca de Traipu, sob ato de nomeação de 17.03.1988, tomando posse em 08.04.1988, ali permanecendo até ser promovido pelo critério de merecimento para a 1ª vara da Comarca de Penedo, de 2ª entrância, por ato de 26.09.1990, tomando posse em 09.10.1990; promovido por ato de 01.06.1993, para Juiz de Direito de 3ª entrância, passou a atuar na Comarca de Maceió como Juiz Auxiliar, tomando posse no dia 02.06.1993, junto à 11ª vara; sendo removido, sucessivamente, para a 19ª vara por ato de 31.08.93; para a 10ª

vara por ato de 20.10.1993; para a 15ª vara por ato de 27.10.1993. Adiante, foi titularizado junto à 11ª vara da Comarca de Maceió, de 3ª entrância, por ato de 19.04.1994; e depois removido por permuta para 21ª vara (depois, 4ª Vara de Família), ali tomando posse em 22.04.1994. Promovido ao cargo de Desembargador, por ato de 19.12.2003, tomando posse no dia 22.12.2003, passando a compor o plantel do Tribunal de Justiça de Alagoas, em ato solene de compromisso e posse sob a presidência do Desembargador Geraldo Tenório Silveira. Atuou como Superintendente do Fórum da Capital, no período de 2001/2003. Eleito Corregedor-Geral da Justiça TJAL, para o período de 07.03.2007 a 02.02.2009; assume a Presidência do Tribunal de Justiça de Alagoas no período de 02.02.2011 a 03.01.2013. Na magistratura eleitoral, foi eleito para o cargo de Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas para o biênio de 2013/2015, assumindo a Presidência dessa Corte Eleitoral no biênio de 2015/2017. Medalha do Mérito da República Marechal Deodoro, concedida pelo Governador do Estado, em 2011; Medalha Zephyrino Lavèner Machado, concedida pela OAB, em 2012; Medalha do Mérito Bombeiro, concedida pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Alagoas, em 2012; e Título de Cidadão Honorário de Piranhas, concedido pela Câmara Municipal, em 2012.



DESEMBARGADOR  
**JUAREZ MARQUES LUZ**



## 79. Desembargador

### JUAREZ MARQUES LUZ

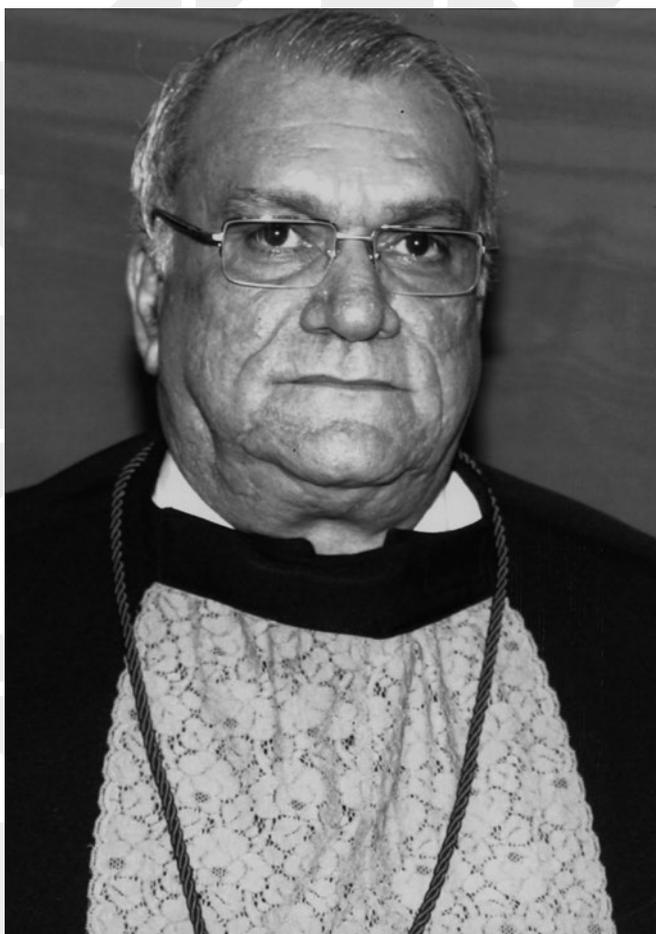
Alagoano, natural de Palmeira dos Índios, nascido no dia 21 de abril de 1938, filho de Dorotheu Marques da Luz e Luíza Marques da Luz. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Alagoas. Graduado em Filosofia, possui ainda licenciatura plena no Curso de Teologia, pelo Seminário Cristo Rei, de Recife/PE, tendo sido ordenado Padre, exercendo o sacerdócio por oito anos. Esteve à frente do magistério lecionando Português, História e Educação Moral e Cívica; Professor Fundador do Centro de Estudos Superiores de Maceió - CESMAC, onde lecionou Estudos dos Problemas Brasileiros e Direito de Civil. Na sequência, foi aprovado em concurso público para Juiz de Direito, sendo nomeado por ato do Governador Divaldo Suruagy, datado de 03.12.1976, para atuar junto à Comarca de Água Branca, de 1ª entrância, sendo sua primeira investidura de magistrado no Poder Judiciário de Alagoas, então sob a presidência do Desembargador Benedito Barreto Accioly, que conduziu o ato solene de posse e compromisso, ocorrido no dia 07.12.1976. Adiante, foi removido a pedido, por ato de 28.11.1978, para a Comarca de Anadia; promovido por merecimento para a 2ª vara da Comarca de Arapiraca, de 3ª entrância, por ato de 28.02.1980, tomando posse em 17.03.1980, e entrando em exercício no dia 19.03.1980; removido para a 3ª vara da Comarca de Arapiraca, por ato de 07.08.1990, tomando posse e entrando em exercício no dia 09.08.1990; removido para 19ª vara (depois, 2ª vara de família), da Comarca de Maceió, de 3ª entrância, por ato de 15.12.1992, na mesma data entrando no exercício da titularidade de seu cargo; eleito Membro efetivo da Academia Alagoana de Letras e Artes de Magistrados, tendo sido seu Presidente; Membro efetivo da Academia Maceioense de

Letras; Membro da Academia de Letras de Palmeira dos Índios, ocupante da cadeira 01. Ocupante da Cadeira 25 na Academia Alagoana de Letras e Artes de Magistrados - AALAMAGIS . Por fim, foi promovido por antiguidade para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça de Alagoas, por ato de 09.09.2004, passando a compor o plantel da Corte de Justiça do Poder Judiciário de Alagoas, compondo a 1ª Câmara Civil, tendo sido investido do respectivo cargo em ato solene de posse e compromisso, datado de 15.09.2004, sob a presidência do Desembargador José Fernandes de Hollanda Ferreira. Recebeu Título de Cidadão Honorário pelas câmaras Municipais dos municípios de Maribondo, Arapiraca, Delmiro Gouveia e Feira Grande. Aposentou-se em 2008, depois de 32 anos como magistrado.



DESEMBARGADOR

**JOSÉ CARLOS MALTA  
MARQUES**



## 80. Desembargador

### JOSÉ CARLOS MALTA MARQUES

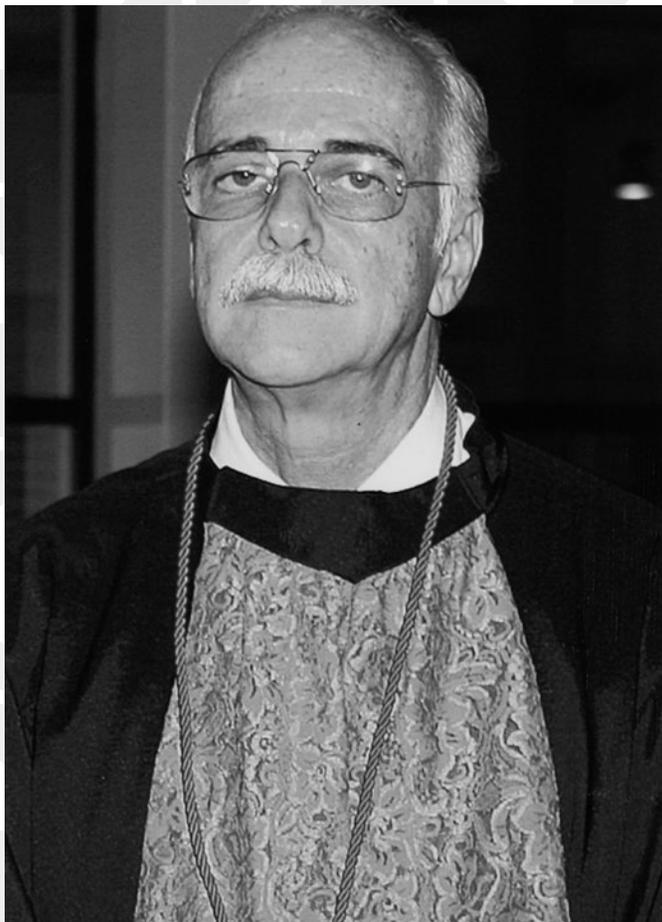
Alagoano, natural de Santana do Ipanema, nascido no dia 13 de janeiro de 1949, filho de Abdon Marques e Enedina Malta Marques. Fez os estudos do curso primário no Grupo Escolar Padre Francisco Correia, em Santana do Ipanema; o secundário no Ginásio Santana, em Santana do Ipanema; o científico no Colégio Elio Lemos e Colégio Estadual Moreira e Silva, ambos em Maceió. Bacharelou-se, concluindo o curso superior de Direito pela Universidade Federal de Alagoas, na turma de 1975. Pós-Graduado em Direito Constitucional – UFAL, em 1999. Exerceu docência nas seguintes instituições e cadeiras: Professor de Organização Social e Política Brasileira - OSPB, no “Ginásio Santana”, em Santana do Ipanema; Professor de Direito Usual na “Escola Técnica de Comércio Sto. Tomaz de Aquino, em Santana do Ipanema; Professor de Direito Processual Civil II da Faculdade de Direito de Maceió - FADIMA, em 2000/2001; Professor Substituto de Direito Processual Civil, e de Prática Jurídica II, no Centro de Ciências Jurídicas – CJUR da Universidade Federal de Alagoas, desde 28.09.1998; Professor Orientador – Monografias Finais de conclusão do Curso de Direito – UFAL, turmas 2000/2001/2002; Professor Orientador do Projeto Escritório Modelo de Assistência Jurídica – EMAJ da UFAL, no período de janeiro 2002 a março de 2003; examinador, integrando diversas Bancas de Exames de Trabalhos de Conclusão de Cursos – TCC no CJUR/UFAL; Integrante da Banca de Docentes, para seleção de Monitoria de diversos setores de estudos do CJUR/UFAL; Professor Participante do Encontro de Professores para Avaliação Administrativa do CJUR, realizado em 2002; Professor Auxiliar Efetivo da Faculdade de Direito de Alagoas, com apro-

vação em 1º lugar para a Cadeira de Prática Jurídica Cível; Escriturário da Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema, em 1996; Bancário: Escriturário, por Concurso Público, do Banco do Estado de Alagoas, em outubro 1968 a setembro 1974; atuou como Advogado; Adjunto de Promotor de Justiça, da Comarca de Olho d'Água da Flores, em 1974; Promotor de Justiça de primeira entrância, nomeado em 22.08.1979, para a Comarca de Traipu; promovido Por Merecimento para a 1ª Promotoria de Justiça de Santana do Ipanema, de 2ª entrância, em 29.11.82; designado para a Assessoria do Procurador Geral de Justiça, tendo exercido a função de Secretário Geral da PGJ, em 1984; promovido por Merecimento para a 11ª Promotoria de Justiça da Capital, de 3ª entrância, em 13.06.1990; promovido por Antiquidade para exercer o Cargo de Procurador de Justiça, de 2ª entrância, em 01.04.2002; Procurador Geral de Justiça do Estado de Alagoas, nomeado em 19.06.1992; eleito pelo Colégio de Procuradores de Justiça, na forma da Lei Complementar Estadual 15/96, Corregedor Geral do Ministério Público, substituto, para os períodos 2002/2004, e de 2004/2006; 1º Secretário da Associação do Ministério Público de Alagoas – AMPAL, Gestão 1987/1989; Presidente da Associação do Ministério Público de Alagoas – AMPAL, Gestão 1989/1991; Vice-Presidente da Confederação Nacional do Ministério Público – CONAMP, Gestão 1990/1992; e Vice-Presidente da Confederação Nacional do Ministério Público – CONAMP, Gestão 90/92; Vice-Presidente do Diretório Acadêmico GUEDES DE MIRANDA, da antiga Faculdade de Direito da UFAL, gestão 1971/1972, tendo sido reeleito para a gestão seguinte, 1972/1973, com mandato prorrogado até abril 1974; na Justiça Desportiva, exerceu o cargo de Auditor Efetivo do TJD/AL; e Presidente do TJD/AL, por dois períodos consecutivos. Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, face à indicação em lista tríplice, e integrando o quinto constitucional do Ministério Público, por ato de 31.07.2006, tomando posse em 01.08.2006. Obras: O Imposto de Transmissão no Divórcio (Parecer) – Órgão de Divulgação da AMPAL – Custos Legis – 1998 – Maceió; Cláusula Instituidora de Fideicomisso (Parecer) – Órgão de Divulgação da AMPAL – Custos Legis –

1999 – Maceió; Ação de Dissolução Consensual de Sociedade Conjugal de Fato – I Concurso de Arrazoados Jurídicos – AMPAL – 1999 – Publicado na Revista nº 01 da AMPAL; e Parecer em Apelação Cível 00.001361-7, da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Alagoas, acatado à unanimidade, publicado pela Revista do Ministério Público nº 9 (jul/dez 2002), publicação do Ministério Público de Alagoas, Universidade Federal de Alagoas, Centro de Ciências Jurídicas - CJUR. – Circulação Nacional; e Ação Negatória de Paternidade – Decadência – Inocorrência. Trabalho publicado pela Revista Brasileira de Direito da Família, nº 10, jul/set 2001 – Ed. Síntese – Porto Alegre – RS – Circulação Nacional. Presidente do TJAL no período de 03.01.2013 a 31.01.2015. Agraciado pelas comendas: Comenda ANTHERO MONTENEGRO, da Associação do Ministério Público de Alagoas - AMPAL; comenda da Ordem do Mérito, no grau de alta distinção, conferida pelo Ministério Público Militar da União, a ser recebida em Brasília-DF; comenda de Ordem ao Mérito, conferida em comemoração aos 100 anos da Justiça Militar Estadual. Medalha no Grau Grande Oficial da Ordem do Mérito Judiciário - TJPA, em 2014; e Medalha do Mérito Institucional Zumbi dos Palmares, em 2004. Título de Cidadão Honorário, do Município de Pão de Açúcar, pela Câmara Municipal, em 2014. Na presente data continua em exercício de seu cargo de Desembargador.

DESEMBARGADOR

**PEDRO AUGUSTO  
MENDONÇA DE ARAÚJO**



## 81. Desembargador

### **PEDRO AUGUSTO MENDONÇA DE ARAÚJO**

Alagoano, natural de Maceió, nascido no dia 28 de junho de 1946, filho de Jonas Calheiros de Araújo e Amália Mendonça de Araújo. Bacharelou-se, concluindo curso superior na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Alagoas, na turma de 1970. Atuou como Advogado no Estado de Alagoas; esteve como Adjunto de Promotor de Justiça na Comarca de Junqueiro-AL. Na sequência, sua primeira investidura no cargo de Juiz de Direito se deu na Comarca de Paulo Jacinto, para onde foi nomeado em 11.05.1976, por ato do Governador Divaldo Suruagy, tendo assumido a sua judicatura em ato solene de posse e compromisso ocorrido no dia 12.05.1976, sob o comando do Desembargador Ernandi Lopes Dorvillé, então Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas. Seguiu sua trajetória funcional assumindo sua titularidade de Juiz de Direito. Adiante foi removido por permuta para atuar na Comarca de Porto de Pedras, sob ato de nomeação de 23.06.1978, tomando posse em 27.07.1978, ali permanecendo até ser promovido por antiguidade para a Comarca de Palmeira dos Índios, de 2ª entrância para a qual foi nomeado em 10.01.1986; promovido por merecimento para a 3ª vara da Comarca de Arapiraca, de 3ª entrância, por ato de 16.03.1993; removido para a 2ª vara Crime da Comarca de Maceió; removido para a 24ª da Comarca de Maceió por ato 15.08.1995. Por fim, foi nomeado Desembargador, por ato de 17.06.2008, tomando posse em 18.06.2008, no Tribunal de Justiça de Alagoas, em ato solene sob a presidência do Desembargador José Fernandes de Hollanda Ferreira. Foi eleito Vice-Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas, atuando no período de 02.02.2009 a 02.02.2011; Coordenador Geral dos Juizados Especiais do Estado de Alagoas – Biênios 2013/2014, 2015/2016, 2017/2018 e 2019/2020; assumiu a Presidência da Comissão Judiciária de Adoção Internacional, 1994/1995; da Turma Recursal da 1ª Região dos Juizados Es-

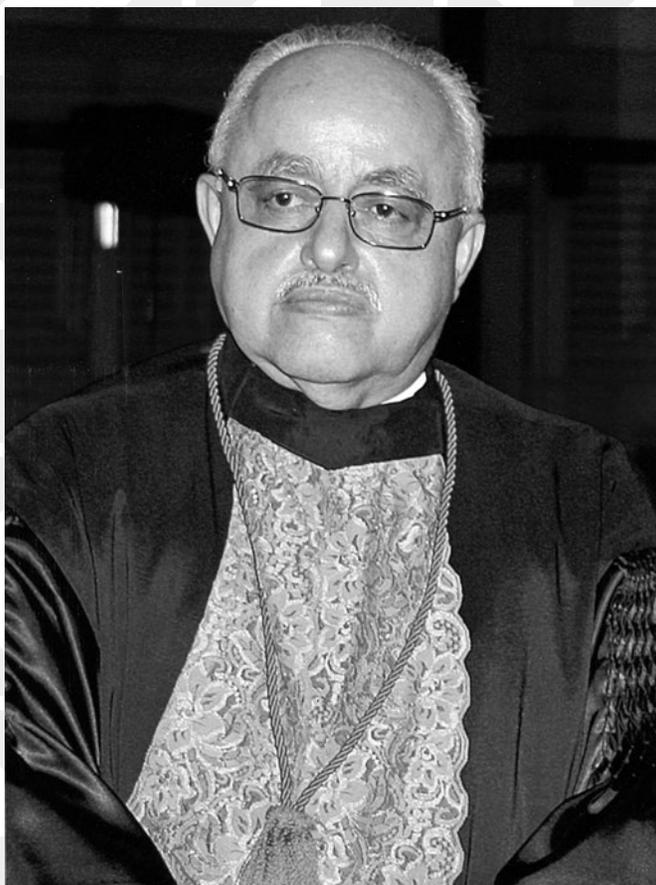


peciais, em 1997; além da Superintendência do Fórum da Capital “Des. Jairon Maia Fernandes”. Ocupante da Cadeira 19 na Academia Alagoana de Letras e Artes de Magistrados - AALAMAGIS. Na magistratura Eleitoral, foi Juiz Efetivo do TRE-AL, pela classe dos desembargadores, no período de 04.04.2003 a 04.04.2007; Vice-Presidente e Corregedor do TRE/AL- Biênio 2017/2018; Desembargador Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas - Biênio 2019/2021.



DESEMBARGADOR

**JAMES MAGALHÃES  
DE MEDEIROS**



## 82. Desembargador

### JAMES MAGALHÃES DE MEDEIROS

Alagoano, natural de Maceió, nascido no dia 09 de fevereiro de 1948, filho de Francisco Tavares de Medeiros e Airine Magalhães de Medeiros. Bacharelou-se, concluindo o curso superior na Universidade Federal de Alagoas - UFAL, na turma de 1973. Exerceu magistério junto ao colégio Élio Lemos; Ginásio dos Ferroviários; no Centro de Estudos Superiores de Maceió - CESMAC; na Universidade Federal de Alagoas - UFAL. Especialização em Educação Moral e Cívica - UFAL; especialização em Administração Profissional pelo Instituto de Pesquisas Rodoviárias do Ministério dos Transportes; e, ainda, especialização em Orçamento Público pela Associação Brasileira de Orçamento Público. Atuou como Repórter do Jornal Hoje; no Diário de Alagoas; na rádio Gazeta de Alagoas; Servidor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Maceió; Servidor do Departamento Nacional de Estradas e Rodagens - DNEE (atual DENIT). Na sequência, sua primeira investidura no cargo de Juiz de Direito se deu na Comarca de Delmiro Gouveia, para onde foi nomeado em 07.10.1977, por ato do Governador Divaldo Suruagy, tendo assumido a sua judicatura em ato solene de posse e compromisso ocorrido no dia 13.10.1977, sob o comando do Desembargador Ernandi Lopes Dorvillé, então Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas. Seguiu sua trajetória funcional assumindo sua titularidade de Juiz de Direito. Adiante foi removido a pedido para atuar na Comarca de Traipu, sob ato de nomeação de 05.01.1978, tomando posse em 08.01.1978, ali permanecendo até ser promovido por merecimento para assumir a Comarca de Santana do Ipanema, de 2ª entrância, para a qual foi nomeado em 04.10.1984, tomando posse em 09.10.1984; promovido por merecimento para a 1ª Vara de Arapiraca, de 3ª entrân-

cia, por ato de 26.09.1990; removido a pedido para a 12ª Vara da Capital (Auditoria de Justiça Militar), por ato de 01.12.1995; removido para a Comarca de Maceió como Juiz Auxiliar, respondeu pela 11ª Vara (Criminal de Competência Não Privativa); respondeu ainda, pela 15ª Vara da Capital; e exerceu as funções de Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça, de 04.02.1997 até fevereiro de 1999. Vice-Presidente da Associação de Magistrados - ALMAGIS, no biênio de 1997/1999, e também Juiz Auxiliar da Presidência do TJAL a partir de 26.02.1999; Vice-Presidente e Conselheiro da Associação Brasileira dos Magistrados e Membros do Ministério Público da Infância e da Juventude - ABMP; Conselheiro e Vice-Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça Militares e Estaduais - AMAJME; Vice-Presidente da Academia Maceioense de Letras - AML; e Vice-Presidente da Academia Alagoana de Letras e Artes de Magistrados - AALAMAGIS, onde ocupou como titular a cadeira 26; e Coordenador da Justiça Militar, junto à Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB. Por fim, foi nomeado Desembargador, por ato de 18.06.2008, tomando posse no Tribunal de Justiça de Alagoas, em ato solene sob a presidência do Desembargador 19.06.2008; foi Corregedor Geral do Tribunal de Justiça de Alagoas no período de 02.02.2011 a 13.01.2013. Obras: Anais do Cinquentenário da Justiça Militar do Estado de Alagoas; Anais do I Encontro Nordeste da Justiça Militar Estadual; Inelegibilidade - Abuso do Poder Político e Econômico; Decisões Cíveis na Justiça Militar. Patrono do Arquivo Judiciário de Alagoas, pois restou homenageado, tendo seu nome frontispício do prédio dessa repartição pública. Deixou no prelo as obras Magistrado por Vocação; e Desembargando. Agraciado com a Medalha Grau de Alta Distinção do Ministério Público Militar - MPM, em 2008; medalha do Cinquentenário da Justiça Militar do Estado de Alagoas; medalha do 125 anos do Tribunal de Justiça de Minas Gerais; medalha da Justiça Militar do Estado do Pará; medalha do Mérito da Proteção Integral pela Associação dos Magistrados e Membros do Ministério Público da Infância e da Juventude - ABMP; medalha do Mérito da Polícia Militar do Estado de Alagoas; medalha do Mérito do Corpo de Bombeiros Militar do

Estado de Alagoas; e comenda da Ordem do Mérito do Ministério Público Militar da União. Faleceu no 30.04.2016, no dealbar dos seus 68 anos de idade, dos quais 39 anos como magistrado.

DESEMBARGADOR

**EDUARDO JOSÉ DE  
ANDRADE**





### 83. Desembargador

#### **EDUARDO JOSÉ DE ANDRADE**

Alagoano, natural de São José da Laje, nascido no dia 07.03.1944, filho de Amauri Vasconcelos de Andrade e Maria de Lourdes Andrade. Exerceu as funções de Adjunto de Promotor de Justiça de 1968 a 1976. Graduou-se em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal de Pernambuco, na turma de 1968. Na sequência foi aprovado em concurso público para Juiz de Direito, sendo nomeado por ato do Governador Divaldo Suruagy, datado de 20.04.1976, para atuar como substituto junto à Comarca de Batalha, de 1ª entrância, sendo sua primeira investidura de magistrado no Poder Judiciário de Alagoas, então sob a presidência do Desembargador Benedito Barreto Accioly, que conduziu o ato solene de posse e compromisso, ocorrido no dia 26.04.1976. Adiante, foi removido por ato de 23.09.1976, para a Comarca de Colônia de Leopoldina, de 1ª entrância, tomando posse e assumindo o exercício de Juiz de Direito titular em 27.09.1976; promovido por antiguidade para a Comarca de Porto Calvo, de 2ª entrância, tomando posse em 31.10.1984, e assumindo a titularidade mediante posse e exercício em 01.11.1984; removido para a 2ª vara da Comarca de Rio Largo, por ato de 14.12.1988, tomando posse e assumindo o exercício do seu cargo no dia 19.12.1988; promovido a Juiz de Direito de 3ª entrância por ato de 28.08.1992, assumindo de logo a titularidade da 2ª vara de feitos não privativos da Comarca de Maceió. Foi promovido por merecimento para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça de Alagoas, por ato de 23.01.2009, passando a compor o plantel da Corte de Justiça do Poder Judiciário de Alagoas. Foi investido do respectivo cargo em ato solene de posse e compromisso, datado de 26.01.2009, sob a presidência da Desembargadora Elisabeth Carvalho Nascimento. Recebeu seu Título de Aposentação, através do Ato nº 080, datado de 28 de fevereiro de 2014.

DESEMBARGADORA

**NELMA TORRES  
PADILHA**



#### 84. Desembargadora

##### NELMA TORRES PADILHA

Alagoana, natural de Viçosa, nascida no dia 30 de agosto de 1942, filha de Ariston de Holanda Padilha e Orisminda Torres Padilha. Iniciou os estudos no Ginásio de Assembleia, em Viçosa-AL; curso Pedagógico no Instituto de Educação -Maceió/AL. Bacharelou-se, concluindo curso superior na Faculdade de Direito de Alagoas, na turma de 1966. Licenciada em História pela Universidade Federal de Alagoas, turma de 1973. Atuou como cronista do Jornal Gazeta de Alagoas; Adjunta de Promotor Público, nas Comarcas de Água Branca e Limoeiro de Anadia, entre 1969/1974. Foi a primeira mulher no estado de Alagoas a ser nomeada para o cargo de Juiz de Direito. Na sequência, sua primeira investidura no cargo de Juiz de Direito se deu na Comarca de Porto de Pedras, para onde foi nomeada em 08.06.1976, por ato do Governador Divaldo Suruagy, tendo assumido a sua judicatura em ato solene de posse e compromisso ocorrido no dia 11.06.1976, sob o comando do Desembargador Benedito Barreto Accioly, então Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas. Seguiu sua trajetória funcional, assumindo sua titularidade de Juiz de Direito. Adiante foi removida a pedido e com permuta para atuar na Comarca de Paulo Jacinto, sob ato de nomeação de 23.06.1978, ali permanecendo até ser removida para a Comarca de Piaçabuçu, para a qual foi nomeada em 23.03.1986, tomando posse em 26.03.1986; promovida por antiguidade para a Comarca de Pão de Açúcar, de 2ª entrância, por ato de 09.06.1986, tomando posse em 10.06.1986; removida a pedido para a 3ª vara da Comarca de Palmeira dos Índios, de 2ª entrância, por ato de 24.02.1988, tomando posse em 29.02.1988; removida para a Comarca de Pilar, por ato de 30.10.1990, tomando posse em 01.11.1990; promovida por merecimento para a 4ª vara

(civil de feitos não privativos) da Comarca de Maceió, de 3ª entrância, por ato de 18.12.1992, tomando posse em 05.01.1993; acumulou com a 16ª vara da Comarca de Maceió. Por fim, foi nomeada Desembargadora, por ato de 23.01.2009, tomando posse em 26.01.2009 no Tribunal de Justiça de Alagoas, em ato solene sob presidência do Desembargador José Fernandes de Hollanda Ferreira; foi Juíza Diretora do Fórum da Capital, em 1994; Presidente da Associação Alagoana dos Magistrados - ALMAGIS, de 1997/2000; Vice-Presidente dos Aposentados, pela Associação Brasileira de Magistrados - AMB; Membro Efetivo e Fundadora da Academia de Letras e Artes dos Magistrados, ocupante da Cadeira 11, cujo patrono é o Desembargador Mário Augusto da Silva Guimarães. Agraciada em 2018 com a comenda Cruz do Mérito (post mortem) pela Associação Brasileira de Magistrados; prêmio Selma Bandeira, pelo Serviço Social da Indústria - SESI, em 2011. Foi eleita Vice-Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas no período de 02.02.2011 a 30.08.2012. Obras: participações na coletânea de Poetas Viçosenses; participações na coletânea de Poetas Magistrados. Aposentou-se em 30.08.2012, depois de mais de 43 anos de atividade, dos quais 36 anos como magistrada. Faleceu em 21.04.2018, no dealbar dos seus 76 anos de idade.



DESEMBARGADOR  
**ALCIDES GUSMÃO  
DA SILVA**



## 85. Desembargador

### ALCIDES GUSMÃO DA SILVA

Alagoano, natural de Maragogi, nascido no dia 20 de novembro de 1953, filho de Elpídio Estanislau da Silva e Maria Yolita de Gusmão Silva. Bacharelou-se, concluindo o curso superior na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, na turma de 1977; Bacharelado em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL, turma de 2006. Especialização em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas – Instituto de Direito Público e Ciência Política, em 1979. Atuou como Superintendente do Foro da Capital, em 2002; Advogado e Chefe do Departamento Jurídico da Companhia Energética de Alagoas – CEAL, de 1983/1986; Coordenador-Geral do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos – NJUS-AL, em 2011; Docente da disciplina “Direito Comercial” da Faculdade de Direito de Maceió – FADIMA, de 1985/1986; Docente da disciplina “Direito Administrativo” na Academia de Polícia do Estado de Alagoas, em 1985; e Membro dos Conselhos Consultivos da Companhia de Saneamento de Alagoas (CASAL) e da Companhia de Habitação de Alagoas (COHAB), de 1984/1985. Na sequência, sua primeira investidura no cargo de Juiz de Direito se deu na Comarca de Traipu, para onde foi nomeado em 16.06.1986, por ato do Governador José de Medeiros Tavares, tendo assumido a sua judicatura em ato solene de posse e compromisso ocorrido no dia 17.06.1986, sob o comando do Desembargador Paulo da Rocha Mendes, então Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas. Seguiu sua trajetória funcional assumindo sua titularidade de Juiz de Direito. Adiante removido a pedido e por permuta para atuar na Comarca de Quebrangulo, sob ato de nomeação de 28.11.1986, tomando posse em 05.12.1986, ali permanecendo até ser removido para assumir a Comarca de Maribondo, para a qual foi nomeado em 16.10.1989, tomando posse na mesma data; promovido por merecimento para a 3ª Vara da Comarca de Palmeira dos Índios, de 2ª entrância, por ato de 27.11.1990,

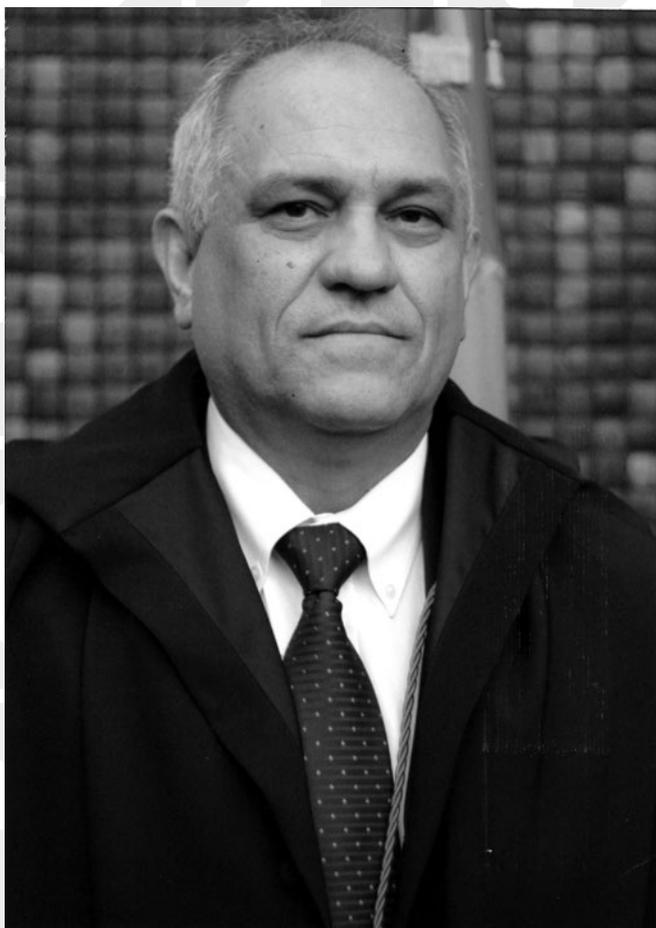


tomando posse em 30.11.1990; promovido por merecimento, tomando posse em 28.08.1993 na Comarca de Arapiraca; titularizou-se junto à 3ª Vara da Comarca de Maceió, por ato de 06.09.1994; removido para a 32ª Vara (1ª Vara de Sucessões), por ato de 13.05.1996. Por fim, foi promovido por merecimento Desembargador, por ato de 23.01.2009, tomando posse em 26.01.2009 no Tribunal de Justiça de Alagoas, em ato solene sob a presidência do Desembargador José Fernandes de Hollanda Ferreira.



DESEMBARGADOR

**OTÁVIO LEÃO PRAXEDES**



## 86. Desembargador

### OTÁVIO LEÃO PRAXEDES

Alagoano, natural de União dos Palmares, nascido no dia 26 de novembro de 1952, filho de José Praxedes Filho e Maria Nilda Leão Praxedes. Bacharelou-se, concluindo o curso superior na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Alagoas - UFAL. Pós-Graduado em Direito Processual Civil, pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL; e Graduado em Administração Pública pela Faculdade de Administração e Ciências Contábeis do Centro de Estudos Superiores de Maceió - CESMAC. Na sequência, sua primeira investidura no cargo de Juiz de Direito se deu na Comarca de Delmiro Gouveia, para onde foi nomeado em 18.12.1986, por ato do Governador José de Medeiros Tavares, tendo assumido a sua judicatura em ato solene de posse e compromisso ocorrido no dia 19.12.1986, sob o comando do Desembargador Paulo da Rocha Mendes, então Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas. Seguiu sua trajetória funcional, assumindo sua titularidade de Juiz de Direito. Adiante foi removido para atuar na Comarca de Porto de Pedras, sob ato de nomeação de 25.11.1987, tomando posse em 30.11.1987, ali permanecendo até ser titularizado, quando promovido por critério de merecimento à Comarca de Pão de Açúcar, por ato de 20.01.1991, tomando posse em 30.08.1991; removido para a Comarca de Palmeira dos Índios, por ato de 09.03.1993; removido para a Comarca de Porto Calvo, por ato de 10.08.1993; e removido para 8ª Vara da Comarca de Arapiraca, de 3ª entrância, por ato de 29.08.1995. Por fim, foi nomeado Desembargador, por ato de 23.01.2009, tomando posse em 26.01.2009, junto ao Tribunal de Justiça de Alagoas, em ato solene sob a presidência da Desembargadora Elisabeth Carvalho Nascimento. Eleito Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas, para o biênio de 2017/2018. Na magistratura eleitoral, foi eleito Corregedor do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas; e Presidente da Associação Alagoana de Magistrados - ALMAGIS, para o biênio 2000/2002; eleito membro efetivo da Academia Alagoana de Letras e Artes de Magistrados - AALAMAGIS, para cadeira 40, cujo Patrono é o Des. Luiz Monteiro de Amorim Lima.

DESEMBARGADOR

**TUTMÉS AIRAN DE  
ALBUQUERQUE MELO**



## 87. Desembargador

### TUTMÉS AIRAN DE ALBUQUERQUE MELO

Alagoano, natural de Arapiraca, nascido no dia 18 de julho de 1962, filho de Cláudio Albuquerque Lima e Creuza de Albuquerque Melo. cursou o ensino primário e preparatório em escola pública. Bacharelou-se, concluindo o curso superior de Direito na Universidade Federal de Alagoas – UFAL, na turma de 1983. Especialista em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Mestre em Direito Público pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Exerceu as funções de dirigente e Presidente do Centro Acadêmico Guedes de Miranda; Coordenador Geral do NUPEMEC – AL; e Professor do curso de Direito da Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Atuou como Defensor Público em 1986 - com a extinção do órgão, por força da Constituição Federal de 1988, foi conduzido ao cargo de Procurador do Estado; Secretário de Justiça e Cidadania do Estado de Alagoas, em 2001; assumiu uma das cadeiras do Conselho de Segurança Pública do Estado, em 2002; esteve como governador interino do Estado de Alagoas - em virtude da ausência do Governador Renan Calheiros Filho, do Vice-Governador, Luciano Barbosa, e do Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Estadual Marcelo Victor, no período de 30.09.2020 a 05.10.2020. Ascendeu ao cargo de Desembargador na vaga do quinto constitucional destinado à Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, para a qual fora nomeado por ato de 04.02.2009, do então Governador Teotônio Vilela Filho, tomou posse em 22.05.2009, em ato solene sob presidência da Desembargadora Elisabeth Carvalho Nascimento. Foi eleito Vice-Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas para o período de 03.01.2013 a 05.01.2015; e eleito Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas para o biênio de 2019/2020. Agraciado com a Comenda Graciliano Ramos, da Associação de Municípios Alagoanos, em 12.12.2019 e com a Comenda do Mérito Cooperativista, em 02.05.2017. Recebeu a Medalha do Mérito Judiciário em 2018 e a Medalha Zumbi dos Palmares da Polícia Militar de Alagoas em 2019. Homenageado com o Título de Cidadão Honorário pela Câmara de Vereadores de Maceió, em 2020. Na presente data continua em exercício de seu cargo de Desembargador Presidente do TJAL.

DESEMBARGADORA

**MARIA CATARINA  
RAMALHO DE MORAES**



## 88. Desembargadora

### MARIA CATARINA RAMALHO DE MORAES

Alagoana, natural de Maceió, nascida no dia 25 de janeiro de 1945, filha de Rodrigo de Araújo Ramalho e Maria de Lourdes Casado Ramalho. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Alagoas, na turma de 1971; também licenciada em História pela mesma universidade, onde lecionou Teoria Geral do Estado, como Professora Auxiliar, entre 1969 e 1971. Na sequência, foi aprovada em concurso público para Juiz de Direito, sendo nomeada por ato do Governador Geraldo Medeiros de Melo, datado de 31.01.1979, para atuar junto à Comarca de Água Branca, de 1ª entrância, sendo sua primeira investidura de magistrada no Poder Judiciário de Alagoas, então sob a presidência do Desembargador Ernandi Lopes Dorvillé, que conduziu o ato solene de posse e compromisso, ocorrido no dia 05.02.1979. Adiante, foi promovida por merecimento por ato de 08.03.1989, para a Comarca de Porto Calvo, tomando posse em 26.03.1989; promovida para a 41ª vara (atual, 6ª vara de família), da Comarca de Maceió, de 3ª entrância. Por fim, foi promovida por antiguidade a Desembargadora do Tribunal de Justiça de Alagoas, em 2010, passando a compor o plantel da Corte de Justiça do Poder Judiciário de Alagoas, sendo investida do respectivo cargo em ato solene de posse e compromisso, de nº 22/2010, datado de 28.01.2010, sob a presidência da Desembargadora Elizabeth Carvalho Nascimento. Teve seu Título de Aposentação, através do Ato nº 89, de 06 de março de 2012.

DESEMBARGADOR

**EDVALDO BANDEIRA  
RIOS**



## 89. Desembargador

### EDVALDO BANDEIRA RIOS

Alagoano, natural de Arapiraca, nascido no dia 14 de maio de 1943, filho de João Jonas Rios e Antonieta Bandeira Rios. Graduou-se em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, na turma de 1968. Na sequência foi aprovado em concurso público para Juiz de Direito, sendo nomeado por ato do Governador Divaldo Suruagy, datado de 09.11.1976, para atuar como substituto junto à Comarca de Piranhas, de 1ª entrância, sendo sua primeira investidura de magistrado no Poder Judiciário de Alagoas, então sob a presidência do Desembargador Benedito Barreto Accioly, que conduziu o ato solene de posse e compromisso, ocorrido no dia 11.11.1976. Adiante, foi removido a pedido por ato de 31.05.1978, para a Comarca de Major Izidoro; removido a pedido para a Comarca de Anadia, de 1ª entrância, por ato de 08.04.1980, tomando posse em 15.04.1980, e entrando em exercício no dia 22.04.1980; removido para a Comarca de Porto de Pedras, por ato de 19.02.1986, tomando posse e entrando em exercício no dia 24.02.1986; promovido por merecimento para a 1ª vara da Comarca de São Miguel dos Campos, por ato de 06.08.1987, tomando posse em data de 07.08.1987, e entrando em exercício de seu cargo de Juiz de Direito titular de 2ª entrância, no dia 10.08.1987; promovido por merecimento por ato de 18.12.1992, para atuar como Juiz de Direito de 3ª entrância, com atribuições de Juiz Auxiliar, tomando posse em 05.01.1993, e removido para a Comarca da capital, exercendo o cargo de Juiz de Direito do 1º Juizado Especial de Pequenas Causas, entrando em exercício no dia 25.01.1993; e removido para exercer a titularidade junto a 6ª vara de Maceió, por ato de 01.02.1994. No período de junho a dezembro de 1994, e em outras ocasiões, atuou como Juiz Convocado, substituindo os Desembargadores Geraldo Tenório Silveira, José Marçal Cavalcanti e Paulo da



Rocha Mendes junto ao Tribunal de Justiça de Alagoas. Eleito Membro efetivo da Academia Alagoana de Letras e Artes de Magistrados. Foi promovido por merecimento para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça de Alagoas, por ato de 15.03.2011, passando a compor o plantel da Corte de Justiça do Poder Judiciário de Alagoas. Foi investido do respectivo cargo em ato solene de posse e compromisso, datado de 16.05.2011, sob a presidência do Desembargador Sebastião Costa Filho. Recebeu seu Título de Aposentação, por ato de 14 de maio de 2013, após, 37 anos de atividade na magistratura alagoana.



DESEMBARGADOR

**FERNANDO TOURINHO  
DE OMENA SOUZA**



## 90. Desembargador

### FERNANDO TOURINHO DE OMENA SOUZA

Alagoano, natural de Maceió, nascido no dia 26 de agosto de 1966, filho de José Fernando Lima Souza e Geyne de Omena Souza. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Maceió – FADIMA (CESMAC), na turma de 1988. Exerceu docência na cadeira de Direito Processual Penal junto à OAB/AL; Professor da Escola Superior da Magistratura - ES-MAL; exerceu atividade de Protocolista Cartorário/PJDAI-2 - 12ª Vara da Capital, de 1986/1988; de Supervisor Administrativo/DS-1 - Tribunal de Justiça/AL, de 1990 /1991; exercendo ainda Advocacia nesta capital. Na sequência, sua primeira investidura no cargo de Juiz de Direito se deu na Comarca de Passo de Camaragibe, como Juiz Substituto, para onde foi nomeado em 22.09.1992, tendo assumido a sua judicatura em ato solene de posse e compromisso ocorrido no dia 23.09.1992, sob o comando do Desembargador Gérson Omena Bezerra, então Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas. Seguiu sua trajetória funcional, assumindo sua titularidade de Juiz de Direito. Adiante foi promovido por merecimento para atuar junto à Comarca de Marechal Deodoro, então de 2ª entrância, sob ato de nomeação de 15.03.1994, ali permanecendo até ser promovido para a 3ª entrância, como Juiz Auxiliar, por ato de 05.09.1995, tomando posse em 06.09.1995; removido para a 25ª Vara da Capital (Vara das Execuções Penais), assumindo sua titularidade; removido por pedido e permuta, por ato de 10.10.1995 para a 8ª Vara da Capital (Vara dos Crimes Dolosos Contra a Vida); removido a pedido para a 14ª Vara (1ª Vara da Infância e da Juventude), permanecendo de 1997 a 2012; atuou na 17ª Vara, em 2007; esteve como Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça, no período de 2009/2010; eleito Presidente da Associação Alagoana de Magistrados



- ALMAGIS, para os biênios 2002/2004 e 2004/2006; eleito membro efetivo para a cadeira 39, cujo patrono é o jurista, magistrado, professor e escritor - Virgílio Antonino de Carvalho, da Academia Alagoana de Letras e Artes de Magistrados - AALAMAGIS. Por fim, foi nomeado Desembargador, por ato de 05.11.2011, tomando posse na mesma data no Tribunal de Justiça de Alagoas, em ato solene sob a presidência do Desembargador Sebastião Costa Filho. Eleito Corregedor Geral do Tribunal de Justiça de Alagoas, no biênio de 2019/2020. Na magistratura eleitoral, foi eleito Juiz Efetivo do TRE/AL, pela classe dos juízes de direito, para o período de 24.05.1999 a 31.03.2003. Agraciado com a Medalha do Mérito Eleitoral, Des. Barreto Cardoso, TRE-AL, em 2005. Obra: Da Ação Penal, Maceió - IGASA.



DESEMBARGADOR  
**KLÉVER RÊGO  
LOUREIRO**



## 91. Desembargador

### **KLÉVER RÊGO LOUREIRO**

Pernambucano, natural de Recife, nascido no dia 20 de fevereiro de 1952, filho de Hilton Loureiro e Antonia Rêgo Loureiro. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito do Centro de Estudos de Superiores de Maceió - CESMAC, na turma de 1981. Pós-Graduado nos cursos de Especialização em Direito Constitucional, Administrativo e em Direito Processual pela Faculdade de Direito de Maceió - FADIMA. Exerceu a advocacia por mais de cinco anos. Na sequência, sua primeira investidura no cargo de Juiz de Direito se deu na Comarca de Matriz de Camaragibe, para onde foi nomeado em 18.12.1986, por ato do Governador José de Medeiros Tavares, tendo assumido a sua judicatura em ato solene de posse e compromisso ocorrido no dia 19.12.1986, sob o comando do Desembargador Paulo da Rocha Mendes, então Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas. Seguiu sua trajetória funcional, assumindo sua titularidade de Juiz de Direito. Adiante, foi promovido por merecimento para atuar como Juiz de Direito na 2ª Vara na Comarca de Palmeira dos Índios, de 2ª entrância, sob ato de nomeação de 08.06.1993, ali permanecendo até ser removido para assumir a Comarca de São José da Laje, para a qual foi nomeado em 15.06.1993; promovido para a 3ª entrância, por ato de 02.05.1995; assumiu a titularidade da 26ª Vara da Capital. Por fim, foi promovido por antiguidade Desembargador, por ato de 22.06.2012, tomando posse em 25.06.2012 no Tribunal de Justiça de Alagoas, em ato solene sob a presidência do Desembargador Sebastião Costa Filho. Foi Corregedor Geral do Tribunal de Justiça de Alagoas no biênio de 2015/2016; Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça, convocado em 04/02/2011; Coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CJUS 2º Grau pelo biênio 2013/2014.

DESEMBARGADOR

**PAULO BARROS DA  
SILVA LIMA**



## 92. Desembargador

### PAULO BARROS DA SILVA LIMA

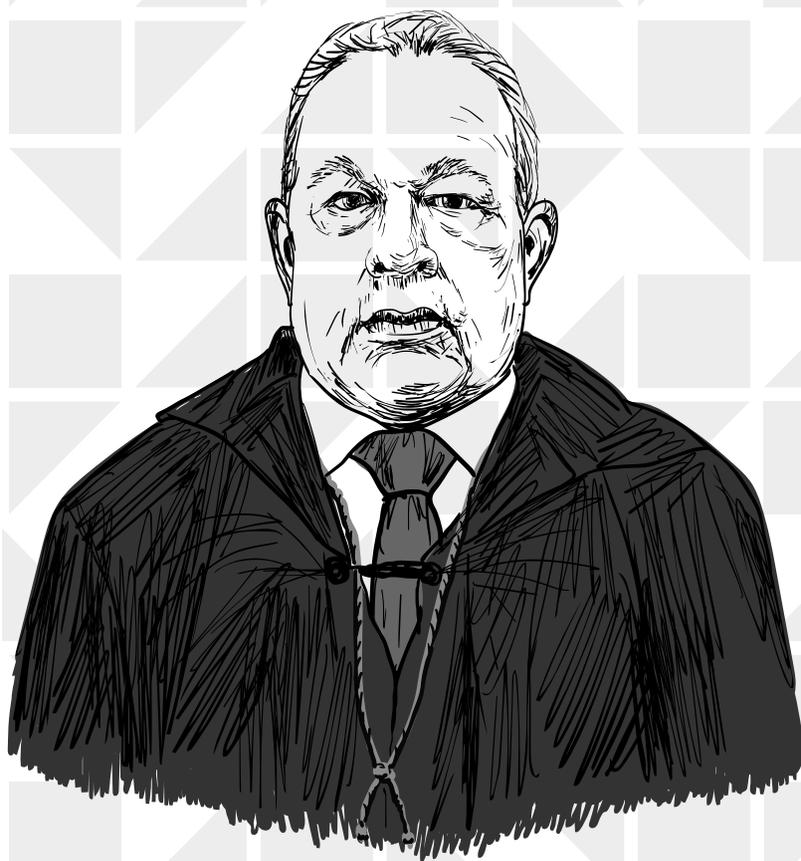
Alagoano, natural de Maceió, nascido no dia 07 de julho de 1953, filho de Normando da Silva Lima e de Amarílis Barros da Silva Lima. Iniciou os estudos primários no Grupo Escolar D. Pedro II, em 1963; o Ginásial no Colégio Estadual de Alagoas, concluindo em 1967; o 1º e 2º anos do colegial também no Colégio Estadual de Alagoas e o 3º ano no Colégio Moreira e Silva, concluindo o curso secundarista em 1970. Bacharelou-se, concluindo curso superior na Faculdade de Direito de Alagoas da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, na turma de 1975. Lecionou as disciplinas de Direito Administrativo, Direito Civil e Organização e Divisão Judiciárias do Estado de Alagoas, no Centro de Estudos Superiores de Maceió - CESMAC, de 01.09.1976 a 31.07.1979; atuou como Repórter, junto aos jornais Gazeta de Alagoas e Jornal de Alagoas, entre 1973/1974; exerceu advocacia nesta capital, entre 1976/1979. Esteve na função de Procurador-Geral da Prefeitura Municipal de Maceió, entre 27.05.1976 e 20.03.1979. Na sequência, sua primeira investidura no cargo de Juiz de Direito se deu na Comarca de Piranhas, para onde foi nomeado em 07.02.1979, por ato do Governador Geraldo Medeiros de Melo, tendo assumido a sua judicatura em ato solene de posse e compromisso ocorrido no dia 19.02.1979, sob o comando do Desembargador Olavo Accioly de Moraes Cahet, então Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas. Seguiu sua trajetória funcional assumindo sua titularidade de Juiz de Direito. Adiante foi removido para atuar na Comarca de Limoeiro de Anadia, sob ato de nomeação de 08.06.1982, tomando posse em 16.06.1982, ali permanecendo até ser removido para a Comarca de Viçosa, de 2ª entrância para a qual foi nomeado em 12.12.1990, tomando posse no dia 10.01.1991; removido para a 1ª Vara da Comarca de São Miguel dos Campos, por ato de 15.06.1993; em 27.10.1993, foi promovido a Juiz de Direito de 3ª

entrância, passando a exercer a função de Juiz Auxiliar da Comarca de Arapiraca, na 3ª, 5ª e 6ª Varas, e na Comarca de Maceió, na 10ª, 24ª, 27ª e 18ª Varas; titularizou-se junto à 27ª Vara da Comarca de Maceió (atual 2ª Vara Criminal de Competência Mista), tomando posse e entrando em exercício no dia 05.09.1995, sendo esta a data do ato de nomeação; convocado, com as atribuições de Auxiliar, para atuar junto à Corregedoria Geral da Justiça, em 13.05.1995; esteve como Juiz Convocado, junto ao TJAL, atuando na câmara criminal e nas 1ª e 2ª câmaras cíveis, de 1994 a 1998; designado presidente da Comissão de Elaboração do Anteprojeto de Lei de Reforma do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado de Alagoas, pela portaria nº1152, de 17.06.2015. Por fim, foi promovido por antiguidade ao cargo de Desembargador, por ato datado de 25.06.2012, tomando posse em 26.06.2012 no Tribunal de Justiça de Alagoas, em ato solene sob presidência do Desembargador Sebastião Costa Filho. Atuou como Corregedor Geral do Tribunal de Justiça de Alagoas no biênio 2017/201. Obras: Dissertação apresentada no II Curso de Aperfeiçoamento de Magistrados, realizado pela Escola Superior da Magistratura do Estado de Alagoas – ESMAL, com o tema: “A Natureza Jurídica das Contribuições Especiais na Constituição da República”, publicada na Revista do Tribunal de Justiça de Alagoas - “Jurisprudência Alagoana” – volume 5 – dezembro de 1991; “Breves Anotações sobre o Procedimento Criminal adotado pela Lei nº 6.368/76”, publicada na Revista do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas – “Jurisprudência Alagoana” – volume 8 – julho de 1993 – Serviços Gráficos de Alagoas S/A – SERGASA. Agraciado com prêmios jornalísticos, em 1994: PRIMEIRO LUGAR no concurso de Crônicas e Reportagens sobre os Pontos Turísticos do Estado, promovido pela Empresa Alagoana de Turismo – EMATUR – e pela Fundação Educacional de Maceió – FEMAC, com a reportagem: “CANAIS E LAGOAS, ONDE O NOSSO ESTADO DIFERENCIA O TURISMO”. SEGUNDO LUGAR no concurso de Reportagens patrocinado pela Associação Alagoana de Imprensa – AAI, com a reportagem: “QUERO TRABALHAR, ONDE DEVO ARRANJAR EMPREGO”.



DESEMBARGADOR

**ADERBAL MARIANO  
DA SILVA**



### 93. Desembargador

#### ADERBAL MARIANO DA SILVA

Alagoano, natural de Paripueira, nascido no dia 07 de maio de 1943, filho de Antonio Mariano da Silva e Áurea Lucas da Silva. Bacharelou-se, concluindo o curso superior na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Alagoas, na turma de 1972. Na sequência, sua primeira investidura no cargo de Juiz de Direito se deu na Comarca de Passo de Camaragibe, para onde foi nomeado por ato de 12.09.1978, do Governador Arnon de Mello, tendo assumido a sua judicatura em ato solene de posse e compromisso ocorrido no dia 15.09.1978, sob o comando do Desembargador Ernandi Lopes Dorvillé, então Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas. Seguiu sua trajetória funcional, assumindo a titularidade de Juiz de Direito, sendo removido para atuar na Comarca de Olho D'Água das Flores, sob ato de nomeação de 11.05.1981, ali permanecendo até ser promovido pelo critério de antiguidade para a Comarca de Atalaia, de 2ª entrância, por ato de 02.08.1990, tomando posse em 24.08.1990; removido para a 2ª vara da Comarca de Rio Largo, por ato de 22.07.1993; promovido pelo critério de antiguidade para assumir como Juiz Auxiliar, junto à 3ª vara da Comarca de Maceió, de 3ª entrância, por ato de 22.02.1994, tomando posse no dia 24.02.1994; removido para a 5ª vara da Comarca de Arapiraca, de 3ª entrância, por ato de 25.10.1994, assumindo a titularidade daquela unidade, após ato solene de posse e exercício ocorrido na mesma data. Respondeu como Juiz Substituto junto às Comarcas de Traipu, por ato de 18.10.2009; de Feira Grande, por ato de 07.07.2010; de Arapiraca, 8ª vara, por ato de 28.10.2010; de Pão de Açúcar, por ato de 16.12.2010; de Batalha, por ato de 03.02.2011; de São José da Tapera, por ato de 03.10.2011; de Maravilha, por ato de 16.11.2011; e de Arapiraca, 4ª vara, por ato de 13.03.2012. Por fim, foi nomeado pelo critério de antiguidade para o cargo de Desembargador, por ato de nº 91/2013 - TJAL, datado de 09.01.2013, tomando posse



na mesma data junto ao Tribunal de Justiça de Alagoas, em ato solene sob a presidência do Desembargador Sebastião Costa Filho. Recebeu Título de Aposentação, por ato de 07 de maio de 2013, após 35 anos de atividade como magistrado.



DESEMBARGADOR

**FÁBIO JOSÉ BITTENCOURT  
ARÁUJO**



## 94. Desembargador

### FÁBIO JOSÉ BITTENCOURT ARÁUJO

Alagoano, natural de Maceió, nascido no dia 03 de março de 1965, filho de José Agnaldo de Souza Araújo e Maria Nilzete Bittencourt Araújo. Bacharelou-se, concluindo curso superior de Direito pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL, na turma de 1987. No Poder Judiciário de Alagoas exerceu as funções de: Protocolista Cartorário (PJDAI – 5); Assistente Técnico (PJDAI – 2); Oficial Judiciário (Grau XIII); Assistente Judiciário (Grau XXII); Consultor Jurídico de 1ª Classe (SCJ-101-A), do Poder Executivo; Procurador de Estado de 2ª Classe; Presidente da 1ª Comissão de Acumulação de Cargos (CAC), da Secretaria de Administração de Alagoas; Presidente do Fundo Gestor da Comissão Especial de Implantação do Fundo de Modernização do Poder Judiciário – FUNJURIS; Presidente da Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude – ABRAMINJ. Exerceu advocacia nesta capital. Na sequência, sua primeira investidura no cargo de Juiz de Direito Substituto se deu na Comarca de Porto de Pedras, para onde foi nomeado em 22.09.1992, tendo assumido a sua judicatura em ato solene de posse e compromisso ocorrido no dia 23.09.1992, sob o comando do Desembargador Gérson Omena Bezerra, então Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas. Seguiu sua trajetória funcional, sendo promovido por antiguidade para 2ª entrância, como Juiz Auxiliar, por ato de 08.03.1994, tomando posse em 09.03.1994. Adiante foi removido para atuar na Comarca de Capela, assumindo a titularidade, sob ato de nomeação de 15.03.1994, ali permanecendo até ser removido a pedido para assumir a Comarca de Coruripe, de 2ª entrância, entrando em exercício em 29.08.1995; promovido a Juiz de Direito de 3ª entrância, com atribuições de Juiz Auxiliar, por ato de 05.09.1995, tomando posse em 06.09.1995, respondendo pela 29ª Vara; removido para o 2º Juizado da Infância e da Juventude, da Comarca da capital, por ato de 03.10.1995, assumindo como titular nessa unidade; Juiz de Direito da 17ª Vara Criminal da Capital (de Combate ao Crime Organizado); Juiz de Direito Substituto da Comarca



de Flexeiras; e Juiz de Direito Substituto da Comarca de Piaçabuçu, por ato de 03.01.2012. Por fim, foi nomeado Desembargador pelo critério de merecimento, por ato de 20.08.2013, tomando posse em 21.08.2013, junto ao Tribunal de Justiça de Alagoas, em ato solene de compromisso, sob a presidência do Desembargador José Carlos Malta Marques. Presidente da Escola Superior da Magistratura do Estado de Alagoas – ESMAL. Na presente data continua em exercício de seu cargo de Desembargador.



DESEMBARGADOR

**JOÃO LUIZ DE AZEVEDO  
LESSA**



## 95. Desembargador

### JOÃO LUIZ DE AZEVEDO LESSA

Alagoano, natural de Penedo, nascido no dia 11 de agosto de 1960, filho de Raimundo de Azevedo Lessa e Ivanise Azevedo Lessa. Bacharelou-se, no curso superior da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, na turma de 1983. Pós-graduando em Direito Processual e Penal pelo Instituto Pedagógico de Minas Gerais - Ipemig, em 2019. Exerceu a advocacia por mais de três anos, nesta capital; atuou no Centro Social Urbano do Jacintinho (CSU) – Setor Jurídico; Aprovado em concurso público e nomeado de Promotor de Justiça do Estado de Alagoas, no ano de 1987, todavia não exerceu o cargo. Na sequência, sua primeira investidura no cargo de Juiz de Direito se deu na Comarca de Major Izidoro, de 1ª entrância, para onde foi nomeado por ato de 16.06.1986, do Governador José de Medeiros Tavares, tendo assumido a sua judicatura em ato solene de posse e compromisso ocorrido no dia 18.06.1986, sob comando do Desembargador Paulo da Rocha Mendes, então Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas. Seguiu sua trajetória funcional assumindo a titularidade de Juiz de Direito, ao ser promovido por merecimento, para atuar na 1ª Vara da Comarca de Santana de Ipanema, de 2ª entrância, sob ato de nomeação de 19.02.1991, tomando posse em 20.02.1991, ali permanecendo até ser promovido pelo critério de antiguidade para Juiz de Direito de 3ª entrância com atribuições de Juiz Auxiliar, por ato de 29.02.1994, tomando posse em 30.02.1994. Passou a atuar na Comarca de Maceió, de 3ª entrância, como Juiz Substituto na 39ª vara e na 17ª vara, tomando posse em 30.11.1994; finalmente titularizado junto à 1ª vara da Infância e da Juventude, da Comarca de Arapiraca, de 3ª entrância, por ato de 09.05.1995, tomando posse no dia 10.05.1995. Promovido ao cargo de Desembargador, por ato de 22.08.2013, tomando posse no dia 22.08.2013, passando a com-

por a Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Alagoas, em ato solene de compromisso e posse sob a presidência do Desembargador José Carlos Malta Marques. Vice-Presidente do TJAL, no período de 05.01.2015 a 04.07.2016, assumindo nesta data a presidência do TJAL, até completar o biênio. Agraciado com as medalhas: Medalha do Mérito Judiciário – Grau Ouro (antiguidade e produtividade) – 2018; Medalha do Mérito Judiciário – Grau Ouro (antiguidade e produtividade) – 2017; Medalha do Mérito Institucional Zumbi dos Palmares, pela Polícia Militar de Alagoas – 2016; Medalha do Mérito da Defesa Civil de Alagoas – 2016; Título de Cidadão Honorário do Município de Junqueiro/AL.



DESEMBARGADOR

**DOMINGOS ARAÚJO**  
**LIMA NETO**



## 96. Desembargador

### DOMINGOS ARAÚJO LIMA NETO

Alagoano, natural de Maceió, nascido no dia 24 de abril de 1964, filho de Paulo Domingos de Araújo Lima e Deolinda de Araújo Lima. Coursou Ensino Fundamental no Colégio Sagrada Família, em Maceió/AL; e Ensino Médio no Colégio Marista, em Maceió/AL. Bacharelou-se, concluindo o curso superior de Direito na Universidade Federal de Alagoas - UFAL. Pós-Graduado em Direito Constitucional e Processo Civil, pelo Centro de Estudos Superiores de Maceió – CESMAC. Exerceu os cargos de Oficial Judiciário e Assistente Técnico Judiciário do Tribunal de Justiça de Alagoas. Integrou diversas frentes de trabalho, tais como: Comissão Gestora do Fundo de Modernização do Poder Judiciário de Alagoas – FUNJURIS, em 2010; Comissão de Conciliação do Tribunal de Justiça de Alagoas; Comissão de Acompanhamento das Metas do Conselho Nacional de Justiça – CNJ; Comissão de Educação Ambiental do Poder Judiciário; Comissão de Informática do Poder Judiciário; Comissão de Virtualização do Poder Judiciário; Programa Integrar Estadual, derivado do similar criado pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ; Programa de Otimização do Judiciário – COJ, em 2011; Subcoordenador e Coordenador da Justiça Itinerante, onde desenvolveu suas atividades, entre os anos de 1997 e 2011; Coordenador Geral do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e Cidadania – NJUS do TJ/AL; Coordenador Geral do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do 2º Grau do Poder Judiciário, em 11.02.2015; Coordenador do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário, em 2019; Coordenador da Comissão Gestora Estadual das Metas do Judiciário Nacional, em 2019; Coordenador do Projeto Justiça Volante no Âmbito do Poder Judiciário, em 2019; e Presidente da Comissão do Concurso para Juiz Substituto, em 2019. Na sequência, sua primeira investidura no cargo

de Juiz de Direito Substituto se deu na Comarca de Traipu, para onde foi nomeado em 03.08.1992, tendo assumido a sua judicatura em ato solene de posse e compromisso ocorrido no dia 23.09.1992, sob o comando do Desembargador Gerson Omena Bezerra, então Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas. Seguiu sua trajetória funcional, sendo removido para a Comarca de Piaçabuçu, por ato de 03.08.1993. Adiante respondeu cumulativamente com a Comarca de Porto Real do Colégio, em 07.04.1994, ali permanecendo até ser promovido por merecimento para Juiz Auxiliar de 2ª entrância, por ato de 21.02.1995, tomando posse em 22.02.1995; assumiu a titularidade da 2ª Vara da Comarca de Delmiro Gouveia, cumulando com a Comarca de Piranhas, por ato de 28.03.1995; removido a pedido e por permuta para a 3ª Vara da Comarca de Palmeira dos Índios, de 2ª entrância, por ato de 02.05.1995; removido para a 1ª Vara de Palmeira dos Índios; promovido por antiguidade para Juiz de Direito de 3ª entrância, com atribuições de auxiliar, por ato de 17.12.1996, tomando posse em 19.12.1996; removido como Juiz Auxiliar para a 3ª Vara Civil da Comarca de Maceió, por ato de 31.01.1997; removido para 34ª Vara de Maceió, por ato de 11.03.1997; removido para a 6ª Vara Crime da Comarca de Maceió, por ato de 17.04.2002; removido para a 1ª Vara de Execuções de Títulos Extrajudiciais de Maceió, por ato de 11.03.2004; Juiz Auxiliar do Segundo Grau do Poder Judiciário de Alagoas; e Juiz Substituto da 15ª Vara de Maceió, por ato de 02.04.2012. Por fim, foi promovido por merecimento, e nomeado Desembargador, por ato de 29.07.2014, tomando posse em 30.07.2014, no Tribunal de Justiça de Alagoas, em ato solene sob a presidência do Desembargador José Carlos Malta Marques. Eleito Presidente da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, para o biênio 2015-2016. Na presente data continua em exercício de seu cargo de Desembargador.



DESEMBARGADOR

**CELYRIO ADAMASTOR  
TENÓRIO ACCIOLY**



## 97. Desembargador

### CELYRIO ADAMASTOR TENÓRIO ACCIOLY

Alagoano, natural de Rio Largo, nascido no dia 28 de setembro de 1953, filho de Celyrio Adamastor Barreto Accioly e Ilza Tenório Accioly. Bacharelou-se no curso superior da Faculdade de Direito de Alagoas do Centro de Estudos Superiores de Maceió – CESMAC, na turma de 1981. Pós-graduado pela Fundação Educacional Jayme de Altavila – FEJAL, no curso de Direito Privado, em 2002. Exerceu função de Defensor Dativo na Comarca de São Luiz do Quitunde; Professor na disciplina de Ciência da Sociedade Colégio Guido de Fontgalland, em 1973; Escriturário do Banco Bamerindus do Brasil S/A, em 1974; e Tecnólogo Açucareiro no Instituto do Açúcar e do Alcool - IAA, no período de 1974/1986. Na sequência, sua primeira investidura no cargo de Juiz de Direito se deu na Comarca de Maragogi, para onde foi nomeado no dia 16.06.1986, por ato do Governador José de Medeiros Tavares, tendo assumido a sua judicatura em ato solene de posse e compromisso ocorrido no dia 17.06.1986, sob o comando do Desembargador Paulo da Rocha Mendes, então Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas. Seguiu sua trajetória funcional, assumindo sua titularidade de Juiz de Direito. Adiante foi promovido por antiguidade para atuar na 2ª Vara da Comarca de Penedo, de 2ª entrância, sob ato de nomeação de 05.03.1991, tomando posse em 06.03.1991, ali permanecendo até ser removido a pedido para assumir a Comarca de Coruripe, para a qual foi nomeado em 05.11.1992; promovido para 3ª entrância com atribuições de Juiz Auxiliar, por ato de 04.04.1995, tomando posse em 05.04.1995, tendo atuação no 3º Juizado e depois assumido a titularidade do 1º Juizado Civil e Criminal da Capital, por ato de 10.12.1996. Por fim, foi promovido por antiguidade ao cargo de Desembargador, por ato de 24.05.2016, tomando posse em 25.05.2016 no Tribunal de Justiça de Alagoas, em ato solene sob a presidência do Desembargador Washington Luiz Damasceno Frei-



tas. Eleito Juiz Efetivo para o TRE-AL, pela classe dos desembargadores, em 2015. Vice-Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas para o biênio 2017/2018. Participou como Presidente da Comissão de adesão ao Regime Próprio da Previdência Social – RPPS, de 2016/2017; Coordenador-Geral do NJUS e Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania, de 2016/2017; Supervisor do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário - GMF, de 2017/2018; Membro da Comissão de Segurança do Tribunal de Justiça de Alagoas, de 2017/2018; Vice-Presidente e membro do Conselho Estadual da Magistratura, de 2017/2018; Presidente da Comissão de informação e capacitação técnica de Assessores de Segurança do Poder Judiciário do Estado de Alagoas, de 2017/2018.





## REFERÊNCIAS

ACADEMIA ALAGOANA DE LETRAS. **O Livro da Academia Alagoana de Letras**. Maceió: ed. do Autor, 1931.

ALAGOAS. **Livro de assentos funcionais**. Maceió: Tribunal de Justiça de Alagoas, 1920/ 1984.

ALAGOAS. **Cadastro da Magistratura e do Ministério Público**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1969.

ALAGOAS. **Livro extra de compromisso e posse**. Maceió: Tribunal de Justiça de Alagoas, 1892/1920.

ALAGOAS. **Livros de compromisso e posse N° 01/17**. Maceió: Tribunal de Justiça de Alagoas, 1920/1997.

ALAGOAS. **Regimento Interno do Tribunal Superior do Estado de Alagoas**. Maceió: Imp. Oficial, 1929.

ALAGOAS. Tribunal Jurídico de Alagoas. Disponível em: <https://www.tjal.jus.br>. Acesso em: 21 nov. 2020.

ÁLBUM do centenário do município de Viçosa. Brasília: Plátano, 2008.

ALBUQUERQUE, Paulo de. O Centenário do Tribunal de Justiça de Alagoas. **Revista de Jurisprudência Alagoana**, Maceió: Sergasa, v.6, 1992.

ALMEIDA, Luiz Sávio de. **Alagoas: ensaio sobre demografia no século XIX**. Maceió: CBA, 2018.

ALTAVILA, Jayme de. **História da Civilização de Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 1988.

ALTAVILA, Jayme Lustosa de. **Bibliografia de Autores Alagoanos**. Maceió: Catavento, 2001.

ANAIS... **Conferência de Desembargadores**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1, 1944.

ARAGÃO, Paulo Vasco de. Problemas de Política Judiciária. **Revista de Jurisprudência Alagoana**, Maceió: Sergasa, v.6, 1992.

ARECIPPO, Antonio. **Organização Judiciária do Estado de Alagoas**. Maceió: Casa Ramalho, 1914.

ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DE ALAGOAS. **Revista da Associação dos Magistrados de Alagoas - Letras Jurídicas**, Maceió: SERGASA, v. 31, 1984.

AVELAR, Romeu de. **Coletânea de Poetas Alagoanos**. Rio de Janeiro: Minerva, 1959.

BARROS, Francisco Reinaldo Amorim. **ABC das Alagoas: Dicionário Bibliográfico, Histórico e Geográfico de Alagoas**. Brasília: Ed. Senado Federal, 2015.

BARROS, LUIZ NOGUEIRA (org.). **Falas, relatórios provinciais e mensagens governamentais de Alagoas, 1835 -1930**. Maceió: Imp. Oficial, 2006.

BEZERRA, Gerson Omena. Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas - Instituição Centenária. **Revista de Jurisprudência Alagoana**, Maceió: Sergasa, v.6 1992.

BÖTTCHER, Carlos Alexandre. **História da Magistratura: o pretor no Direito Romano**. São Paulo: LCTE, 2011.

BRANDÃO, Moreno. **História de Alagoas**. Maceió: SERGASA, 1981.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

CARVALHO, Afonso de; PÉRICLES Silvestre. **O Empréstimo Externo**. Maceió: Imprensa Oficial, 2017.

CASTRO, Antônio César de Moura . A Instituição dos Cursos Jurídicos: Marco Essencial da Consciência Jurídico-Cultural do Brasil. **Revista de Jurisprudência Alagoana**, Maceió: Sergasa, v.6, 1992.

COSTA, Craveiro. **História de Alagoas** ( resumo didático). Maceió: Sergasa, 1983.

COSTA, Craveiro; CABRAL, Torquato. **Indicador Geral do Estado de Alagoas**. Maceió: Typ. Comercial, 1902.

ESPÍNDOLA, Tomaz do Bonfim. **Descrição phisycal política e histórica da província das Alagoas**. Maceió: Typografia do Liberal, 1871.

FACULDADE DE DIREITO DE ALAGOAS. **Revista da Faculdade de Direito de Alagoas** - Jubileu de Prata, Maceió: ed. autor, v.6, 1958.

FERRARE, Josemary Omena Passos. **A Cidade Marechal Deodoro: do projeto colonizador português...a imagem do “ Lugar Colonial”**. Maceió: EDUFAL, 2014.

FERRARE, Josemary Omena Passos. **Marechal Deodoro: um Itinerário de referências culturais**. Maceió: Catavento, 2002.

FONSECA, Walter. **Fonseca: Uma família e uma história**. São Paulo: Obelisco, 1982.

GALVÃO, Aloysio Américo. **Centenário do Tribunal de Justiça de Alagoas: Subsídios para sua história, 1892-1992**. Maceió: SERGASA, 1992.

HOLANDA, Bartolomeu Buarque de. **Buarque: uma Família Brasileira - ensaio histórico-genealógico**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 nov. 2020.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas - Dados Históricos**, Maceió: Imprensa Oficial, Edição Extra, s/n, 2008.

JOBIM, Nicodemos de Souza Moreira. **História de Anadia**. Maceió: Amin-tas & Filho, 1881.

JUNIOR, Félix Lima. **Mapirunga**. Maceió: Casa Ramalho, 1954.

- JUNIOR, Félix Lima. **Memórias da Minha Rua**. Maceió: Grafitex, 1981.
- JUNIOR, Heider Lisboa de Sá. **A Justiça Eleitoral em Alagoas**. Maceió: TRE, 2008.
- JURISPRUDÊNCIA alagoana, edição comemorativa. Maceió: SERGASA, 1992.
- LEAL, Aurelino. **História Constitucional do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Fac-similar, 2002.
- LEMOS, João Ribeiro de. **Coruripe, sua História, sua Gente e suas Instituições**. Maceió: Gráfica e Editora Ltda, 1999.
- LISTA** Geral dos Bacharéis e Doutores que têm obtido o respectivo grau na Faculdade de Direito do Recife, desde a sua fundação. Recife: Typ. Diário da Manhã, 1931.
- LOUREIRO, Romeu de Mello. **Magistrados das Alagoas**. Maceió: Cata-vento, 2000.
- MARROQUIM, Adalberto. **Terra das Alagoas**. Roma: Maglione & Strini, 1922.
- MELO, Floro de Araujo; MELO, Darci de Araujo. **Santana do Ipanema conta a sua História**. Rio de Janeiro: Borsoi, 1976.
- MENDONÇA, Aldemar de. **Monografia de Pão de Açúcar**. Pão de Açúcar: Ed. do Autor, 1977.
- MENDONÇA, Djalma. **Monografia do Município de Mata Grande**. Maceió: Casa Ramalho, 1955.
- MENDONÇA, Georgette. **Os Mendonças do Pilar**. Recife: Raiz, 1992.
- MÉRO, Carlos. **Organização Judiciária de Alagoas**. Maceió: GRAFITEX, 1998.
- MÉRO, Ernani Otacílio. **História do Penedo**. Maceió: Serviços Gráficos de Alagoas, 1974.

MODESTO, George Fragoso. **Bacharéis, Mestres e Doutores em Direito.** Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1996.

MORAES, Tancredo. **Resumo Histórico Antropogeográfico do Estado de Alagoas.** Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1954.

NETO, Mendonça. **Os Mendonça no Império e na República.** Participação de uma família alagoana no Parlamento brasileiro. Brasília: Câmara dos Deputados, 1992.

OLIVEIRA, Cremilton Silva. **Tribunal de Justiça de Alagoas - Sua Estrutura e Competência.** Revista de Jurisprudência Alagoana, Maceió: Sergasa, v.6, 1992.

ORDEM DOS ADVOGADOS DE ALAGOAS. **Revista do Instituto da Ordem dos Advogados de Alagoas,** Maceió: Imp. Oficial, Ano 1, n.1, 1935.

PAULO, José Ysnaldo Alves. **Os Desbravadores do Amanhã:** principais Juristas Históricos Alagoanos. São Paulo: Fonte editorial, 2017.

PORTUGAL. **Ordenações e leis do reino de Portugal.** Coimbra: Imprensa da Universidade, 1865.

PORTUGAL. **ORDENAÇÕES FILIPINAS.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

ROCHA, José Maria Tenório. **Quebrangulo, Quebrangulo, Sempre Serás!** Quebrangulo: ed. do autor, 1996.

SANTANA, Moacir Medeiros de. **Efemérides Alagoanas.** V. 1 Maceió: Instituto Arnon de Mello, 1992.

SANTANA, Moacir Medeiros de. **Efemérides Alagoanas.** V. 2 Maceió: Instituto Arnon de Mello, 1993.

SILVA, Antonio Sapucaia da. Perfil de um Tribunal. **Revista de Jurisprudência Alagoana,** Maceió: SERGASA, v.6, 1992.

SILVA, Enaura Quixabeira Rosa e; BOMFIM, Edilma Acioli. **Dicionário**



**Mulheres de Alagoas, ontem e hoje.** Maceió: EDUFAL, 2007.

SOUZA, Claudemiro Avelino de. Trezentos Anos da Justiça em Alagoas. Maceió. **Revista do Arquivo Público de Alagoas**, Maceió: Imprensa Oficial, Ano 2, n.2, 2012.

STUART, B. Schwartz. **Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial:** a Suprema Corte da Bahia e seus Juízes: 1609 - 1751. São Paulo: Perspectiva, 1979.

VALENTE, Aminadab. **Penedo sua História.** Maceió: Maceió: Imp. Oficial, 1957.

VALENTE, Aminadab. **A Mudança do Cofre.** Maceió: Imp. Oficial, 1952.

VALENTE, Aminadab. **Atalaia sua História.** Maceió: Maceió: Casa Ramalho, 1957.

VALLE, José Ferraz Ribeiro do. **Uma Corte de Justiça do Império.** O Tribunal da Relação de Pernambuco. Recife: Tribunal de Justiça, 1983.

VASCONCELOS, Eraldo de Castro. **Magistratura Alagoana.** Maceió: SERGASA, 1992.

VASCONCELOS, Eraldo de Castro. Adeus às Armas. **Revista de Jurisprudência Alagoana**, Maceió: SERGASA, v.6, 1992.

VASCONCELOS, Hélio Cabral de. Tribunal de Justiça de Alagoas (Resumo Histórico). **Revista de Jurisprudência Alagoana**, Maceió: SERGASA, v.6, 1992.

VAZ FILHO, Augusto. **Alagoanos Ilustres.** V. 2. Maceió: Imp. Oficial, 1962.

VAZ FILHO, Augusto. **Alagoanos Ilustres.** V. 1. Maceió: Ougarit, 1962.

VAZ FILHO, Augusto. **Alagoanos Ilustres.** V. 3. Maceió: Imp. Oficial, 1965.

VELOSO, Walter. Contribuição à História de um Tribunal. **Revista de Jurisprudência Alagoana**, Maceió: SERGASA, v.6, 1992.

VIANNA, Helio. **História do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1972.

WEHLING, Arno. **Formação do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

Este livro foi impresso em papel Polen Soft 80 g/m<sup>2</sup> e capa dura. A tiragem foi de 500 exemplares.  
Maceió, dezembro de 2020.